

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO

ALESSANDRO AOKI

**OS JAPONESES E A TEICULTURA NO MUNICÍPIO DE REGISTRO-SP: a
produção do espaço como resultado de um processo econômico e migratório**



MARINGÁ-PR

2011

ALESSANDRO AOKI

**OS JAPONESES E A TEICULTURA NO MUNICÍPIO DE REGISTRO-SP: a
produção do espaço como resultado de um processo econômico e migratório**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Análise Regional e Ambiental do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria das Graças de Lima

MARINGÁ - PR

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – SP.,Brasil)

A647j

Aoki, Alessandro

Os japoneses e a teicultura no município de Registro-SP: A produção do espaço como resultado de um processo econômico e migratório/ Alessandro Aoki. __ Maringá: 2011.
125.f.: il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2011.

Orientadora: PROF^a.DRA. Maria das Graças de Lima

1.Geografia Agrária. 2. Colônia Japonesa. 3. Teicultura. 4. Produção Espacial. I. Lima, Maria das Graças. II. Universidade Estadual de Maringá. III. Título.

CDD: 333.3181

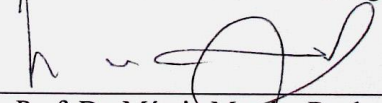
**“OS JAPONESES E A TEICULTURA NO MUNICÍPIO DE REGISTRO-SP: A
PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO RESULTADO DE UM PROCESSO ECONÔMICO
E MIGRATÓRIO”.**

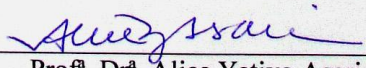
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em **21 de fevereiro de 2011.**

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Maria das Graças de Lima
Orientadora - UEM
Universidade Estadual de Maringá


Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá


Prof.ª Dr.ª Alice Yatiyo Asari
(membro convidado)
Universidade Estadual de Londrina

"Dedico esse trabalho aos meus pais, Luiz e Nair, a minha irmã Adriana, aos
amigos e a Colônia japonesa de Registro"

AGRADECIMENTOS

Nesses dois anos no curso de mestrado, muitas pessoas e algumas instituições contribuíram para que essa dissertação se concretizasse. Como cada pessoa teve sua importância na pesquisa, colocaremos em destaque todas elas.

Primeiramente agradeço á orientadora Prof^a. Dra. Maria das Graças de Lima, que acreditou na proposta de trabalhar com a temática, quando ainda era um projeto para concorrer a uma vaga no curso de mestrado em Geografia. Quando ingressei no curso o projeto se tornou realidade, e assim deu-se início ao desenvolvimento da pesquisa. Sempre indicando o melhor caminho a tomar na pesquisa, sua orientação foi fundamental para a finalização dessa dissertação.

Agradeço a CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) o qual foi responsável pelas bolsas cedidas ao longo de dois anos do curso de Mestrado em Geografia.

Aos professores do PPG (Programa de Pós Graduação em Geografia) da Universidade Estadual de Maringá, que fizeram parte desse aprendizado durante as disciplinas cursadas no mestrado. Dentre eles, destacamos os seguintes professores:

Prof^o. Dr. Bruno Luiz Domingos de Angelis

Prof^a. Dra. Leonor Marcon da Silveira

Prof^a. Dra. Maria Eugenia Moreira Costa Ferreira

Prof^a. Dra. Maria das Graças de Lima

Outros agradecimentos estão voltados para as pessoas que contribuíram com a pesquisa em forma de entrevistas e indicações.

Aos senhores entrevistados;

Ademir Lopes Ribeiro

Antônio Takao Suyama

Bento Oyama

Claudio Yukio Shimoyama

Dario S. Yamamoto

Elisio Sadao Ohara

Jorge Kameyama

Job Guilherme

Kazuki Nishiashitani

Lincoln Amaya

Luiz José Rosa

Mário Makoto Amaya

Mário Shimada

Milton Maruyama

Nelson Basílio da Silva

Orandino Ribeiro

Riogo Amaya

Rivaldo Pedroso

Rubens Shimizu

Umeko Shimada

Vitorino Katsumi Oyama

Além dessas pessoas, os agradecimentos também vão para as instituições que forneceram dados importantes e as pessoas que contribuíram com indicações fundamentais para chegar aos resultados almejados.

Ao Sr. Carlos Justino Jr, que através de seu contato, conseguiu agendar entrevistas importantes nessa pesquisa.

Ao CATI, Regional de Registro e São Paulo que nos forneceu dados a respeito da espacialização do chá.

A Fundação SEADE, que nos forneceu dados relativos à produção de chá em Registro.

Ao museu histórico de Registro que permitiu registrar fotos e ceder empréstimo de obras que remetem a colonização japonesa.

E por fim os agradecimentos irão aos professores que fizeram parte da banca de qualificação, que contribuíram com observações importantes a serem anexados nessa etapa final.

Aos Professores Doutores:

Márcio Mendes Rocha - UEM

Ruth Tsukamoto – UEL

Alice Yatiyo Asari - UEL

Graças a esse universo de pessoas envolvidas foi possível tornar a presente dissertação uma realidade, pois cada um deles forma cada célula desse trabalho nos quais estão contidos mais do que uma história de projeção da colônia japonesa do passado para o presente envolvendo a teicultura, uma dedicação para todos que representam esse meio ou estão envolvidos nele.

"Ter um ideal é ter fé inabalável naquilo que não se vê, mas cuja existência se aprende intuitivamente"

Seicho-no-ie

RESUMO

A presente pesquisa teve como pressupostos analisar e explicar as relações que envolvem a colônia japonesa do município de Registro com a teicultura, prática agrícola empregada para o cultivo do chá. Para isso levou-se em consideração a construção cultural da etnia ao longo dos anos, buscando na essência das relações sociais e econômicas, os principais fatos que marcaram sua presença no território brasileiro, desde os movimentos migratórios do início do século XX, ao estabelecimento e permanência nas terras da região do Vale do Ribeira alguns anos depois, que levou a constituição de uma sólida identidade no município de Registro, organizada sob os cuidados da companhia de empreendimentos tutelada pelo governo japonês. Esse momento foi o ponto de partida para iniciar uma forte organização étnica que levaria a constituição de uma identidade cultural, reconhecida, principalmente quando relacionada à atividade agrícola, especialmente no que concerne a Teicultura. Essa cultura do chá foi responsável pela permanência definitiva do imigrante japonês em terras brasileiras, que acreditou nessa modalidade agrícola comercial como fonte de renda que permitiria progredir financeiramente. E essa crença, com o tempo moldou a antiga colônia de Registro, levando a reproduzir um modo de vida semelhante ao país de origem, trazendo ao novo país uma cultura que incluía experiências de trabalho, organização, disciplina, costumes, hábitos e tradições. Porém anos mais tarde, a partir da década de 1990, vieram a ocorrer problemas na comercialização do chá, derivado das baixas nos valores ofertados, levando muitos japoneses a abandonar ou arrendar suas lavouras, ao passo que, também comprometeriam toda construção cultural deixada pelos antepassados, correndo o risco do esquecimento. Essa preocupação engendra o desenvolvimento da pesquisa que levou em consideração as implicações socioeconômicas e culturais enfrentadas pelos japoneses, bem como o legado cultural que representa atualmente. Essa construção cultural levou a elaboração de diferentes paisagens compreendendo as relações humanas com o ambiente.

Palavras - Chave: Geografia Agrária; Colônia Japonesa; Teicultura; Identidade; Produção Espacial, Paisagem.

ABSTRACT

The present research was to examine assumptions and explain the relationships that involve the Japanese colony in the county of registration with the teicultura, agricultural practices used for cultivation of tea. For this we took into consideration the cultural construction of ethnicity over the years, seeking the essence of social relations, the principal passages that mark their presence in Brazil, since the migratory movements of early twentieth century, to establishment and permanence in lands of the Vale of Ribeira region some years later that led to formation of a solid identity in the city Registro, organized under the care of company projects tutored by the Japanese government. This moment was the point of departure for a strong ethnic organization that will lead to creation of a cultural identity, recognized, principally when related to agricultural activity, especially in relation to tea culture. This tea culture will be responsible for definitive permanence of the Japanese immigrants in Brazilian territory that will shall believe in this modality commercial agricultural as font of income that will allow progress financially. And this belief over time shaped the the old colony of Registro, leading to reproduce a way of life similar to their home country, bringing to a new country filled culture that includes work experience, organization, discipline, manners, habits and traditions. But years later, from the 1990s, came to problems occur in marketing of tea, because of the low values offered, leading many Japanese to abandon their crops or lease, while also jeopardize the whole left by the cultural construction ancestors, at the risk of forgetting. This preoccupation engendered the development of research that took into consideration the socioeconomic and cultural implications faced by the Japanese, as well as the cultural legacy that represents today. This production led space landscape construction understanding human relationships with the environment.

Keywords: Agrarian Geography; Japanese colony; Tea culture, Identity, Production Space, Landscape

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DADOS DA PRIMEIRA IMIGRAÇÃO JAPONESA EM 1908, RELACIONANDO O NÚMERO DE IMIGRANTES E SEUS RESPECTIVOS LOCAIS DE ORIGEM	41
QUADRO 2: GRUPOS ÉTNICOS QUE COMPREENDEM O VALE DO RIBEIRA EM 1950	53
QUADRO 3: ORGANOGRAMA ILUSTRANDO A COMPOSIÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA DE REGISTRO..	61
QUADRO 4: ENTRADA DE FOLHAS VERDES (IN NATURA) NAS FÁBRICAS DE CHÁ DO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 1948 Á 1977	67
QUADRO 5: VALORES RELATIVOS AO CHÁ IN NATURA (FOLHAS VERDES) PARA O MUNICÍPIO DE REGISTRO	77
QUADRO 6: PAÍSES COMPRADORES DE CHÁ PRETO	88
QUADRO 7: PAÍSES COMPRADORES DE CHÁ PRETO	88
QUADRO 8:QUADRO DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE CHÁ - 2010	94
QUADRO 9: CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA AGRÁRIA DOS ARRENDATÁRIOS	96

TABELA

TABELA 1: PRODUÇÃO DO CHÁ NO VALE DO RIBEIRA	86
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: FLUXO DE IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL.....	52
GRÁFICO 2: PRODUÇÃO DE CHÁ PRETO DA FÁBRICA CHÁBRAS	75
GRÁFICO 3: PRODUÇÃO DO CHÁ PRETO DA FÁBRICA AMAYA	75

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE REGISTRO.....	29
FIGURA 2: FLOR DE CHÁ, ESTILIZADA NA BADEIRA DO MUNICÍPIO DE REGISTRO	29
FIGURA 3: ROTA DA VIAGEM REALIZADA PELO NAVIO KASATO MARÚ	41
FIGURA 4: CHEGADA DOS IMIGRANTES AO PORTO DE SANTOS.....	43

FIGURA 5: IMIGRANTES NA HOSPEDARIA EM SÃO PAULO, AGUARDANDO A CONVOCAÇÃO DOS FAZENDEIROS DE CAFÉ.....	44
FIGURA 6: EMBARQUE PARA AS FAZENDAS DE CAFÉ.....	44
FIGURA 7: IMIGRANTES JAPONESES NA PLANTAÇÃO DE CAFÉ	45
FIGURA 8: JAPONESES NO NÚCLEO IGUAPE	49
FIGURA 9: PORTO FLUVIAL DE REGISTRO E ARMAZENS DA K.K.K.K.....	50
FIGURA 10: CARTAZ FIXADO NO JAPÃO COM OS DIZERES “VAMOS PARA A AMÉRICA DO SUL COM TODA A FAMÍLIA”	51
FIGURA 11: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS LOTES RURAIS	54
FIGURA 12: LOCALIZAÇÃO DAS CULTURAS AGRÍCOLAS NA ÁREA DE COLONIZAÇÃO JAPONESA...	55
FIGURA 13: FAMÍLIA DE JAPONESES TRABALHANDO NA LAVOURA DE BANANA.....	57
FIGURA 14: FAZENDA DE CAFÉ DE TORAZO OKAMOTO EM 1934	64
FIGURA 15: SECADOR DE CHÁ	68
FIGURA 16: MOEDOR DE CHÁ	68
FIGURA 17: CHAZAL ABANDONADO, SEM PODA.....	79
FIGURA 18: PLANTAÇÃO DE PUPUNHA, SUBSTITUIÇÃO DE ÁREA COM CHÁ	80
FIGURA 19: PROPRIEDADE COM DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS (PUPUNHA, GOIABA, PLANTAS ORNAMENTAIS).....	80
FIGURA 20: CHAZAL EM PRODUÇÃO	81
FIGURA 21: CHAZAL RECEM PODADO	82
FIGURA 22: LOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CHÁ NA SAFRA 2007/2008	85
FIGURAS 23 E 24: COMPARTIMENTOS PARA DESIDRATAR O CHÁ	90
FIGURAS 25 E 26: ETAPAS DO PROCESSO DE FERMENTAÇÃO DO CHÁ.....	91
FIGURA 27: PROCESSO DE SEPARAÇÃO GRANULOMÉTRICA DO CHÁ.....	91
FIGURA 28: CHÁ DESTINADO A EXPORTAÇÃO	92
FIGURAS 29 E 30: MAQUINÁRIO UTILIZADO PARA EMBALAR O CHÁ PRETO.....	93
FIGURAS 31 E 32: TRABALHO FAMILIAR NA COLHEITA DO CHÁ	97
FIGURAS 33 E 34: TRABALHO FAMILIAR NA COLHEITA DO CHÁ	97
FIGURA 35: PRODUTORES ARRENDATÁRIOS, TENDO AO FUNDO O PLANTIO DE CHÁ	98
FIGURAS 36 E 37: TRABALHO FAMILIAR NA ETAPA DE COLHEITA E ENSACAMENTO DO CHÁ	98
FIGURA 38: RESIDÊNCIA DO SR. KAMEYAMA, PRÓXIMO DAS INSTALAÇÕES DA FÁBRICA, LOCALIZADA NO BAIRRO AGROCHÁ EM REGISTRO	110
FIGURA 39: ANTIGA CASA DA FAMÍLIA AMAYA, TOMBADA PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....	116

FIGURA 40: ANTIGA INSTALAÇÃO DA FÁBRICA DE CHÁ DA FAMÍLIA SHIMADA.....	116
FIGURA 41: COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA E DESTAQUE PARA REGISTRO, BERÇO DA COLONIA JAPONESA NO BRASIL.....	124
FIGURA 42: CONVITE PARA FESTA DO CHÁ NA DÉCADA DE 1970, AUGE DA ECONOMIA DE REGISTRO.....	125

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REGISTRO.....	18
MAPA 2: LOCALIZAÇÃO DAS REGIÕES E PROVÍNCIAS DO JAPÃO, INDICANDO O FLUXO DE IMIGRANTES.....	42
MAPA 3: MUNICÍPIO DE REGISTRO, REPRESENTANDO AS ANTIGAS DIVISÕES DOS BAIRROS DA COLÔNIA JAPONESA - SHOKUMINCHI	58
MAPA 4: LOCALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES VISITADAS DURANTE O CAMPO	73
MAPA 5: PROPRIEDADES RURAIS COM PLANTAÇÃO DE CHÁ.....	84
MAPA 6: ATUAL DISTRIBUIÇÃO DO CHÁ EM REGISTRO	87

LISTA DE SIGLAS

CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia
 CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
 IAC – Instituto Agrônomo de Campinas
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 IEA – Instituto de Economia Agrícola
 K.K.K.K. – Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha
 Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA	18
1.1. ÁREA DE ESTUDO: APRESENTAÇÃO	18
1.2. COMPREENSÃO TEÓRICA DA QUESTÃO – QUESTÃO CULTURAL E PAISAGEM.....	21
1.2.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRODUÇÃO ESPACIAL – O CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA E O DEBATE CLÁSSICO	21
1.3. A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE CULTURAL NAS RELAÇÕES HUMANAS	30
1.4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL: A ESSÊNCIA DAS RELAÇÕES HUMANAS NO ESPAÇO, TEMPO E LUGAR.....	32
CAPÍTULO 2. A IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO BRASIL.....	33
2.1. A IMIGRAÇÃO JAPONESA – RAÍZES HISTÓRICAS	34
2.1.1. A CONJUNTURA DO BRASIL NA CHEGADA DOS IMIGRANTES	36
2.1.2. AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E JAPÃO	38
2.1.3. A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	39
2.1.4. DO PORTO DE SANTOS Á HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES: O DESTINO? AS LAVOURAS DE CAFÉ!.....	43
2.2. A COLONIZAÇÃO JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA	46
2.2.1. CRIAÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA EM IGUAPE/SP: NÚCLEO KATSURA.....	48
2.2.2. CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO JAPONÊS EM REGISTRO/SP	49
2.2.3. O IMIGRANTE EM REGISTRO/SP: A ORGANIZAÇÃO DA K.K.K.K.....	53
2.3. A RELAÇÃO DOS JAPONESES COM A TEICULTURA: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE.....	62
2.3. 1. A DIFUSÃO DA TEICULTURA E A FIGURA DO NISSEI	66
2.3. 2. A TEICULTURA COMO REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA NO ESPAÇO E TEMPO	71

CAPÍTULO 3. A CONJUNTURA SOCIOESPACIAL DOS JAPONESES E DA TEICULTURA NA ATUALIDADE – EXPRESSÃO ECONÔMICA E CULTURAL.....	72
3.1. A CONJUNTURA DO CHÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: O INÍCIO DO DECLÍNIO	74
3.2. FÁBRICAS CHÁ RIBEIRA, AGROCHÁ E COOPERATIVA DE COTIA.....	76
3.3. AS RELAÇÕES PRODUTOR X PROPRIETÁRIO	79
3.4. A ATUAL CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA TEICULTURA.....	83
3.5. PERSPECTIVA DA TEICULTURA.....	95
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
5. REFERÊNCIAS.	102
6. APÊNDICES	110
6.1. APÊNDICE A: MEMÓRIAS DA COLÔNIA JAPONESA: UMA BREVE HISTÓRIA DO CHÁ CONTADA PELOS PIONEIROS.	110
6.2. APÊNDICE B: UM SÉCULO DE HISTÓRIA: O PASSADO E O PRESENTE DE UMA CULTURA A PARTIR DA LEITURA ICONOGRÁFICA	113
7. ANEXOS.....	117

INTRODUÇÃO

Em 1908, inicia-se a primeira imigração japonesa ao Brasil. Dessa data em diante outras frentes ocorrerão, principalmente a partir de 1912 que caracterizará uma nova modalidade de imigração sob a tutela do governo japonês, como veremos adiante. A região paulista do Vale do Ribeira será o local de ocorrência da primeira colonização japonesa com destaque para o município de Registro, onde irá ocorrer toda a trama envolvendo a vida e o trabalho agrícola do chá desenvolvido pelos japoneses.

Segundo Petrone, (1966, p.160), “De um modo geral, o fato econômico mais significativo resultante dessa colonização foi o desenvolvimento das lavouras de chá, hoje uma das mais importantes de toda a baixada e um dos seus produtos de exportação”. A análise do autor, realizada por volta dos anos de 1960, no livro “A Baixada do Ribeira: estudo de Geografia Humana”, já evidenciava o trabalho do imigrante japonês.

Este município torna-se destaque em âmbito regional e nacional nas atividades agrícolas ligadas ao cultivo do chá.

Dessa forma realizou-se uma leitura a partir das relações dos japoneses com a Teicultura, analisando os aspectos econômicos e socioculturais, responsáveis pelas transformações na paisagem rural e urbana de Registro. Portanto, optou-se por estudar o processo de exploração agrícola do chá realizada na região do Vale do Ribeira e os reflexos culturais desta ocupação econômica, pois representam características deixadas pelo trabalho e pela relação cultural estabelecida com a nova terra.

O estudo se concentrou nos bairros rurais do município de Registro, pois entende-se que a contextualização histórica, econômica e cultural de um processo de ocupação originado por meio das migrações de japoneses foi determinante para a atual configuração espacial.

A diminuição gradual e sucessiva do cultivo agrícola do chá, contradizendo uma conjuntura de ampliação do mercado desse produto, bem como da diminuição do número de proprietários de terras e indústrias que trabalhavam com o cultivo desse produto, apontou um processo que poderia interferir no legado cultural.

Portanto, a relação estabelecida com a terra pelo migrante japonês, por meio do cultivo do chá e das manifestações culturais que resultaram desse processo na área de colonização em Registro, remete ao interesse da pesquisa.

Quanto à fundamentação teórica que subsidiou a pesquisa, foram utilizados referenciais privilegiando o estudo da Geografia Econômica, mais especificamente da Geografia Agrária, quando se abordou aspectos do cultivo do chá; e com a Geografia

Cultural, nomenclatura que a Geografia Humana recebeu quando se desenvolveu nos Estados Unidos quando estudavam populações tradicionais.

O privilégio em contar com pesquisas e textos geográficos que retratavam o local desde a década de 1950, contribuiu para a reconstituição histórica, econômica e cultural da região do Vale do Ribeira.

Pesquisadores ligados à produção geográfica como Pasquale Petrone¹ e sua obra “A Baixada do Ribeira”; Ruth Youko Tsukamoto², e a tese de doutorado “Teicultura no Brasil: subordinação e dependência”; e Roberto Braga³ com estudos voltados ao Planejamento Regional, contribuíram para a realização desta pesquisa, no sentido de permitir o acompanhamento do processo que ocorreu com esta colonização.

Desta forma, nosso estudo representa também, não só o que resultou culturalmente deste processo econômico, mas a atualização também do quadro econômico desenvolvido no município.

A estrutura apresentada nesse trabalho está composta em três capítulos, sendo subdivididos da seguinte forma: O capítulo 1 tratará teoricamente o tema, utilizando autores que caracterizam a área do ponto de vista da economia e da cultura, privilegiando a categoria de Paisagem. O capítulo 2 abordará os processos migratórios no Brasil, contextualizando a migração japonesa e seu processo de ocupação, organização e formação da colônia japonesa na baixada do Ribeira, representado pela cidade de Registro; estendendo-se às atividades relacionadas ao trabalho dos japoneses e seus descendentes na lavoura de chá, responsável pelo desenvolvimento econômico e populacional no Vale do Ribeira, além das relações estabelecidas desse imigrante com sua cultura de origem. No capítulo 3, tratou-se dos resultados obtidos com a atividade de campo, e caracterizou-se as condições atuais da teicultura no município de Registro, além de seus reflexos na sociedade, na economia e na cultura.

¹ Pasquale Petrone publicou no ano de 1966, a obra intitulada: A Baixada do Ribeira: Estudo de Geografia Humana, no qual retrata a paisagem relacionando as atividades humanas na formação da mesma, envolvendo a cultura, economia e a política, das cidades que compõe a região paulista do Vale do Ribeira.

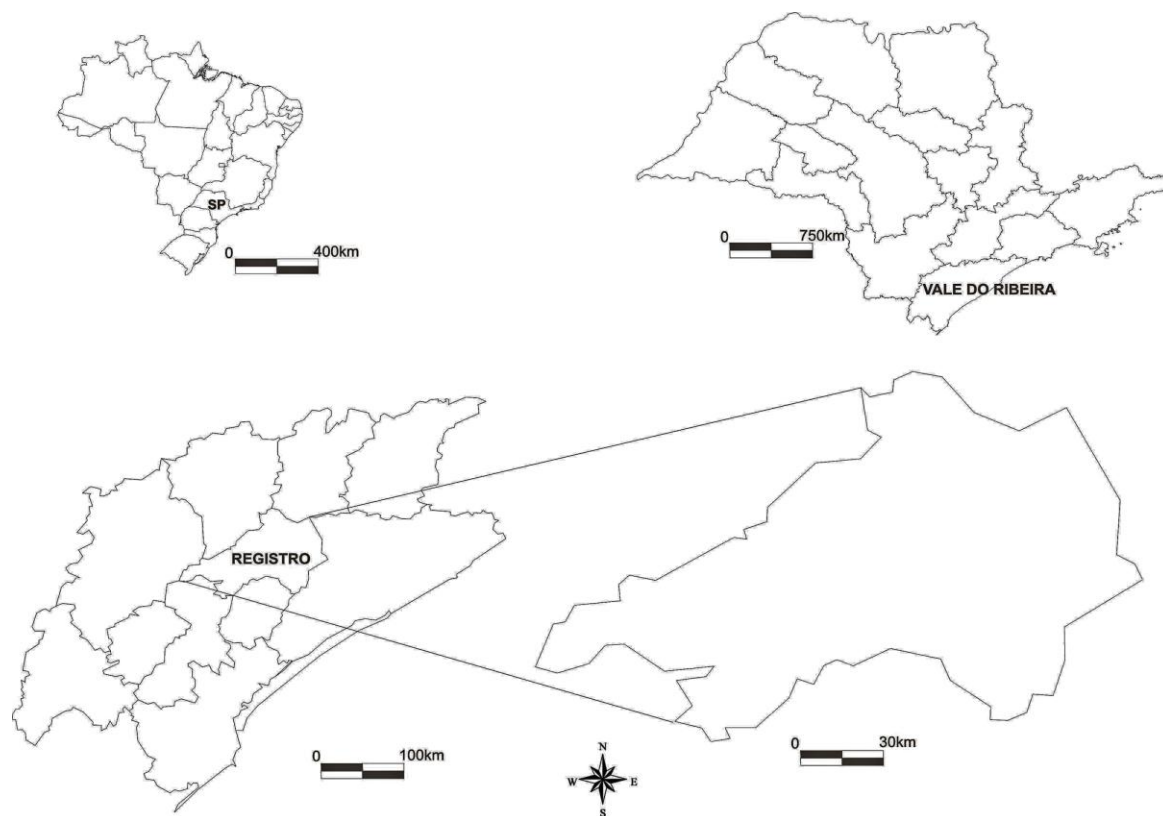
² Ruth Youko Tsukamoto, docente do Departamento de Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL), defendeu seu doutorado em 1994, intitulado Teicultura no Brasil: subordinação e dependência, que traz como tema central as relações do capital com a atividade do chá nos municípios paulistas do sudeste do estado.

³ Roberto Braga, docente do Departamento de Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), publicou em 1999, um artigo intitulado: Raízes da Questão Regional no Estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira, discutindo políticas sociais e econômicas, voltadas ao planejamento da região.

CAPÍTULO 1 – RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA

1.1. Área de estudo: apresentação

O município de Registro está localizado na região do Vale do Ribeira, compreendendo uma área que envolve as margens do Rio Ribeira de Iguape, de coordenadas geográficas: 24°29'15"S e 47°50'37"W latitude e longitude respectivamente. (Mapa 1).



Fonte: IBGE

Elaboração: Alessandro Aoki, 2010

Mapa 1: Localização do Município de Registro

Fonte: IBGE, 2010

Registro presenciou em sua ocupação inicial, o desenvolvimento de uma colonização que optou por um determinado segmento étnico. A presença de imigrantes japoneses, tutelados por uma Companhia de empreendimentos denominada Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha - KKKK (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A), foi resultado de ação do governo japonês, responsável por toda organização deste processo de imigração e ocupação do Vale do Ribeira.

Com uma economia baseada nas atividades agrícolas, principalmente a do chá, mas estendendo-se também para o cultivo do arroz, café e banana, não só o município de Registro

experimentou expressivo crescimento econômico e populacional, como também o Vale do Ribeira.

No dia 30 de novembro do ano de 1944, por meio do Decreto Lei Nº. 14.334, Registro deixava de ser um distrito de Iguape para tornar-se um município independente, e a partir desse momento passa a ter destaque no cenário regional, dado a expansão econômica, principalmente a que concerne á produção de chá.

Com relação aos aspectos naturais, Registro está localizado numa porção da superfície que compreende as terras do rio Ribeira de Iguape, cuja altitude em relação ao nível do mar, não ultrapassa 20 metros. É uma área de predomínio de relevo de planícies fluviais, uma vez que se encontra próxima à orla litorânea.

Segundo Petrone (1966), morfologicamente a Baixada do Ribeira é uma grande extensão de terras baixas, quase 6.800 km² de superfície abaixo de 100 m., abertas para o oceano e emolduradas pela Serra do Paranapiacaba⁴ e seus contrafortes.

A região do Vale do Ribeira está envolvida pela Serra do Mar e Serra do Paranapiacaba compreendendo uma grande planície de formação sedimentar, e como tal, contém estruturalmente materiais de origem marinha e do interior do continente, tornando-se um grande depósito desses sedimentos.

Segundo Petrone (1966): “[...] constitui uma área geologicamente complexa, dentro da qual encontramos desde as formações cristalinas mais antigas, até grandes extensões de sedimentos muito recentes” (PETRONE, 1966, p.26).

Ross (2006) completa a citação acima, afirmando que a causa dessas formações deve-se ao espalhamento dos sedimentos pelas margens baixas e planas, e ao mesmo tempo em que depositam novos sedimentos transportados do interior do continente, remanejam os sedimentos marinhos anteriormente depositados.

Segundo o relatório do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e do Litoral Sul, de 2007, essa planície sedimentar envolve a extensão da bacia hidrográfica no qual circula o rio Ribeira de Iguape, sendo esse o único rio no Estado de São Paulo que deságua diretamente no Oceano.

Tal favorecimento da hidrografia na região colaborou para criar vias de comunicação por meio da navegação, que foi importante para o transporte de mercadorias produzidas pela colônia japonesa de Registro. A companhia de colonização chegou a construir um porto as margens do rio Ribeira de Iguape para tal finalidade.

⁴ Serra do Paranapiacaba compreende as escarpas mais altas do Vale do Ribeira, cujas altitudes podem chegar entre 700 e 900 metros em relação ao nível do mar. (ROSS, 2006).

Petrone (1966), completa, afirmando que graças a sua riqueza e ao fato de raramente não se apresentar com rios de perfis longitudinais regulares, tipicamente de planície, tem sido aproveitada pela navegação, tendo sido meio de penetração e de fixação dos povoadores.

A Bacia hidrográfica do Ribeira por sua vez, está contida no bioma da Mata Atlântica, que tem como principal característica a alta pluviosidade, podendo chegar a 3.000 mm/ano (ROSS, 2006), consequência direta do efeito orográfico, ocasionada pela proximidade das escarpas, além de estar próxima a faixa litorânea, que sofre com as intervenções das massas de ar.

Esse perfil climático tende a colaborar com a cultura do chá em Registro, pois o vegetal tem como principal exigência uma boa quantidade e distribuição regular de chuvas durante o ano (PENTEADO E FURTADO, 1986).

Como citado anteriormente, a região encontra-se na porção fragmentada da Floresta Pluvial ou Tropical Atlântica, e Registro seria o município onde praticamente a vegetação foi dizimada para a implantação da colônia japonesa bem como as atividades agrícolas desenvolvidas por esse grupo.

Segundo Petrone (1966): “A maior parte foi destruída pelo homem, ou para dar lugar a espaços agrícolas, ou para extração de madeira e lenha, ou ainda para obtenção de carvão e palmito. O fogo foi o principal instrumento no processo de destruição” (PETRONE, 1966, p.35).

Ross (2006) contextualiza o atual quadro natural da região, afirmando:

Há muitas áreas com vegetação em processo de autorregeneração, aparecendo capoeiras e matas secundárias em bosques descontínuos. Entretanto, a unidade está praticamente ocupada com atividades da agropecuária, destacando-se primeiramente, o cultivo da banana nanica, secundariamente, o chá e a pecuária extensiva de cria e leite (ROSS, 2006, p.192).

A retirada da vegetação por sua vez expôs outro elemento importante que deve ser posto em destaque quanto aos aspectos naturais, são os solos, principais responsáveis pela configuração agrícola da região.

Recorrendo novamente a Petrone (1966), sua descrição dos solos da porção do Vale do Ribeira que envolve o município de Registro, é caracterizada da seguinte forma:

No conjunto predominam solos frágeis, pouco profundos, quase sempre com predominância de materiais silicosos. Entre os mais favoráveis encontram-se os massapés e salmourão, particularmente o primeiro, solos eluviais das formações algonquianas e arqueanas. Quando menos ácidos, argilosos tendendo para arenosos, são satisfatórios, especialmente se contiverem elementos minerais em proporções razoáveis. São encontrados na zona sub-litorânea, em áreas de colinas. Os melhores pertencem a uma faixa que, grosseira e irregularmente, dispõe-se aproximadamente de

Registro e Eldorado, passando por Jacupiranga, em torno da qual existe, segundo opinião corrente entre os agricultores da região, uma área de solos excepcionalmente férteis. (PETRONE, 1966, p.37).

Os solos rasos que caracterizam o município de Registro possuem elevado índice de acidez, considerados pelos técnicos agrícolas, como condição favorável para se plantar chá, além do mais, essa característica pedológica está localizada em terrenos elevados, nas altas vertentes, onde se verifica na paisagem rural de Registro a predominância da cultura do chá.

No conjunto, as condições naturais do terreno tiveram certa contribuição para o desenvolvimento das atividades agrícolas na região do Vale do Ribeira e principalmente em Registro, onde se destaca o contingente japonês e a cultura do chá.

1.2. Compreensão teórica da questão – questão cultural e paisagem

Nesse estudo sobre o município de Registro, buscamos explicar a paisagem por meio da análise representativa da mesma, como os aspectos relacionados a ocupação e economia; a população e expressão cultural dos japoneses que se manteve a partir da teicultura em tempos de colonização até a atualidade. Para isso recorreremos às explicações para os fatos levantados e observados em campo a partir de autores da Geografia Humana, envolvidos nas subáreas da Geografia Cultural e Agrária.

1.2.1. – Algumas considerações acerca da produção espacial - o conceito de paisagem na geografia e o debate clássico

Trataremos aqui do valor da sociedade enquanto agente produtor do espaço, pois é por meio da ação humana que se desenvolve o espaço vivido.

Milton Santos (1988) define o termo produção espacial, afirmando que:

[...] com a produção humana há a produção do espaço. O trabalho manual foi sendo relegado a segundo plano e a maquinaria foi sendo cada vez mais usada até se chegar à automação. A produção do espaço é resultado da ação dos homens, agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução dos níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas. (SANTOS: 1988, p. 64)

Segundo o autor, a produção espacial se dá em diferentes escalas, de acordo com a história da sociedade enquanto agente de desenvolvimento do espaço. Portanto o espaço é dinâmico, e está em constante movimento, pois as ações humanas sobre os objetos materiais e

imateriais são intensas. Essas transformações são observadas nas pessoas, numa cidade, bairro, rua, na área rural.

Nesta pesquisa privilegiamos a categoria paisagem geográfica, por avaliar que evidenciam as relações estabelecidas na produção do espaço, entre a sociedade que o ocupa e as transformações que imprime a este espaço, inclusive suas contradições.

A categoria de paisagem compõe o corpo teórico da Geografia e são inúmeras as suas reconstituições ao longo da história. Por apresentar-se inúmeras as definições, nos concentramos nos autores que consideramos mais importantes do ponto de vista geográfico.

A Geografia Alemã, representada por Friedrich Ratzel (1844-1904), trouxe fundamentos focando aspectos culturais na elaboração da paisagem, assinalando a importância do papel da natureza sobre as civilizações (ZANATTA, 2008), como era e ainda é, característica da Geografia alemã.

Segundo Claval (1995), autor que compõe a Geografia Cultural atual, Ratzel evidenciou aspectos deterministas em suas obras, afirmando a influência da natureza sobre o homem. A partir dessa concepção, Ratzel, desenvolveu estudos envolvendo os fenômenos migratórios, que segundo ele ocorria em função das condições físicas do meio ambiente, sendo o fato que determinaria maior ou menor desenvolvimento das sociedades em função das técnicas empregadas para transformação do meio. Dessa forma a paisagem surgirá como o resultado da consequência direta do desenvolvimento do meio que envolvem materiais e técnicas ao longo da história de um determinado grupo. Segundo Brum Neto (2007):

Pode-se dizer que nos primórdios da geografia cultural, enfatizou-se nas paisagens como expressão dos grupos étnicos, as quais assimilavam a dimensão cultural da paisagem. A atenção voltava-se a parte material da cultura, dada pelos utensílios e pela técnica, no entanto, negligenciava os conhecimentos e valores (BRUM NETO, 2007, p.23).

Essa concepção de Ratzel foi contestada pelo francês Vidal de La Blache (1845-1918), que explicaria os aspectos culturais por meio do possibilismo, afirmando que as ações desempenhadas pelo homem no meio são passíveis de adaptação e modificação, pois são resultados impressos por transformações da própria sociedade.

A concepção de La Blache, interpretada por Monbeig (1940) apresenta-se da seguinte forma:

O homem, que, com seus utensílios, a inteligência que lhe guia as mãos, é capaz de transformar a tal ponto o meio natural que, aquilo que tomamos atualmente por uma paisagem obra da natureza, não é senão o cenário construído por ele. Tornava-se cada

dia mais evidente que a ação geográfica dos homens se exercia como se exerce o talento do arquiteto urbanista, que transforma o ingrato arrabalde industrial urbano em uma seqüência de parques verdejantes, como o arquiteto desenhista de jardins cria uma paisagem amável no lugar onde se erguia uma floresta frondosa. A ação dos homens sobre a paisagem natural foi então comparada á de jardineiro de tal modo familiarizado com o espetáculo que tem sob os olhos que chega a esquecer do quadro natural. (MONBEIG, 1940, p.236; 237)

Divergindo então do pensamento de Ratzel, que afirmava ser a natureza o principal agente responsável pelo estabelecimento de diferentes grupos humanos na superfície terrestre, La Blache cria o conceito de gênero de vida, para explicar todas as relações que envolvem os valores materiais e imateriais, na interação sociedade e natureza.

Segundo Zannata (2008):

Vidal de La Blache elaborou o conceito de gênero de vida, o qual exprimiria uma relação entre população e recurso, uma situação de equilíbrio, contribuída historicamente. Pode-se definir esse conceito como o conjunto de técnicas, hábitos e costumes próprios de uma sociedade que possibilitam o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. Sustentando a idéia de que a ação humana é influenciada pela contingência, para Vidal o meio físico exercia ascendência sobre certos gêneros de vida, mas os grupos humanos também nele podiam intervir, dependendo de seu estágio civilizatório, cultural e seu desenvolvimento tecnológico (ZANATTA, 2008, p.4).

Pode-se afirmar que a existência de diferentes paisagens é resultado direto dos contrastes que envolvem as organizações humanas, dada pelas ações expressas no meio. E que para se compreender as diferenças em cada paisagem, é preciso ter como referência de análise aspectos do gênero de vida, as interações entre os elementos naturais e humanos, extraindo desse dualismo as especificidades que as caracterizam. Dessa forma, La Blache classifica os diferentes níveis de desenvolvimento de uma determinada sociedade, pelas técnicas empregadas na transformação do meio, que responderá pela maior ou menor facilidade de adaptação. Assim o homem torna-se um ser ativo da natureza, pois o grau de modificação no meio pode expressar o nível de desenvolvimento de uma determinada sociedade.

Para Brum Neto (2007):

Tal fato justifica os estudos realizados pelos franceses, que de maneira geral, objetivaram analisar a alteração humana expressa, principalmente na paisagem e, a partir disso, classificaram os povos em civilizados ou não, tendo como base o grau de alteração que os mesmos impregnaram na paisagem (BRUM NETO, 2007, p.24).

É a partir desse debate entre a Escola Francesa e Escola Alemã, que sistematiza-se na Geografia, as primeiras definições de cultura, tratadas na perspectiva da relação estabelecida entre a sociedade e a natureza, e tal desenvolvimento ao longo do tempo, culminando na formação da paisagem tipicamente cultural.

Essa idéia era comum entre as duas escolas, o que diferenciava uma da outra era que para os alemães a cultura derivava dos elementos materiais, tais como utensílios, artefatos, habitat, ficando restritos apenas ao emprego das técnicas aplicadas na agricultura; o grau de desenvolvimento de cada sociedade, caracterizaria sua diferença (BRUM NETO, 2007). Tal concepção derivava do contexto presenciado no sistema produtivo da Alemanha, último país a deixar o sistema feudal, que tinha como base de produção, a agricultura. Para os franceses, cuja concepção já incorporava a cultura, as transformações impressas no espaço seriam resultado das ações humanas, tratados na perspectiva do gênero de vida. Tal concepção advinha do contexto presenciado pelo sistema produtivo da economia francesa: em pleno desenvolvimento da indústria.

Os estudos geográficos em torno da questão cultural terão novamente o destaque na Geografia com o norte americano Carl Sauer (1889-1975), que apresentou, uma nova leitura para o conceito de Cultura. Fundador da Escola de Berkeley, localizada na Califórnia, realizou estudos com a população indígena dos EUA e as civilizações pré-colombianas do México.

Sauer apresentou a possibilidade de uma nova leitura para a compreensão da paisagem, quando considerou os aspectos culturais como principal agente modificador da natureza. A esses aspectos, Sauer (1998), denominaria Morfologia da Paisagem, que seria o meio já alterado pelas manifestações humanas.

Sob influência da escola alemã, Sauer (1998), assim como Ratzel, não contemplava a subjetividade como os franceses o faziam, buscando para análise apenas os elementos exteriorizados na paisagem, representativos de determinada cultura, valorizando o sentido do que era visível. Considerando tais aspectos, na concepção de Sauer (1998), os elementos materiais serão relevantes numa análise cultural da(s) paisagem(ns), expressão da produção e reprodução humana sobre a natureza.

Segundo Sauer (1998):

As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão de culturas. Elas se derivam em cada caso da paisagem natural, como homem expressando seu lugar na natureza como um agente distinto de modificação (SAUER, 1998, p.43).

Sauer (1998) ainda destacava o conceito de paisagem como uma identidade, enquanto valor geográfico que possui particularidades que as diferenciavam de outras, que, no entanto, não fogem do plano das interações e relações com outras paisagens.

Enquanto método, a Geografia poderá descrever a paisagem individual como um tipo ou provavelmente uma variante de um tipo, mas deverá ter sempre em mente o genérico e proceder por comparação (SAUER, 1998).

Ainda completa, afirmando que:

Toda paisagem tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens e isso também é verdadeiro com relação as formas que compõe a paisagem. Nenhum vale é exatamente igual a outro vale; nenhuma cidade é uma réplica exata de outra cidade. (SAUER, 1998, p.24).

Sauer sinaliza que as ações que envolvem a formação da cultura, é fruto das sucessivas intervenções humanas ao longo do tempo no meio natural, e que as modificações que o meio sofre vão resultar na elaboração das paisagens culturais. Nesse contexto, os geógrafos devem antes de tudo, observar, analisar, compreender e correlacionar os elementos naturais e humanos que compõem a paisagem cultural que estão procedendo a leitura, emprestando valor científico aos estudos resultados de tais pesquisas (SAUER, 1998).

A contribuição de Sauer para a Geografia Cultural foi importante à medida que permitiu uma valorização da cultura como resultado da relação estabelecida entre a sociedade e a natureza. Dessa forma, trouxe novas informações para o conceito de paisagem cultural, tendo como base, as pesquisas realizadas com populações nativas, e o significado da prática agrícola para seu desenvolvimento.

Na mesma linha de pesquisa que contempla os estudos da Geografia Cultural, o geógrafo francês Pierre Monbeig, trará novas informações para o conceito de paisagem.

Em seus estudos, Monbeig (1957), foi influenciado por La Blache, seu orientador, e valorizou os conceitos de Meio e Gênero de Vida. Partindo desses conceitos, Monbeig criou a noção de fato e complexo geográfico. O fato geográfico é uma fração que como tal precisa ser completada, mas sua funcionalidade compreende um conjunto de correlações de um determinado fenômeno espacial. E essa compreensão deve ser associada a outros fenômenos, levando a um complexo geográfico, no qual se estabelece relações com outros fatos geográficos.

Monbeig (1957) dá um exemplo concreto da ocorrência de um fato geográfico:

Não é a altitude das Agulhas Negras que é um fato geográfico, mas o conjunto do maciço, constituído por certas categorias de rochas, situado em determinado conjunto orográfico, submetido a certas condições climáticas que determinam certa distribuição de vegetação, originando certos modos de ocupação do solo pelo homem e tornando possíveis certos produtos (MONBEIG, 1957, p.8).

O fato geográfico explicado por Monbeig (1957) menciona uma área em particular, mas que ocorrem sucessivas interações naturais e humanas, e que o geógrafo deve levar em consideração as relações desses ambientes, para só assim compreender sua dinâmica espacial.

O complexo geográfico representa uma categoria de análise espacial com maior número de elementos, abarcando a possibilidade de diversas correlações espaciais, e compreendendo, por fim, um conjunto de fatos geográficos.

Dantas apud Monbeig (2009):

O geógrafo vê-se diante do complexo geográfico como diante de novelos de linha loucamente emaranhados, dos quais dificilmente se encontra a ponta. Essa metáfora dos novelos de linha nos leva a concluir que Monbeig tem sempre em mente a noção de simultaneidade e de complementaridade dos fenômenos que compõem o complexo geográfico (DANTAS, 2009, p.5).

Monbeig faz menção a paisagem, referindo-se a essa como componente do complexo geográfico (DANTAS, 2009):

[...] a paisagem é um dos elementos que compõe o complexo geográfico e disso podemos concluir que os elementos que se articulam para transformar a paisagem também entram na análise do complexo, ou seja, as diversas formas de trabalho são um componente desse complexo. (DANTAS, 2009, p.10).

Esta forma de trabalho exercida pelo homem se traduz na introdução de culturas diversas, substituindo o seu revestimento natural, construindo casas, rasgando estradas, delimitando campos, erguendo postes para fiação, construindo barragens, estradas de ferro, canais, etc. “obra tão grandiosa” que, muitas vezes, transformam a topografia original e dá à terra um novo aspecto. (DANTAS, 2009).

Contudo, a paisagem tem suas limitações, e Monbeig (1957) faz esse alerta, mencionando:

A paisagem não exterioriza todos os elementos constituintes do complexo. Nem sempre nela se encontrarão expressos com clareza os modos de pensar, as estruturas financeiras que são, entretanto, parcelas apreciáveis do complexo geográfico. (MONBEIG, 1957, p.11)

Portanto, a paisagem na visão de Monbeig seria um termo empregado para explicar um conjunto de fenômenos naturais e humanos que ocorrem em interação no espaço geográfico.

A compreensão expressa nesta pesquisa, sobre a colonização japonesa no município de Registro privilegiou a leitura com base nas concepções de Monbeig, e posteriormente de

Claval (1995), que assim, como Sauer (1998), dão primordial importância aos aspectos culturais na leitura da paisagem.

Quanto aos elementos que compõem a paisagem cultural, bem como sua abordagem dentro da Geografia Cultural, será uma abordagem realizada pelo geógrafo francês Paul Claval, um dos expoentes, na atualidade, de uma leitura na perspectiva cultural das sociedades.

Sua compreensão se aproxima da de La Blache, à medida em que concebe o homem como principal agente transformador do meio natural, privilegiando as atividades humanas, compreendendo que a cultura é resultado dessa intervenção, constantemente modificada.

Ignora o meio natural como elemento de correlação direta com a sociedade, afirmando que esse já não existe mais em função das sucessivas alterações.

Segundo Claval (2007):

Os homens não estão jamais em relação direta com a natureza: vivem num meio artificial que eles mesmos criaram; o vestuário e a casa os protegem das vicissitudes do clima; os caminhos e as vias facilitam a circulação. A vegetação natural é destruída e substituída pelas florestas cuja composição é controlada, pelas pastagens ou planícies para alimentar os animais, e pelos campos onde se desenvolvem as culturas (CLAVAL, 2007, p.12).

A visão de Claval (2007) limita-se ao visível, ou seja, só leva em consideração as atividades que deixam impressões na paisagem. Dessa forma a cultura que resulta da expressão humana, pode sofrer mudanças no momento em que novas técnicas são introduzidas, porém pode manter algumas características anteriores, que no seu entendimento cabe ao geógrafo elucidar a ocorrência dessas transformações que refletem diretamente na paisagem.

A produção de Claval (2007) tem sido importante referencial para os estudos da Geografia Cultural, contribuindo principalmente para explicar fatores ligados as heranças culturais de diferentes sociedades. Sua contribuição interessou a essa pesquisa, à medida que tratou-se também de uma conjuntura herdada de um período histórico da colonização japonesa estudada.

Na produção brasileira, os autores que se destacam atualmente são Corrêa e Rosendhal (1998):

A paisagem, de fato, é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena”, em uma unidade visual. (CORRÊA E ROSENDHAL, 1998, p.98)

Esses autores aproximam-se das concepções contidas em Sauer (1998), Monbeig (1957), que por estudarem ambientes naturais transformados pelo trabalho humano, abordavam, diferentemente de Claval (1995, 2007), a relação da sociedade com a natureza. Interpretavam a paisagem, associando-a ao fator tempo, às mudanças que ocorrem num determinado espaço, território ou lugar. Essas mudanças ocorrem num cenário cujos fatores envolvem a sociedade e a natureza, ou seja, o meio físico e humano, nas inter-relações estabelecidas a partir do momento em que um age sobre o outro. Dessa forma, a paisagem surge como resultado dessas interações com o meio que está em sucessiva ação ocasionado por diferentes agentes. (CORRÊA E ROSENDHAL, 1998).

Wagner; Mikesell (2003), quando citam exemplos da utilização do conceito de paisagem cultural em um determinado espaço geográfico, afirmam que:

As terras cultivadas que aparecem tão marcadamente em muitas paisagens testemunham não apenas uma mudança radical na cobertura vegetal, mas também a presença de elementos artificiais: pomares, jardins, campos arados, muros e cercas, caminhos e estradas, celeiros, estábulos, habitações e núcleos de povoados inteiros, todos em disposição regular. Em qualquer paisagem cultural, a disposição, o estilo e os materiais desses aspectos tendem a refletir a presença de um modo de vida distinto, ou *genre de vie*⁵, interagindo com um determinado quadro natural (WAGNER, MIKESELL, 2003, p.37).

Almeida, Chaveiro e Braga (2008) reforçam a respeito das paisagens, afirmando que:

[...] constituem-se em patrimônios sociais, históricos e culturais das diferentes comunidades humanas e, como tais, se caracterizam por serem, simultaneamente, patrimônios materiais e imateriais, permanentes ou cambiantes. (ALMEIDA, CHAVEIRO E BRAGA, 2008, p.47)

O ser humano torna-se o principal agente nas transformações espaciais em que está inserido, pois suas sucessivas atividades numa escala temporal acabam esculpindo uma paisagem que assume formas que expressam esses grupos, pois carregam consigo um conjunto de símbolos e significados.

Partindo da leitura dos símbolos e significados a paisagem pode ser construída a partir de uma bagagem histórica, carregada de memória; e que são valorizadas por meio de imagens, identificadas pelo grupo. A flor do chá, impressa na bandeira do município de Registro, transformou-se em símbolo, pois expressou a economia de uma conjuntura (Figura 1 e 2). É

⁵ *Genre de vie*, ou gênero de vida, é um conceito criado pelo geógrafo francês, Vidal de La Blache, que consiste num conjunto de interações envolvendo elementos naturais e humanos, expressos numa paisagem.

identificada pelo grupo interno (Registro) e pelo grupo externo (mercado de comercialização interno e externo do chá).

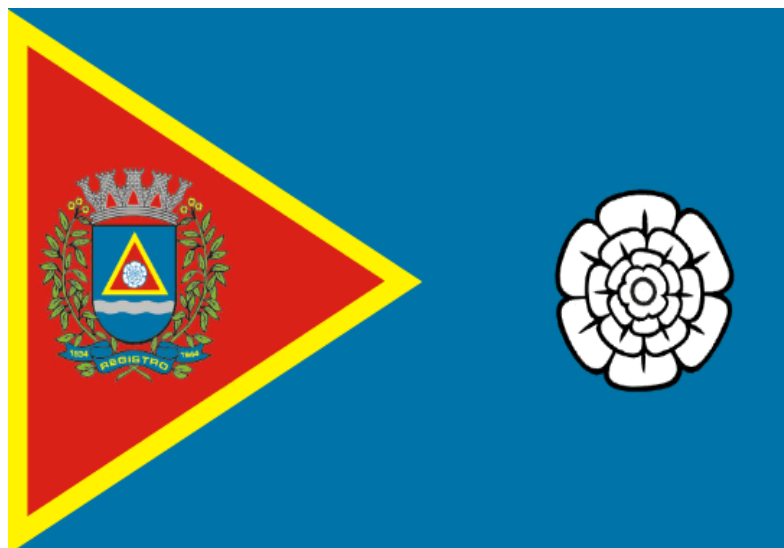


Figura 1: Bandeira do município de Registro-SP.

Fonte: <<http://www.registro.sp.gov.br> >



Figura 2: Flor de chá estilizada na bandeira do município de Registro

Fonte: <<http://www.culturajaponesa.com.br/htm/cha.html> >

A inserção do imigrante japonês no cenário agrícola do Vale do Ribeira ocorreu pelas condições físicas do local escolhido, uma vez que as condições dos solos alagadiços da região, propiciaram o cultivo do arroz utilizando as mesmas técnicas empregadas no Japão, implantando posteriormente o cultivo do chá, principal atividade comercial durante as

décadas seguintes, sendo responsável por cristalizar uma identidade cultural japonesa, em solo brasileiro.

Neste caso, podemos afirmar que foi por meio dos elementos contidos na natureza que se desenrolaram as condições favoráveis para o desenvolvimento da paisagem cultural, uma vez que, a ação do homem talhou no limiar do tempo um histórico repleto de significados que deram ostentação ao grupo.

Além do mais, a paisagem é dinâmica, mutável com o passar dos anos e os componentes associados a essas mudanças são aqueles que regem o sistema social, representados pelas condições políticas, econômicas e culturais.

Podemos dizer que a paisagem é o pano de fundo da produção espacial; e que a sociedade munida de ferramentas materiais e também imateriais, moldam a paisagem conforme sua necessidade.

1.3 – A importância da identidade cultural nas relações humanas

Quando destacamos os aspectos ligados a identidade cultural, buscamos associá-los a um determinado grupo social, localizados em determinado lugar, que mantém hábitos em comum e que passam pelas mesmas mudanças ao longo dos anos. Essas mudanças estão impressas na paisagem e marcam diferentes épocas da existência daquela sociedade. Sociedade que possui práticas em comum, partilha da mesma cultura, repleta de costumes e tradições, formam um conjunto de valores, sejam materiais, ou imateriais, abstratas, dados pelo valor de sentimento e de apego.

O processo de imigração, que significou o deslocamento dos japoneses de seu país de origem, o Japão, para Registro, provocou a criação um ambiente próximo ao país de origem, valorizando ao máximo os aspectos culturais da etnia. Um dos aspectos que despertou o interesse em estudar a teicultura no município de Registro, como expressão da cultura japonesa, foi a observação na paisagem de prédios (fábricas de beneficiamento do chá, residências, estabelecimentos comerciais), e de monumentos culturais, que representavam aspectos da cultura japonesa.

Segundo Claval (2007):

A cultura não é vivenciada passivamente por aqueles que a recebem como herança: eles reagem aquilo que lhes é proposto ou que se lhes pretende impor. Interiorizam certos traços e rejeitam outros. Inventam, ao longo de suas existências, novas maneiras de fazer, atribuem cores novas aos seus sonhos e aos seus pesadelos, e

criticam os valores usuais quando estes não correspondem as suas aspirações profundas. (CLAVAL, 2007, p.13)

Para a pesquisa em desenvolvimento, identificamos que ao longo do processo de colonização ocorrido em Registro, diversos fatores, tais como, o lingüístico, religioso, econômico, dentre outros, contribuíram para a criação de uma identidade no grupo de japoneses que ali se fixaram.

Segundo Bezzi (2004), a identidade cultural firma-se num alicerce formado por um conjunto de ações de um determinado grupo:

É a identidade cultural que fornece coerência e inteligibilidade ao grupo social, ela é igualmente um filtro para aprender o real, pelo grupo como pelos indivíduos que o compõe. Ela é um fio durável que liga o grupo. Dessa forma o fenômeno cultural é vivenciado pelo grupo e se expressa no território que ele ocupa, servindo, portanto, como inspirador e parâmetro das formas de organização social. Por meio da identidade cultural, um grupo social se identifica e é reconhecido pelos demais (BEZZI, 2004, p.216).

Neste caso, relacionamos identidade cultural ao Lugar, dimensão do espaço em que indivíduos se familiarizam, ganham o sentido de pertencimento, estabelecem relações entre vizinhos, grupos ou mesmo sociedades.

Os valores criados pelos grupos sociais e expressos no espaço em que vivem, são representados, via de regra, por símbolos abstratos, que exaltam sentimentos e memórias passadas de cada sociedade que as construiu.

Dessa forma, o simbólico está relacionado ao aspecto subjetivo, à sua representação (dos sentidos, do não visível, da imaginação). Assim Claval (1987), compreende os valores simbólicos:

Os nomes de lugares, os estilos das casas, a maneira de construir as estradas, as pontes e os caminhos tomam assim um valor simbólico que ultrapassa por vezes o seu valor utilitário direto. O indivíduo, a família, o grupo, a nação, identificam-se com certa porção da superfície terrestre. No seu ordenamento, encontram a oportunidade de manifestar os seus valores fundamentais (CLAVAL, 1987, p.381).

Os símbolos são formas de expressar sentimentos, valores do grupo que representa. São representações passíveis de observação e reconhecimento por parte de qualquer pessoa, que componha aquela cultura: ritual religioso, arquitetura das casas, neste caso, de influência oriental.

1.4 – A produção do espaço rural: a essência das relações humanas no Espaço, Tempo e Lugar

Embora uma gama de autores tenham se preocupado em tratar a organização de segmentos sociais no meio rural paulista (GEORGE, 1982; BRANDÃO, 2009; QUEIRÓZ, 1973; CANDIDO, 1971), e tenham contribuído para a compreensão da cultura japonesa como identidade social expressa em um território, a concepção que mais se identifica com o quadro em estudo, é a apresentada por Fernandes (1971):

O elemento permanente, enfim, seria constituído pela existência de certa unidade entre um grupo de vizinhos, resultados da soma de determinados elementos de coesão, fazendo com que se estabeleçam contatos e intensa vida de relações, dentro de uma determinada área a que o povo denomina de bairro. (FERNANDES, 1971, p.7)

De modo geral, os autores mencionados acima, deixam claro que é no bairro rural que se desenrolam os laços sociais afetivos de um determinado grupo de pessoas que partilham do interesse em comum em relação ao trabalho, organização de reuniões, festividades, cultura, na qual resultará na afirmação de uma identidade social.

Segundo Bombardi (2004), o bairro rural pode ser visto como:

[...] a expressão da identidade territorial de um grupo de sitiantes que através do trabalho familiar transforma o meio natural, ou um território anterior, por meio de padrões culturais, estabelecendo uma rede de relações entre si que cria uma especificidade no território, que se caracteriza, por exemplo, através do tamanho semelhante dos sítios, de tipos de cultivo em comum, de técnicas de trabalho semelhantes, na semelhança na organização interna dos sítios. (BOMBARDI, 2004, p.61)

A organização impressa pelos japoneses no espaço rural em que exploraram foi diferente, tanto em sua organização produtiva, quanto em sua expressão cultural. Não constituíam uma sociedade de caipiras (QUEIRÓZ, 1973; CANDIDO, 1971), e sim um grupo de imigrantes japoneses. Não viveram isolados da cidade, e nem de outros bairros, incluindo a cidade, num conjunto de relacionamentos sociais. O contato diário entre a população residente no município de Registro era basicamente entre compatriotas. A maioria da população que compunha o município de Registro, entre a década de 1920 e 1950, eram de japoneses.

Os japoneses se assemelhavam aos caipiras, quanto á organização do grupo, a cooperação entre os mesmos. O tipo de trabalho empregado no cultivo do chá eram os mesmos; utilizavam as mesmas técnicas e ferramentas. O capítulo 2 trará a caracterização do bairro rural japonês no município de Registro, que perdurou por algumas décadas, até seu final na década de 1940, com a entrada da teicultura no comércio mundial e as mudanças nas

relações sociais, inauguradas com a entrada do nissei (filho de japoneses) no gerenciamento dos setores administrativos, do processo produtivo.

Assim, com base nessa contextualização teórica sobre a categoria de paisagem e cultura, como expressão da relação estabelecida entre a sociedade e a natureza, que se fundamenta a presente pesquisa, privilegiando principalmente, os elementos que fazem parte de uma trama de relações envolvendo o espaço e o tempo, resultando na elaboração de uma paisagem cultural. No município de Registro, essa paisagem resultou da economia implementada pelos imigrantes japoneses no processo de colonização, cujo produto principal foi a cultura do chá.

CAPÍTULO 2 – A IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

A imigração e a colonização são processos que sempre estiveram interligados à mobilidade de populações, seja por meio das migrações internas ou externas.

A imigração japonesa que ocorreu no Brasil em 1908 pode ser classificada de “clássica”. Ocorreu de um país para o outro, foi de longa distância; e definitiva em sua forma, não ocorrendo retorno. As explicações para os processos migratórios que ocorrem atualmente sofreram alterações, distinguindo-se da “clássica”, a partir da década de 1990. Peculiaridades das novas formas de migração, tais como curta duração de tempo, entre distâncias curtas, contribuíram para explicar melhor, o fenômeno atual representado pelos dekasegui, movimento no qual os descendentes brasileiros migram para o Japão em busca de melhores condições de vida e retorno rápido. No caso dessa pesquisa, estamos tratando da imigração clássica.

Segundo Saito; Maeyama (1973), em definição clássica, imigração é o:

[...] o processo de mobilidade espacial que se opera em áreas afastadas entre si e separadas por fronteiras, envolvendo um numero considerável de pessoas, os quais, individualmente ou em grupos, transferem seu domicílio para outro país onde passam a viver e exercer regularmente suas atividades ocupacionais (SAITO; MAEYAMA, 1973, p.13).

A partir do final do século XIX, em razão de diversas mudanças políticas ocorridas tanto no Brasil, quanto no Japão, desencadeou-se esse processo de imigração de japoneses em direção ao Brasil. No caso do Japão, o final do sistema feudal deflagrou um problema referente à questão da terra. Uma vez assumindo a condição de propriedade, ficou indisponível para uma parcela significativa da população que habitava a área rural japonesa. Esse fato estimulou a imigração em direção ao território brasileiro. No caso do Brasil,

sucessivas políticas de estímulo à imigração foram engendradas por inúmeros governos, sempre com dois objetivos. O primeiro de suprir a mão de obra escrava nas lavouras de café; e a segunda, mais implícita, de promover o “branqueamento” da população brasileira; além de propiciar o início de um mercado consumidor e da ocupação de novas terras principalmente por meio da comercialização de pequenos lotes, como ocorreu na colonização japonesa. As ocupações ocorridas a partir do século XIX, estimularam a organização de uma estrutura fundiária, que ao menos em sua fase inicial de instalação, privilegiava a pequena propriedade.

2.1 – Imigração japonesa - raízes históricas

A imigração japonesa pode ser explicada considerando um passado que remonta à segunda metade do século XIX, posterior à reforma estrutural política e econômica que o Japão sofreu, ao entrar na Era Meiji, deixando de lado as antigas organizações com características feudais no Japão tradicional, adotando o modelo capitalista.

Foi a partir da era Meiji que se acentuaram os fenômenos migratórios pelo mundo. Segundo Staniford (1973), as razões poderiam ser assim explicadas:

Durante os últimos dois séculos, o movimento migratório na zona rural do Japão tem sido contínuo e considerável, sobretudo após a Restauração de Meiji em 1868. Uma série de problemas de caráter crônico tem afetado os lavradores japoneses. Entre outros, destacam-se os problemas de superpopulação, exigüidade de terras cultivadas, a seca, os tributos pesados, o endividamento e a alienação das propriedades das mãos dos lavradores para a classe abastada (STANIFORD, 1973, p.33).

As terras eram em grande parte administradas pelo sistema de sucessão familiar, e sua posse se dava por meia de herança. O primogênito era o herdeiro de toda a terra pertencente à família, e os demais irmãos trabalhavam como colono arrendatário dele, o próprio irmão. Submetiam-se por que na estrutura fundiária japonesa não havia a possibilidade da compra da terra; e os irmãos eram excluídos de qualquer tipo de posse.

Durante a era Meiji, os problemas na zona rural se agravaram pela dificuldade da população em se manter em sua propriedade, pois o sistema que substituiu esse regime feudal cobrava elevadas taxas tributárias, diferenciando-se do modelo anterior que recebia impostos em espécies, produção ou mão de obra. Tal carga tributária expulsou muitos lavradores da área rural, que venderam suas terras e deslocaram-se para a cidade (NARIAI, 1999).

O Japão passava por um momento de intensa industrialização, fato que contribuiu para que uma maciça mão de obra oriunda do campo partisse em direção às atividades urbanas, tentativa de uma vida melhor, presenciando-se então um processo de migração interna. O

Japão do final do séc. XIX presenciou dois movimentos migratórios: um interno, realizado pela população que vivia na área rural e deslocou-se para a área urbana; e um externo, realizado pela população que vivia tanto na área rural, quanto urbana e deslocou-se para outros países; fato que justifica a colonização japonesa em território brasileiro.

A industrialização no Japão representou a entrada definitiva no sistema capitalista, cujo desenvolvimento não passou pela tomada de empréstimos de capital estrangeiro, uma vez que avaliava como dependência negativa, resultando em submissão política e econômica. A adoção tardia do modelo capitalista como organizador da economia japonesa permitiu que estes avaliassem o processo de desenvolvimento desse sistema em outros países, evitando diversos erros, dentre eles, o empréstimo financeiro para realizar tal processo na sua base econômica.

O Estado japonês passou a ser o administrador dos serviços nacionais, encarregando-se da gestão de toda infraestrutura econômica e política do país.

Essa nova configuração no território japonês trouxe mudanças no cenário econômico, principalmente para a indústria, favorecida pela crescente urbanização, aumento da população e conseqüentemente mão de obra.

O crescimento econômico também trouxe consequências negativas para a sociedade: processos comuns gerados pelo capitalismo se sobressaíram, como a disparidade entre classes sociais e a marginalização das classes pobres. E, além disso, nascia uma superpopulação, concentrada nos centros urbanos, um problema na qual o governo japonês teve que planejar com urgência uma solução para tal ocorrência. Segundo Nunes (2008), em avaliação sobre o significado da Era Meiji:

O desenvolvimento econômico japonês impulsionado no final do século XIX não foi capaz de satisfazer as necessidades de uma população que se espremia em um território bastante acidentado e desprovido de recursos naturais em quantidade suficiente para abastecer seu sistema produtivo. Assim, fatores políticos e econômicos levam a uma intensa emigração de japoneses, que buscam melhores oportunidades no continente americano (NUNES, 2008, p.139).

Esta decisão de organizar imigrações internacionais foi um meio de amenizar os problemas econômicos e sociais que o país presenciava. Esse fato é explicado por Dezem (2006), da seguinte maneira;

[...] o governo japonês ao promulgar a Lei de Proteção aos Emigrantes (1896), transformou a iniciativa de imigrar em política de Estado. A opção por uma política emigratória dirigida pelo estado japonês foi resultado, em grande parte, da estratégia expansionista japonesa na Ásia, a partir da necessidade em desobstruir o exíguo

arquipélago japonês da explosão demográfica sentida desde a década de 1880 (DEZEM, 2006, p.3).

O processo de imigração criado pelo governo japonês, não só buscou resolver, em parte, o problema da superpopulação, como também aproveitou o envio desses imigrantes para captar recursos financeiros no exterior, no intuito de dinamizar a economia capitalista japonesa.

Para o governo japonês a imigração não era de caráter temporário, assim como pensavam os imigrantes, e sim definitivo. Por isso organizou planos de colonização, que monitoravam o assentamento de sua população em terras estrangeiras, fazendo-se representar no exterior.

Segundo Dezem (2006):

O emigrante (...) tornava um legítimo representante do Império do Sol em solo estrangeiro. Dessa maneira procurava-se consolidar positivamente a imagem do povo japonês como “pequenos embaixadores”, legítimos representantes do Japão e da raça japonesa no exterior (DEZEM, 2006, p.4).

Ainda em Dezem (2006), explicita-se a importância das políticas japonesas que sustentaram o processo de imigração:

(...) na mentalidade dos milhares de japoneses que embarcavam no porto de Kobe para trabalhar como colonos no exterior, a emigração tinha caráter temporário. (...) foi graças às intervenções e o suporte do governo japonês, objetivando a permanência dos seus súditos em território estrangeiro como importantes elementos fomentadores da economia nipônica ultramar, que a política emigratória se tornou um dos principais pilares da política japonesa ao longo da primeira metade do século XX (DEZEM, 2006, p. 4).

Uma vez apresentada a conjuntura econômica e política que desencadeou o processo de emigração para o Brasil, trataremos na sequência como ocorreu o processo da colonização japonesa em território brasileiro, mais especificamente, no município de Registro.

2.1.1 – A conjuntura do Brasil na chegada dos imigrantes

Paralelo às situações que o Japão passava sob o novo regime político administrativo, o Brasil estava deixando o regime de escravidão que marcará profundamente as relações agrárias no país.

Neste contexto, o Brasil necessitava de mão de obra para as lavouras de café, haja a vista, a produção em plena ascensão, requisitada pelo mercado mundial. E uma das formas de

atender a demanda de trabalho das fazendas cafeeiras, foi a criação de uma política imigratória que atrairia diversas etnias.

Segundo Martins (1973):

Com a abolição do tráfico (...) o que se necessitava era basicamente uma política de imigração, para constituição de um mercado de mão de obra que fizesse do trabalho livre um fator de produção economicamente aceitável pela grande lavoura. (MARTINS, 1973, p.51)

Segundo Prado Jr. (1979), a imigração tem naturalmente a preferência dos maiores e mais diretos interessados: os proprietários necessitados de braços na lavoura, principalmente na cafeeira. Ainda para esse autor:

Este processo de recrutamento e fixação dos imigrantes passa a ser denominado “imigração subvencionada”, reservando-se o nome de “colonização” ao primitivo sistema de localização de imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos (PRADO JR, 1979, p.189).

A política de posse de terras por meio da compra, deflagrada a partir de 1850, e restrita aos trabalhadores das fazendas, inviabilizava a poupança de valores suficientes para comprar uma propriedade e se libertar da condição de assalariado. Os ganhos estavam condicionados aos interesses dos fazendeiros, e seu destino era controlado por esses.

Considerando a expectativa do imigrante, o Brasil possuía dois atrativos: a grande quantidade de terras disponíveis, e a demanda em larga escala de trabalhadores nas fazendas de café, principalmente do interior paulista.

Segundo Monbeig (1984), havia, em terras paulistanas, um total de mais de 123 mil, distribuídos nas fazendas de café entre os anos de 1898 a 1902.

Essa porta de entrada dos imigrantes, utilizada inicialmente pelos Italianos, ocorrerá, no início do século XX, de forma mais sistemática, com os japoneses, consequência da implantação das políticas migratórias tanto no Brasil, quanto no Japão.

O início das relações entre o Brasil e o Japão, países tão diferentes culturalmente e tão distantes geograficamente, se deu a partir do momento em que ambos passaram por complicações políticas, econômicas e sociais internas.

De um lado o Brasil que desenvolveu uma política de atração imigratória para o trabalho na lavoura de café, e para o “branqueamento” da população brasileira; e do outro lado, o Japão transformando sua base produtiva, com intenso êxodo rural, estimulando sua política de expansão territorial, por meio da definição de políticas de emigração. Somado a

isso estava o fato de que o Japão estava impedido de enviar seus emigrantes para países considerados de preferência: Havaí e Estados Unidos⁶.

No caso brasileiro, a mão de obra japonesa que chegou até as fazendas de café não logrou sucesso. O sistema adotado nas fazendas de café, não permitia que o colono poupasse seu salário com vistas a comprar suas terras, condição que justificou a falência dos primeiros grupos de imigrantes japoneses que trabalharam nos cafezais. Esse fato, desencadeou uma série de intervenções do governo japonês no sentido de estreitar relações diplomáticas com o governo brasileiro e traçar diretrizes para uma política de imigração.

2.1.2 - As relações diplomáticas entre o Brasil e Japão

As situações adversas que ambos os países enfrentavam, culminou numa relação estreita entre ambos, pois os objetivos eram complementares. A instalação dos imigrantes nas grandes lavouras cafeicultoras trouxe problemas para os fazendeiros e conseqüentemente ao governo. O proprietário das terras ainda não tinha se adaptado ao regime de trabalho assalariado, e persistia numa postura de relação servil que possuía com os escravos.

Essa condição provocou a indignação e revolta dos imigrantes, culminando na fuga em massa das fazendas, uma vez que eram trabalhadores livres e podiam se deslocar para qualquer lugar do território brasileiro. Tal fato chegou a exigir a intervenção do governo de origem, como ocorreu em relação à Itália, que ameaçou proibir a emigração para o Brasil (PRADO JR, 1979).

Esses acontecimentos levaram a administração pública a tomar algumas providências no sentido de resolver o problema, pondo em prática medidas de proteção ao trabalhador rural, criando leis que prezaram pelos direitos e interesses desses, como os contratos de trabalho (PRADO JR, 1979).

Em 1900, verifica-se pela primeira vez um déficit imigratório, tendo as saídas superado as entradas (PRADO JR, 1979). Essa situação trouxe muitos problemas para a grande propriedade, pois ainda continuava escassa a mão de obra para o trabalho na lavoura, fato que representava perigo para a economia cafeeira.

⁶ Os imigrantes japoneses entraram nos EUA por volta de 1880 para trabalhar nas estradas de ferro que estavam sendo construídas nas fazendas do Norte da Califórnia. Foram acusados de tomar as vagas de empregos dos norte-americanos por se sujeitaram a baixos salários, razão pela qual passaram a ser vistos com preconceito (KOJIMA, 2009, p.61). Esse fato também se repetiu no Havaí em 1907.

Dada à situação em que o Brasil se encontrava em relação a mão de obra, é que o governo brasileiro adotou medidas para suprir tais problemas. Definiu políticas para entrada de novos imigrantes, realizando um acordo com o Japão no início do século XX.

Os japoneses se encaminharam em grande parte para o Brasil, em razão de acordo firmado entre os governos brasileiro e japonês, representado pelo consulado localizado na cidade de São Paulo, que apresentavam algumas condições mais favoráveis para esse deslocamento.

Em 1905, o ministro das Relações Exteriores do Japão e chefe da delegação japonesa no Brasil, informou ao seu país a necessidade de pessoas no Estado de São Paulo, iniciando-se uma organização, em associação com as companhias de emigração, para recrutar pessoas interessadas em trabalhar no Brasil, haja vista que era o país que oferecia as melhores condições naquele momento.

2.1.3 – A imigração japonesa no Brasil

Após os acordos estabelecidos entre o Brasil e Japão, para o envio de emigrantes, chegou o momento de por em prática as ações previstas tanto pelo governo japonês e as companhias de colonização, como pelo governo brasileiro.

O Brasil assumiu toda a despesa de viagem, em contrapartida, os imigrantes japoneses teriam que cumprir um contrato de trabalho nas fazendas. Esta situação é ilustrada com detalhe por Sakurai (2000) afirmando que:

(...) acerta-se que o governo brasileiro pagaria a passagem de terceira classe em navios que partem do porto de Kobe para o de Santos, em São Paulo. As despesas de viagem são repassadas aos fazendeiros que depois as deduzem do pagamento dos trabalhadores. (SAKURAI, 2000, p.208)

Em relação às condições do trabalho desenvolvido nas fazendas, Sakurai (2000), esclarece:

O acordo inclui ainda as condições para a imigração de japoneses: a vinda de famílias com pelo menos três pessoas aptas para o trabalho, não importa o sexo e a idade, e o contrato como colono numa fazenda de café pelo período de dois anos (SAKURAI, 2000, p.18).

As relações de trabalho foram assim estabelecidas (SAKURAI, 2000):

É uma relação de trabalho assalariado, com a particularidade do colonato paulista da época do café, que permite o cultivo de culturas intercalares como as do milho e feijão, cujo excedente pode ser comercializado pelo imigrante. O destino das famílias

japonesas já estava estabelecido antes da saída do Japão: é uma agricultura no interior do estado de São Paulo (SAKURAI, 2000, p. 18).

Esse regime de colonato adotado pelos fazendeiros era uma forma de manter o imigrante em sua propriedade, pois oferecia o valor fixo pago pelo plantio e colheita do café, e uma pequena porção de terra cedida para cultivar livremente o que quisesse e negociar o excedente.

Avaliada inicialmente como vantajosa, pois parecia favorecer a aquisição de renda e produtos agrícolas, foi posteriormente descartada pelos agricultores japoneses que perceberam que não conseguiam juntar o dinheiro almejado para o retorno à terra natal, ou mesmo para comprar terras brasileiras.

A companhia imperial de emigração e imigração denominada de Koukoku Shokumin Gaisha, uma empresa a serviço do governo japonês, foi a responsável pelos acordos com o governo brasileiro. Apesar de todos os trâmites já estarem acertados entre os dois países, a companhia imperial de emigração, liderada pelo então presidente Ryu Mizuno, enfrentou dificuldades para realizar a viagem ao Brasil.

Era difícil recrutar famílias dispostas a se aventurarem para terras desconhecidas, e a única solução foi fazer arranjos entre familiares ou entre parentescos distantes. Segundo Dezem (2006):

A dificuldade das companhias de emigração em arregimentar famílias legítimas, levou a formação de “famílias compostas”, formadas na maior parte das vezes por elementos que não possuíam laços consangüíneos; muitas famílias possuíam grau de parentesco distante ou agregado (DEZEM, 2006, p.6).

A liberação do navio Kasato Maru, primeiro navio transportando emigrantes japoneses para o território brasileiro, ficou condicionada ao pagamento em dinheiro de 100 mil iénes, para a seção de emigração do Ministério das Relações Exteriores. Em 28 de abril de 1908, o navio é liberado, tornando possível a viagem que se deu pelo embarque no Porto de Kobe, e a chegada ao Porto de Santos em 18 de junho de 1908 (Figura 3).



Figura 3: Rota da Viagem realizada pelo navio Kasato Maru

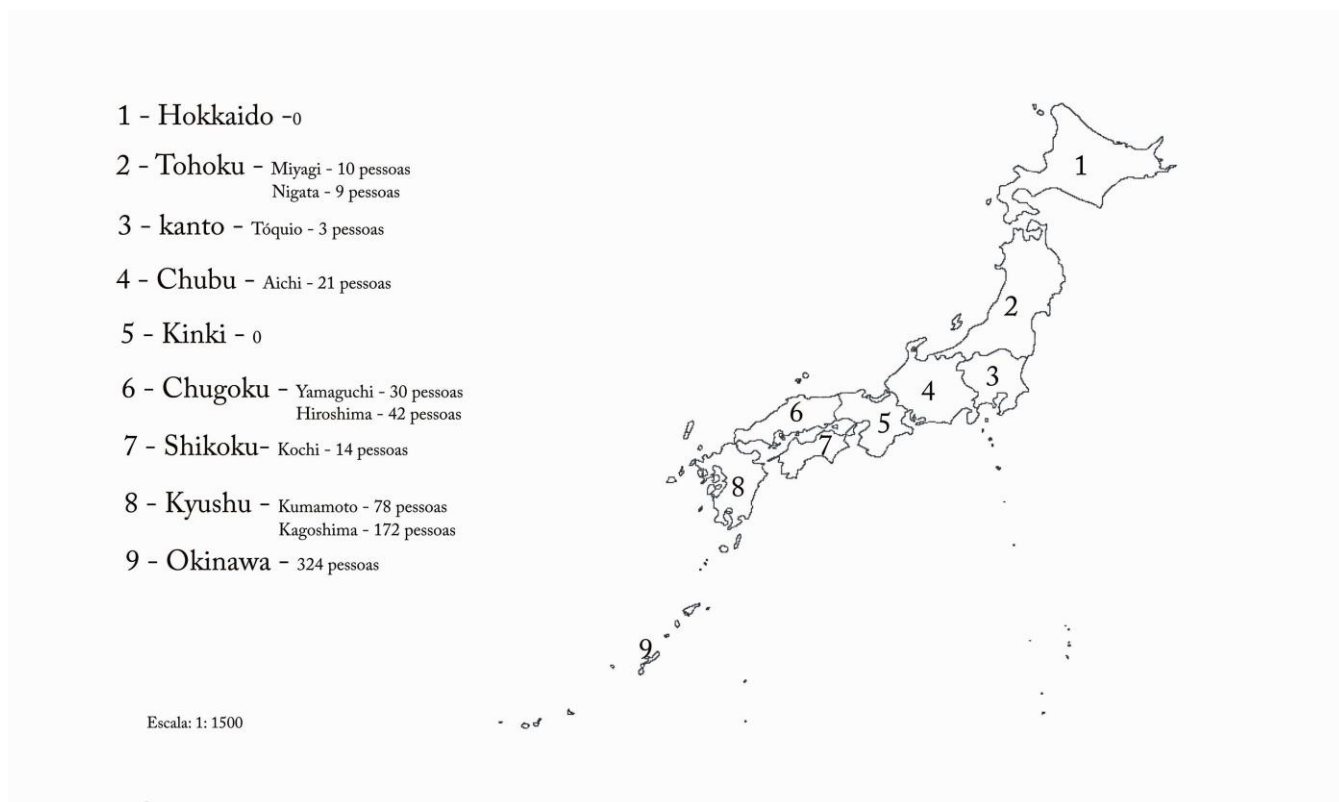
Fonte: < <http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?em=3&n=387636&p=2>>.

As famílias que compunham a tripulação eram oriundas de diferentes regiões do Japão, e o maior contingente, eram os pertencentes à ilha de Okinawa, ao Sul do país (Quadro 1).

Nº Pessoas	Províncias de Origem
324	Okinawa
172	Kagoshima
78	Kumamoto
42	Hiroshima
30	Yamaguchi
21	Aichi
14	Kochi
10	Miyaqi
09	Niigata
03	Tóquio
78	Não divulgados
Total - 781	

Quadro 1: Dados da primeira imigração japonesa em 1908, relacionando o número de imigrantes e seus respectivos locais de origem

Fonte: <adaptado Rezende (1991)>



Mapa 2: Localização das regiões e províncias do Japão indicando o fluxo de imigrantes
Elaboração cartográfica: Aoki, Alessandro, 2010.

A viagem teve uma longa duração até que se chegasse ao Brasil, trazendo um total de 158 famílias, dentro do perfil exigido pelo governo brasileiro, de no máximo três pessoas por família aptas para o trabalho (Figura 4).

Segundo Sakurai (2000):

A exigência da imigração familiar é decorrência da experiência anterior com os imigrantes italianos, vindos também para os cafezais de São Paulo. As fugas das fazendas e, portanto o não cumprimento do contrato significa prejuízos para os fazendeiros, que querem evitar a repetição da experiência com os italianos. A imigração em família é entendida por eles como um fator de retenção e de não abandono do contrato. (SAKURAI, 2000, p. 28)



Figura 4: Chegada dos imigrantes ao Porto de Santos

Fonte: <<http://www.oocities.com/ferroviasbrasil/CDs-III-11.htm>>.

É importante destacar que alguns acontecimentos que ocorreram no período inicial da imigração japonesa para o Brasil, foram determinantes para que se desse, posteriormente, outra condição de sobrevivência para o imigrante, sustentada nos moldes da tutela que consistia numa política de amparo. Esses seriam conduzidos pela companhia colonizadora para a realização de todos os trâmites de sua organização em terras brasileiras.

2.1.4 – Do porto de Santos à hospedaria dos imigrantes, o destino? As lavouras de café!

Assim, com a chegada dos primeiros imigrantes no Porto de Santos, a primeira ação tomada pelos responsáveis, foi encaminhar todas as famílias para a hospedagem dos imigrantes, em São Paulo (Figura 5), localizada no Bairro do Brás.

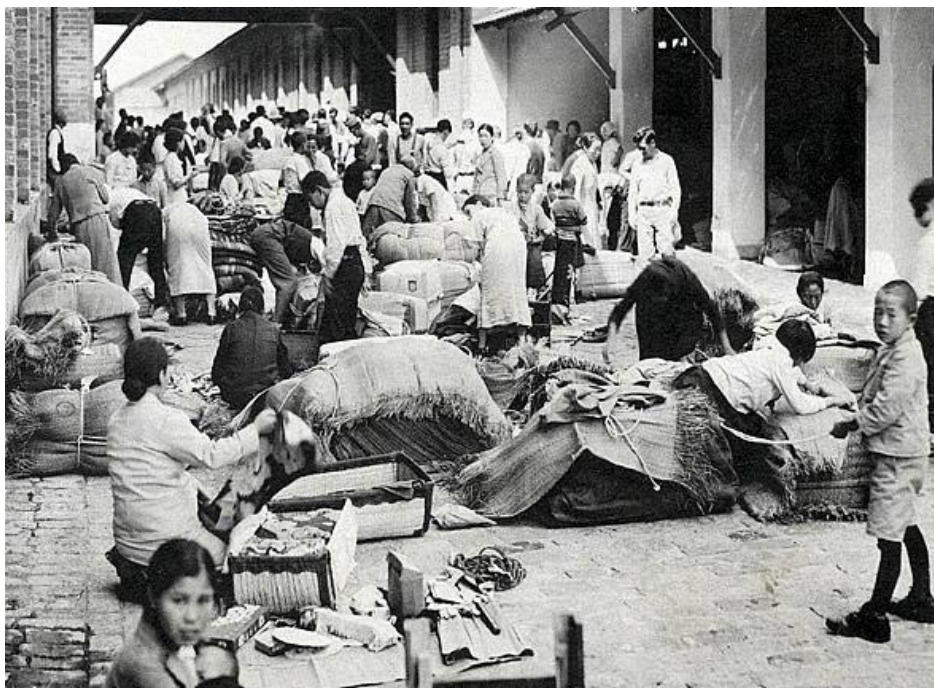


Figura 5: Imigrantes na Hospedaria em São Paulo, aguardando a convocação dos fazendeiros de café..

Fonte: <<http://www.japao100.com.br/arquivo/japoneses-chegam-santos-nos-anos-30/>>.

Instalados na hospedaria, aguardavam a convocação para o trabalho agrícola que desempenhariam nas fazendas localizadas no interior do estado de São Paulo (Figura 6).



Figura 6: Embarque para as fazendas de café.

Fonte: <http://maui77.blogspot.com/2010/04/relato-imigracao-japonesa-descobrimento.html>.

É nesse momento que emerge o problema que gerou grandes preocupações para os japoneses: a empresa que organizou a emigração estava falida, e os valores depositados no

cofre de segurança do navio, e que serviriam para o sustento no período inicial do trabalho que desenvolveriam no território brasileiro, não existia mais; havia sido utilizado para pagamentos de dívidas.

Em síntese, os valores não foram devolvidos aos emigrantes japoneses e uma vez em terras brasileiras, não podiam mais regressar, como planejaram inicialmente. A saída foi se dirigir às fazendas e iniciar o trabalho nos cafezais (Figura 7).



Figura 7: Imigrantes japoneses na plantação de café.

Fonte: < <http://eja.sb2.construnet.com.br/cadernosdeaja/diversidadesetrabalho> >

Para Sakurai (2000):

As reações dos japoneses perante o Brasil é de total estranhamento a tudo que os rodeia. O clima, a língua, a alimentação e, sobretudo, as condições de trabalho provocam nesses imigrantes uma desilusão, especialmente sobre o sonho de retorno. (SAKURAI, 2000, p.210)

Essas condições hostis no ambiente de produção, justificaram a não assimilação de hábitos e costumes presentes no território brasileiro; além de uma reação que levou ao isolamento do grupo do convívio social ou do trabalho.

Segundo observação de Tsukamoto (1973):

Para a grande maioria, esse sentimento gera um estado de profunda angústia. A predisposição desses imigrantes, de abrir mão daquilo que consideravam importante no Japão, não significava que estivessem a salvo de uma angustiante depressão, provocada por uma série de fatores, a cada confronto com a sociedade receptora. Seria o caso de certas restrições quanto à naturalização e aquisição de cidadania, da escolha ocupacional, diferenças e obstáculos provenientes de sua língua, suas religiões, seu modus-vivendi, isso sem mencionar os chamados movimentos antijaponeses. (TSUKAMOTO, 1973, p.25)

Enfim, resultado das condições precárias às quais os japoneses estavam submetidos nas fazendas, e frente às dificuldades impostas pelos fazendeiros quanto ao pagamento dos salários, desencadeou-se um processo de evasão/fuga do trabalho, dispersando-se por outras regiões.

Frente aos resultados negativos alcançados por essa primeira etapa de imigração, a partir de 1910, passados dois anos, foi que ocorreu essa nova frente migratória.

Sob a tutela de uma empresa fiscalizada pelo governo japonês, nos moldes de colonização para povoamento, deu-se os primeiros passos para um novo processo de colonização no território brasileiro, com a formação de uma identidade cultural japonesa característica daqui, deixando de lado, de vez, a intenção de retornar ao Japão. Tratava-se, portanto, de uma imigração definitiva.

2.2 - A colonização japonesa no Vale do Ribeira

Dada as dificuldades encontradas pelos emigrantes japoneses, em 1908, novos deslocamentos só voltaram a ocorrer para o Brasil em 1910, e a partir de 1913, o governo paulista cortou os subsídios que incentivavam a imigração japonesa. Por afinidade cultural, o governo brasileiro deu preferência aos imigrantes europeus.

Em 1911, o sindicato de Tóquio, responsável pela administração das correntes de imigração, enviou ao Brasil, seu representante, um advogado chamado Ikutaro Aoyagui, com a missão de escolher uma região onde pudessem dar início a um novo projeto de colonização, sob novas condições.

Esse representante percorreu todo o território brasileiro, mas escolheu as terras localizadas na região da Baixada do Ribeira, no interior do estado de São Paulo.

A região escolhida apresentava vasta área de Mata Atlântica; era banhada pelo rio Ribeira de Iguape, que dispunha, em suas margens, de representativa área de várzea, e o solo encharcado era ideal para o cultivo do arroz, atividade agrícola exercida no Japão. Foi a região que ofereceu as melhores condições para o estabelecimento do imigrante japonês (COELHO, 1988).

Segundo informações contidas em Petrone (1966):

Os solos das várzeas ribeirinhas, inundáveis, solos sobre aluviões recentes, (freqüentemente profundos), com lençol freático bastante superficial, constituem o produto das periódicas inundações ocasionadas pelo transbordamento dos rios (PETRONE, 1966, p.37).

Após a escolha do lugar, o sindicato de Tóquio tomou providências para concretizar seu plano de colonizar esta região brasileira. Em novo acordo, firmado em 1912, mas só concretizado em 1914, recebeu terras do governo brasileiro. Abaixo segue as condições do acordo firmado (PETRONE, 1966):

A companhia japonesa recebeu, por esse contrato, as seguintes vantagens: 1. Concessão de 50.000 hectares de terras devolutas na zona do Ribeira, a fim de criar uma área de colonização com elementos japoneses; 2. isenção de impostos durante cinco anos; 3. recebimento da quantia de 10 contos de réis por grupo de 50 famílias instaladas na área de colonização, desde que aí residissem há um ano, tivessem pago a primeira prestação do lote, cultivadas as primeiras parcelas de solo e erguido a casa. Em compensação a Companhia japonesa deveria, no prazo de 4 anos, introduzir 2.000 famílias e localizá-las nas terras da Colônia que deveriam ser divididas em lotes com 25 hectares cada um. (PETRONE, 1966, p.153)

As relações entre os dois países pareciam estáveis e a formação da primeira colônia japonesa, planejada, organizada e tutelada pela companhia colonizadora Brazil Takushoku Kaisha foi criada no vale do Ribeira. Nascia assim, o núcleo Katsura.

Embora fosse intenção do governo japonês realizar uma colonização de povoamento, o que significava uma imigração definitiva, os japoneses que para cá imigraram alimentaram a intenção em voltar.

As intenções do governo japonês eram de exploração agrícola da região onde seriam assentados os novos imigrantes, pois o Brasil tendo áreas de baixa densidade populacional e grande potencial exportador de produtos agrícolas apresentava ampla perspectiva para este desempenho.

Nessa nova frente de imigração houve a intervenção do governo japonês, e esse tipo de imigração sob a tutela do Sindicato de Tóquio foi deixado de lado. O governo japonês passou a se responsabilizar pelas frentes de imigração, com vistas a expandir as suas relações políticas e comerciais com outros países.

Nesta nova fase, inicia-se uma colonização com base na imigração japonesa, sem vínculo empregatício com as fazendas de café, como anteriormente havia ocorrido. Nesta fase os imigrantes tinham liberdade para ingressar no território brasileiro como proprietários. A maior parte veio do Japão com uma pequena economia, o que permitiu a compra de terras, inicialmente como pequeno agricultor.

2.2.1 – Criação da colônia japonesa em Iguape/SP: Núcleo Katsura

A partir de 1913, o Sindicato de Tóquio transformou-se na Companhia de Colonização do Brasil S/A - “Brasil Takushoku Kabushiki Kaisha”, e dá início às ações de colonização do Vale do Ribeira.

Depois de chegar ao porto de Santos, o imigrante japonês enfrentava 20 horas de barco pelo mar, até chegar ao porto de Iguape, de onde seguia em embarcações menores pelo rio Ribeira acima, rumo ao núcleo Katsura (HANDA, 1987).

O núcleo Katsura, nome dado em homenagem a um de seus fundadores, passou a abrigar as primeiras famílias, cerca de 30, número mínimo exigido para iniciar a colonização (HANDA, 1987).

Ao chegarem no município de Iguape, os imigrantes japoneses se depararam com uma imensa terra ainda em fase de estruturação, fato que deixou muitos frustrados. Segundo Coelho (1988), os imigrantes japoneses:

Sonhavam com o enriquecimento rápido e o retorno ao Japão em quatro ou cinco anos. Muitos acreditavam que encontrariam ouro e pedras preciosas cascalhando as estradas. Fortuna rápida e sem muito esforço. Não foi bem assim. Logo que chegaram, perceberam que o projeto ainda estava cru. Não tinham onde ficar. Foram abrigados numa colônia improvisada, no bairro de Jipovura, à margem do rio Ribeira (COELHO, 1988, p.30).

Iniciam-se os trabalhos voltados ao cultivo do arroz, uma vez que as condições do lugar permitiam tal atividade nas grandes áreas de várzeas do rio Ribeira de Iguape. Era uma atividade familiar aos imigrantes, que já a desenvolviam no Japão. Esse fato contribuiu para sua permanência em terras brasileiras. A compra de terras por parte de alguns imigrantes, levou-os a se distanciarem cada vez mais do objetivo inicial que era de retorno rápido ao país de origem.

As condições de moradia dos imigrantes em Katsura eram precárias. As casas foram construídas com os recursos naturais disponíveis na região: palha e madeira (Figura 8).



Figura 8: Japoneses no núcleo Iguape
Fonte: < <http://images.google.com.br> >

A partir de 1918, a “Brasil Takushoku Kabushiki Kaisha” foi incorporada pela Companhia Ultramarina de Empreendimentos S/A - Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), e foi responsável pela organização dos imigrantes que vieram posteriormente não só para a colônia Katsura, mas também para as colônias de Sete Barras (município vizinho a Registro e Iguape) e Registro, formadas posteriormente. O estudo desenvolvido nesta dissertação, preocupou-se com a colonização realizada em Registro.

Daí em diante toda a colonização japonesa no Vale do Ribeira foi de inteira responsabilidade dessa companhia (Petrone, 1966), que além das ações voltadas para a emigração, se integrou também às atividades de abertura e criação de colônias (SAKURAI, 2000).

Para o governo japonês as terras brasileiras se tornaram muito interessantes pois, receberam um significativo grupo de imigrantes japoneses, contribuindo para a diminuição das altas concentrações populacionais do país, principalmente nas áreas urbanas. As atividades dessa companhia se concentraram na colônia de Registro.

2.2.2 – Caracterização do núcleo japonês em Registro/SP

O núcleo colonial de Katsura foi o ponto de partida para a expansão dos japoneses na região do Vale do Ribeira. Ainda que criada por improviso nas terras do município de Iguape, abrigou várias famílias, que posteriormente se dirigiram para o núcleo de Registro.

A Kaigai escolheu Registro como sua sede administrativa por razões estratégicas: o local oferecia condições naturais favoráveis para a navegação no rio Ribeira de Iguape (Figura 9). A partir das condições favoráveis, construíram um porto fluvial e um conjunto de galpões, que incluía a maior fábrica de beneficiamento de arroz da América Latina (HANDA, 1987).



Figura 9: Porto Fluvial de Registro e armazéns da K.K.K.K
Fonte: Álbum Colônia Iguape, 1933.

A Kaigai comercializava os lotes rurais; a produção gerada pelas famílias em sua propriedade e prestava assistência médica e profissional. Segundo Petrone (1966):

Kaigai orientou a colonização de forma a mais completa possível. Além de responsável pelo loteamento das terras, introduziu famílias de agricultores e promoveu a distribuição de lotes por venda. Prestou assistência contínua aos colonos nos primeiros anos de sua estada na região, preocupando-se para que encontrassem condições de trabalho satisfatórias no novo ambiente e, também, para que a eventual produção das colônias pudesse encontrar escoamento e mercados (PETRONE, 1966, p.156)

Além dessas medidas estruturais citadas acima, outras mais foram realizadas: abertura de caminhos vicinais ligando as colônias e as estradas às cidades; abertura de estradas que ligavam as colônias ao porto de Registro; e abertura de uma estrada, cuja extensão era de 34 quilômetros, e ligava Registro a Juquiá.

Com a efetivação da colonização pela Kaigai, a fase de retorno ao Japão parecia ter sido superada. O fato de terem se transformado em proprietários de terras e vislumbrarem a possibilidade do enriquecimento, os levou a se fixarem de vez em terras paulistas.

O projeto da companhia obteve êxito, e até intensificou o fluxo de imigração em meados dos anos de 1920. A propaganda difundida em forma de cartazes no Japão para recrutamento de famílias interessadas em trabalhar no Brasil, mostrava a formação da colônia japonesa em Registro, a mais organizada se comparada a Iguape e Sete Barras (Figura 10).



Figura 10 – Cartaz fixado no Japão com os dizeres: “Vamos para a América do Sul com toda a família”.

Fonte: Jornal Gazeta do Povo, 11/05/2008.

O período entre 1924 e 1941, foi o que concentrou os elementos mais significativos da imigração japonesa. Nesse período chegaram mais da metade de todos os japoneses que vieram para o Brasil, ao longo dos 90 anos de imigração (SAKURAI, 2000). A citação corresponde aos 90 anos da imigração japonesa no Brasil, comemorado em 2000, mas tal informação não foi alterada nos últimos dez anos.

Depois desse período de grande fluxo, haverá uma redução drástica na entrada dos mesmos no Brasil, consequência da Segunda Guerra Mundial e das condições do desenvolvimento econômico japonês, que estava em ascensão.

A rapidez com que a companhia povoou aquela porção de terras, concedida pelo governo de São Paulo, refletia o interesse em acumular riquezas por meio desse empreendimento denominado colonização. O gráfico 1, apresenta a intensidade dos fluxos migratórios japoneses para o Brasil, ao longo do século XX (1900-1980).

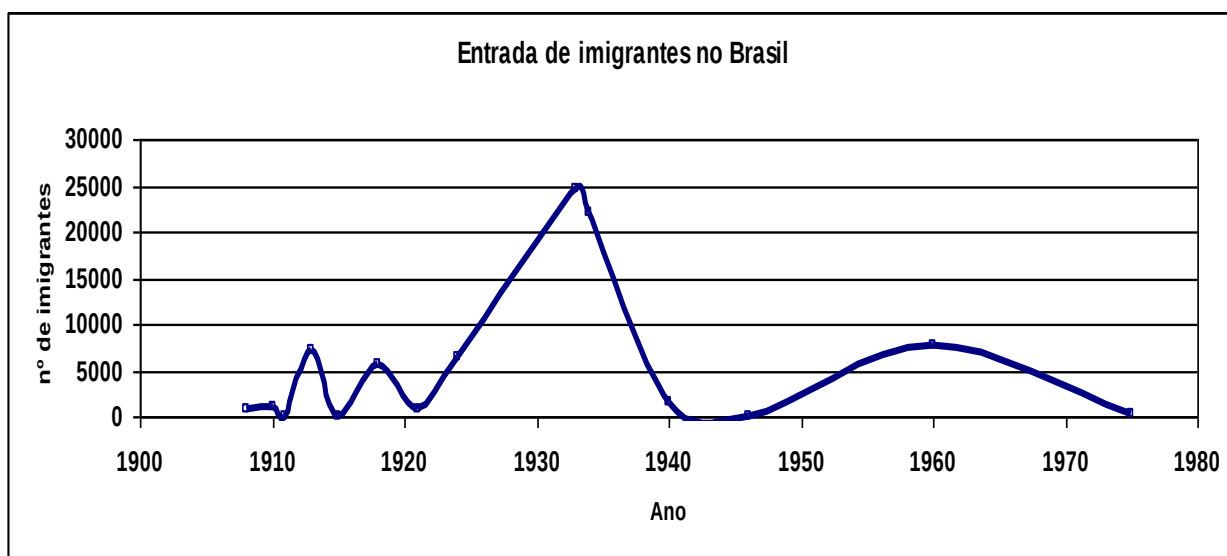


Gráfico 1: Fluxo de imigrantes japoneses no Brasil

Fonte: Adaptado do Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, 1986.

Entre 1920 e 1930, o Brasil recebeu grande fluxo de japoneses, chegando a quase 25 mil em 1933.

Esse quadro será alterado a partir da década de 1940, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, e com o Japão compondo os países aliados do Eixo.

Segundo Petrone (1966):

Durante o período correspondente aos anos da última guerra mundial (1939-1945) o afluxo de novas famílias, como seria de esperar em consequência da interrupção da circulação marítima, cessou por completo. Por outro lado, nos últimos anos, dado o estado de beligerância que se criou entre o Brasil e os países do eixo, inclusive Japão, as áreas de concentração dos súditos do país inimigo sofreram uma vigilância especial por parte dos poderes públicos. As colônias da Baixada, pela posição geográfica em que se encontravam, justificaram uma intervenção mais enérgica por parte dos referidos poderes, de modo que, entre outras decorrências, tivemos a saída, mais ou menos forçada, de elevado numero de famílias de japoneses para o planalto. Embora se tenham verificado alguns retornos, com a normalização da situação, o contingente de colonos japoneses ficou bastante reduzido. (PETRONE, 1966, p.159)

Essas dificuldades estimularam a saída de parte dos imigrantes japoneses da área rural em direção às cidades, outros estados e até mesmo outras regiões, sempre buscando melhores condições de trabalho.

No entanto, o número de japoneses continuaria sendo o maior contingente étnico da região, conforme dados demográficos de 1950 (Quadro 2). Por esta época, Registro já era reconhecido como município desde 1944.

Municípios	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Total da população	Porcentagens (%)
Cananéia	6,3%	3,1%	63,2%	-	5802	7,8
Iguape	23,2%	16,4%	-	5,3%	15093	20,7
Jacupiranga	23,2%	13,8%	-	1,9%	14760	20,2
Eldorado	13,4%	28,8%	30,9%	-	10785	14,8
Juquiá	9,6%	5,7%	-	16,2%	6770	9,6
Registro	23,8%	32,0%	1,1%	76,0%	19550	26,8

Quadro 2: Grupos étnicos que compreendem o Vale do Ribeira em 1950

Fonte: Adaptado de Petrone (1966 p.56).

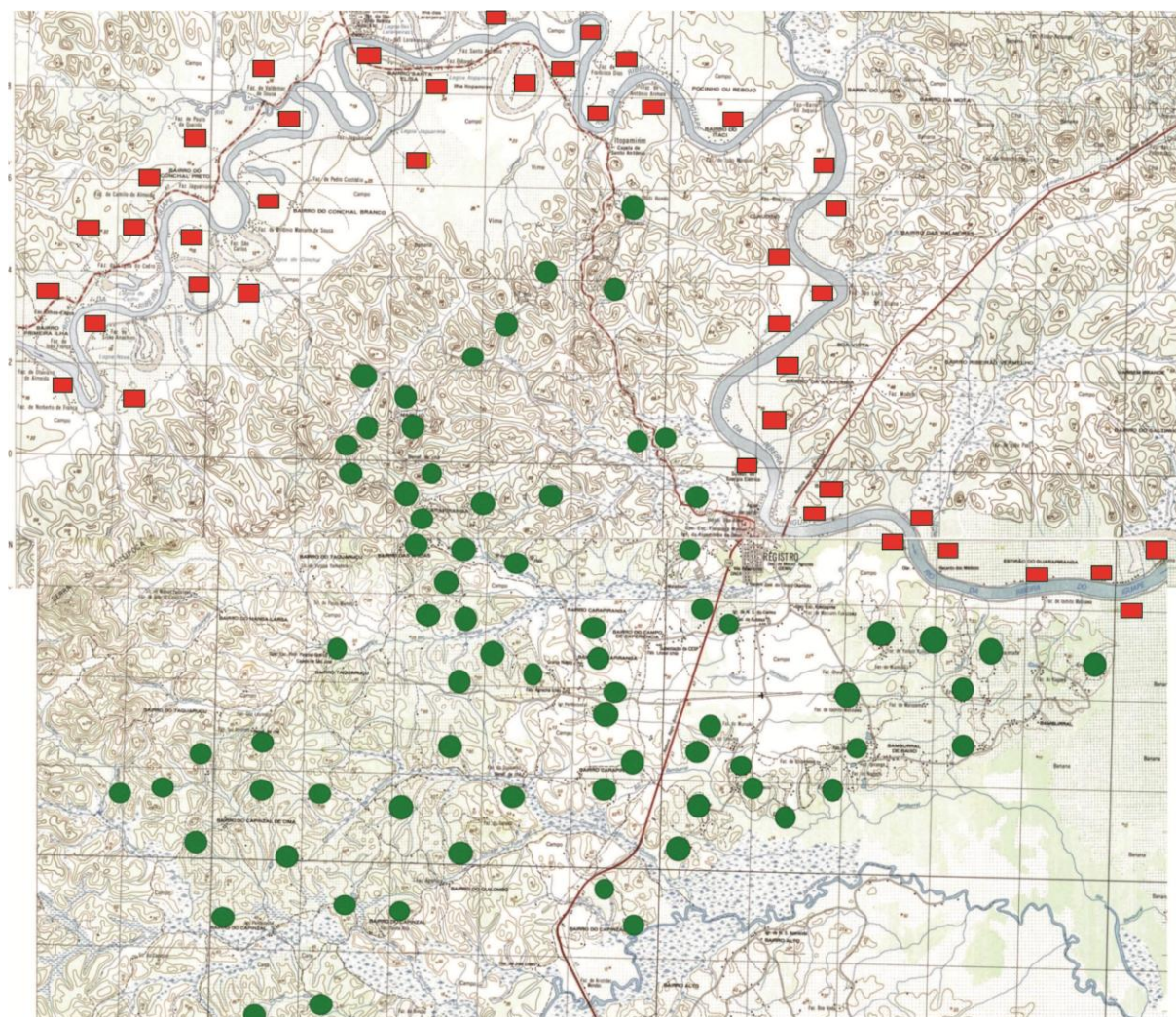
Conforme ilustrado no quadro 2, de modo geral, os brancos se concentravam em Registro (23,8%), Iguape (23,2%) e Jacupiranga (23,2%); os negros se concentravam, em sua maioria, em Registro (32,0%) e Eldorado (28,8%); os pardos se concentravam em Cananéia (63,2%) e por fim, os japoneses se concentravam em Registro (76,0%).

2.2.3 - O imigrante em Registro/SP: a organização da K.K.K.K.

Os imigrantes japoneses compraram terras da Kaigai, que eram glebas fracionadas em dez alqueires, aproximadamente 24,2 hectares, e iniciaram o processo de povoamento na região (Petrone, 1966) (Figura 11).

recém-chegados. A legenda localizada no canto inferior direito do mapa traz as seguintes traduções: Porto, Cooperativa Agrícola, Farmácia, Grupos Escolares e Escola Agrícola.

Em mapa produzido pelo IBGE em 1974, identifica-se a produção desenvolvida no Vale do ribeira (Figura 12).



LEGENDA

- BANANA
- Chá

Figura 12: localização das culturas agrícolas na área de colonização japonesa
Fonte: adaptado do IBGE.

Analisando a figura anterior, observa-se uma paisagem agrícola ocupada pela cultura do chá, que é predominante; seguida pelo cultivo da banana, também com bastante expressividade na região.

Contudo a organização dos japoneses e as experiências com a terra, fora determinante para essa configuração espacial. Segundo Petrone (1966), os japoneses foram o contingente

que obtiveram melhores resultados no processo de colonização se comparados a outros núcleos também de colonização estrangeira.

Cabe ressaltar que as técnicas empregadas nas atividades agrícolas já eram há muito tempo conhecidas dos imigrantes japoneses, desde os tempos em que viviam sob o regime feudal no Japão.

Sabendo dessa tradicional relação dos japoneses com a terra, o governo paulista já exigia como condição para a imigração, trabalhadores com experiência na lavoura, embora muitos fossem artesãos e operários. Na fase de colonização, a maioria já era composta por agricultores, pois já vinham com essa intenção para o Brasil, principalmente na produção de arroz, mas estendiam suas atividades para o cultivo do café e criação do bicho da seda. Outras culturas foram pouco significativas: cana, milho e a mandioca; apenas para a sobrevivência.

A rizicultura foi o objetivo inicial da companhia, pois viam um potencial nas grandes várzeas do rio Ribeira. Para tanto, construíram o Porto e uma fábrica de beneficiamento do arroz, carros chefes do capital japonês.

A comercialização do arroz sofreu sucessivas quedas nos preços, o que resultou em diminuição das áreas plantadas. Esse fato, somado às técnicas rudimentares de cultivo e a explosão econômica do café no interior paulista, desestimulou o interesse dos agricultores pela produção do arroz no Vale do Ribeira.

Para os japoneses produtores de café significava uma entrada definitiva nas relações capitalistas, desde a compra da terra, à implantação da cultura até seu destino final na comercialização. Passado alguns anos ocorreu a crise de 1929, que também frustrou a produção do café; e além disso, o governo paulista não tinha interesse em desenvolver a cafeicultura na baixada. Segundo Petrone (1966):

As razões parecem ser as seguintes: Em *primeiro lugar*, não seria interessante estimular a lavoura cafeeira na região, quando oficialmente se tem procurado reduzir e racionalizar as lavouras do estado; em segundo lugar, a área, conforme foi lembrado, não oferece condições para a bebida mole, não se falando nas condições fito-sanitárias nem sempre favoráveis; em *terceiro lugar*, e considerados os itens acima, cabe mais o estímulo a outras lavouras que, na região, podem apresentar rentabilidade superior. (PETRONE, 1966, p.181)

Com relação a crise do café e seus efeitos negativos, Handa (1987) completa, afirmando que:

(...) após o fracasso do café, perdida toda a vitalidade dos primórdios, o núcleo amargaria a condição desoladora de um núcleo de colonização japonesa semi-abandonado no litoral sul do Estado de São Paulo. (HANDA, 1987, p.348):

Tentaram novamente outras culturas, como a banana que obteve certo êxito e se mantém até a atualidade, sendo destaque na produção e comercialização. O município de Sete Barras, vizinho de Registro, destaca-se no cultivo agrícola da banana. Esse foi o último núcleo japonês a ser criado, onde a banana foi destinada basicamente para a comercialização interna e externa. (Figura 13).



Figura 13: Família de Japoneses trabalhando na lavoura de banana
Fonte: <<http://images.google.com.br>>

No entanto, dada sua característica, Registro ficou à margem desse desenvolvimento, cabendo a outros municípios essa atividade. Em suas terras, e paralelo à produção da banana, introduziu-se o cultivo do chá.

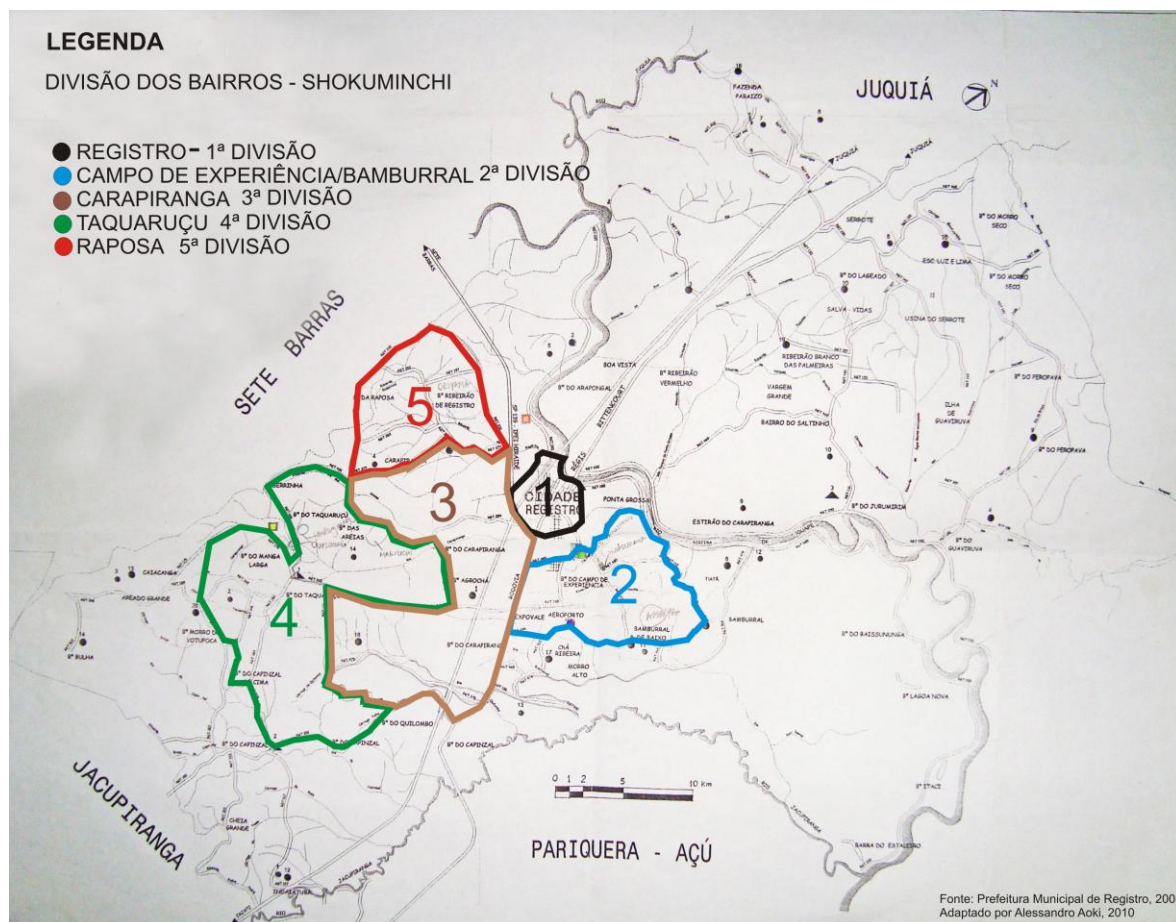
O trabalho dos japoneses, ao longo desse processo de colonização, concentrado na atividade agrícola, e suas manifestações culturais, no sentido de resgatar e representar nas novas terras os valores culturais da sociedade japonesa, produziu e reproduziu uma cadeia de relações sociais, culturais e materiais, que resultou no fortalecimento do grupo e na construção de uma identidade que unificava aqueles que haviam experimentado a imigração e se estabelecido no Vale do Ribeira, mais especificamente, Registro/SP.

As atividades desenvolvidas na agricultura eram realizadas pela mão de obra familiar; as propriedades eram pequenas e a demanda era menor.

Essa característica das pequenas propriedades perdurou até a atualidade. Ainda que a mão de obra seja temporariamente contratada na época da colheita, a característica do trabalho é familiar.

A colônia de Registro dividiu-se em bairros, cada bairro possuía um representante; cada representante era encarregado de levar e trazer informações aos demais japoneses.

Os bairros eram chamados de “mura”, significando aldeia no idioma japonês, porém no Brasil entendeu-se como “bairros rurais”. Representava um sistema original do Japão, que recebeu o nome de Shokuminchi, atribuído a unidade que representava a colônia de Registro (Mapa 3), e funcionou apenas nos primeiros anos da colonização, tendo sido modificado posteriormente.



Mapa 3: Município de Registro, representando as antigas divisões dos bairros da colônia Japonesa - Shokuminchi.

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Registro, 2005.

Essa formação da unidade é comum no Japão: remetem a um tipo de organização social. Sobre os aspectos referentes a organização e competição entre os japoneses, Ono (1973) faz algumas considerações a respeito:

Os japoneses se interferem reciprocamente, sendo notória a sua mútua competição. Isso estimula a vontade em relação à produção. Por exemplo, ao se ter conhecimento de que determinado sistema de cultivo dá excelente resultado na produção de hortaliças todas as famílias vão correndo para conhecer tal sistema e adotá-lo. Se prevê um promissor para a avicultura, todas as famílias de produtores vão atrás dela. Os japoneses são suscetíveis de mutuamente se estimularem em relação às novas culturas aos novos métodos de cultivo. (ONO, 1973, p. 158-159)

Pode-se dizer que o espírito competitivo e as sucessivas mudanças no tipo de cultivo agrícola são características que ocorreram com os japoneses em Registro, a princípio houve a introdução do arroz, onde a maioria aderiu ao plantio, posteriormente fora o café e por fim o chá, sendo esse último à produção em evidência até a atualidade, juntamente com a banana. Exatamente como o autor se referiu na citação acima, em Registro não foi diferente, a adesão aos novos cultivos agrícolas se deu porque houve sucesso por iniciativa de alguns japoneses pela escolha de determinado plantio, no caso do chá. Assim, os demais agricultores, buscando atingir o mesmo sucesso, adotaram o mesmo cultivo agrícola: o chá.

Da primeira etapa de organização desses imigrantes japoneses no Vale do Ribeira, ocorrido nos anos de 1913, até 1950, quando já estavam consolidados em Registro, foi um período marcado pelas relações de trabalho, mantidas exclusivamente entre japoneses. Essa primeira geração foi denominada de “issei”, que no idioma japonês significa nascidos no Japão.

Essa geração de japoneses buscou reproduzir seu modo de vida em Registro, criaram o Shokuminchi (bairros rurais) que proporcionaria um ambiente familiar aos moldes japoneses, com valorização dos vínculos afetivos entre os imigrantes, buscando facilitar a adaptação às novas terras, principalmente daqueles que ainda encontravam dificuldade para assimilar o novo modo de vida. O “desapego” à idéia de retornar só se efetivará com a segunda geração, marcada pelo início da teicultura.

Sobre a composição do Shokuminchi e suas características estruturais, Midorikawa (1928), faz a seguinte afirmação:

A Colônia esta dividida em 557 lotes rurais, dos quais 510 estão ocupados. Esses lotes dividem-se em 5 bairros, os quais estão subdivididos em 26 sub-bairros, além dos outros que não fazem parte dos bairros numerados. Cada um desses sub-bairros tem seu chefe, assim como os bairros. Os cinco bairros formam a Associação Japonesa de Registro, dirigida por um presidente eleito por maioria de votos. (MIDORIKAWA, 1928, p.35)

Sobre os conhecimentos acerca do mura japonês, Ono (1973) faz a seguinte colocação:

A pequena produção de mercadorias baseada no trabalho familiar e na comunidade “mura” era a forma tradicionalmente adotada pelos japoneses no Japão. Os japoneses, que no pensamento estavam julgando que emigravam em procura de um novo mundo, colocando-se numa comunidade onde predominavam uma vida completamente distinta e sistema de produção inteiramente diferente em São Paulo, passaram, na verdade, a criar um habitat japonês. A vida social num “bairro” de uma comunidade de japoneses, como existisse um maior numero de fatores impeditivos do que na própria comunidade “mura” do Japão, tomou a feição de reproduzir-se as relações humanas mais fechadas, mais introvertidas. Os japoneses, moradores de um desses bairros, tem as suas regiões de origem, no Japão, diferentes. Vem de todo o Japão. Não existia, pois, qualquer vinculo entre si até que viessem a se encontrar no “bairro”

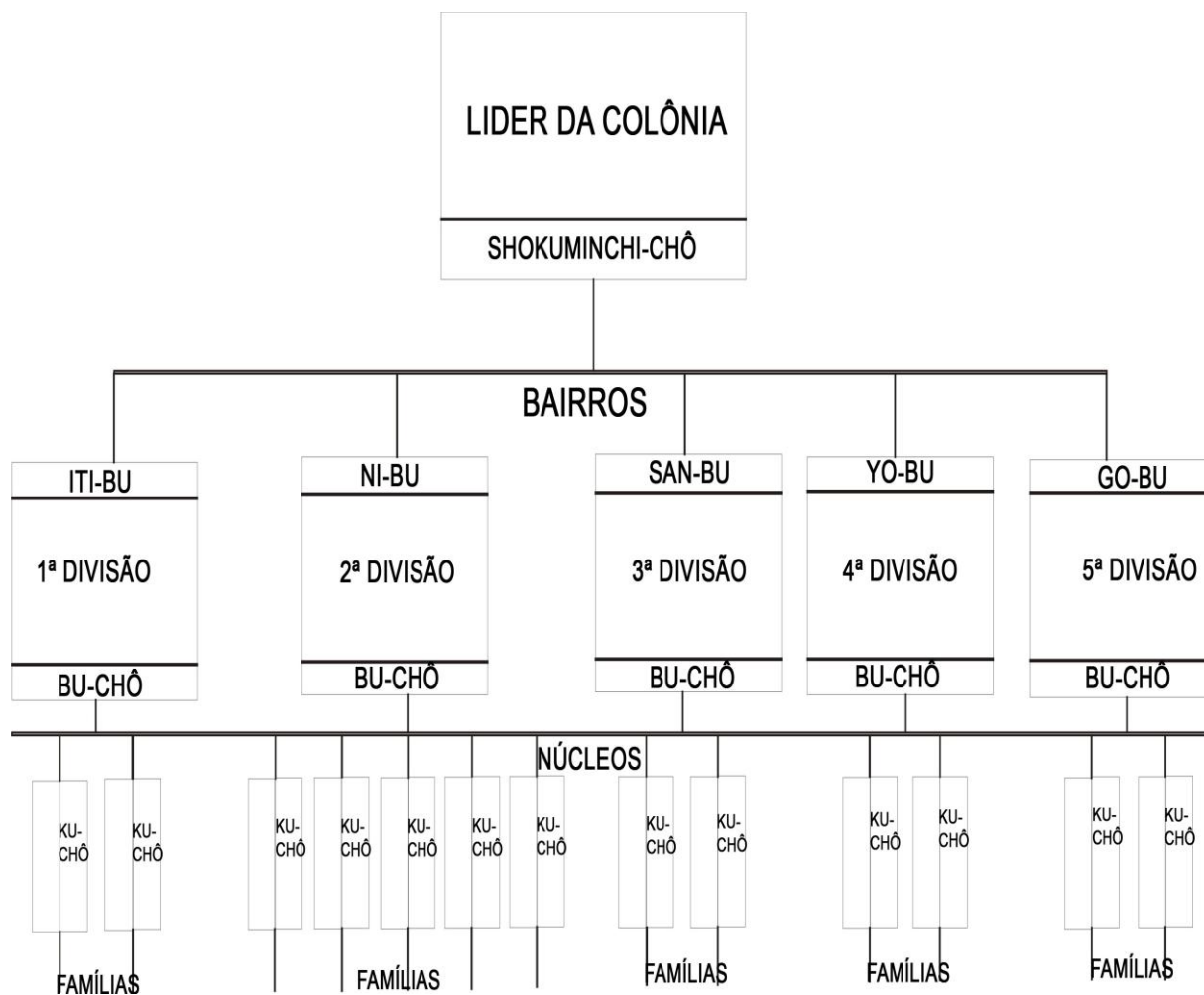
onde passaram a residir. Nas circunstâncias peculiares que aí se observam o denominador comum existente entre os imigrantes japoneses, ou seja, a consciência no amplo sentido, existentes entre os camponeses japoneses, passa a agir reciprocamente, e então a prevalecer às relações humanas como se todos eles proviessem de um mesmo “mura”. (ONO, 1973, p. 137)

A preocupação dos japoneses em Registro foi a de reproduzir um sistema agrícola semelhante ao da zona rural do Japão, e o Mura considerado como bairro rural, representava essa possibilidade.

Apesar das diferenças quanto às procedências de cada família, oriundas de diversas partes do Japão, com hábitos culturais também diferentes, conseguiram por meio da cooperação trabalhar a terra do Vale do Ribeira, criando uma condição de pertencimento àquela terra. O Mura propiciou a formação dessa identidade por meio da organização entre os japoneses. Essas organizações eram traduzidas em festividades culturais, reuniões entre membros das colônias japonesas para tratar de negócios e outras questões que afetavam o grupo, ou ainda para trocar informações.

Os bairros, subdivididos em cinco (Mapa 3), eram chamados de BU, que no idioma japonês significa a parte de um complexo. Os “Bu-Chôs”, eram considerados os representantes (chefes) de cada bairro. Os bairros por sua vez, eram subdivididos em pequenos núcleos, chamados de “Buraku” na língua original, e todos possuíam um líder de caráter temporário,

Dos cinco bairros chamados de BU, um representava a cidade de Registro, e os outros quatro pertenciam à zona rural. Os núcleos (KU) correspondiam a uma área de aproximadamente quatro quilômetros de diâmetro (Quadro 3).



Quadro 3 – Organograma ilustrando a composição da colônia Japonesa de Registro
Fonte: Adaptado de Almeida, 1957.

A escolha dos líderes de cada bairro, os Bu-chôs, se dava pelo voto secreto. O critério utilizado para a escolha dos candidatos era a representação social, que incluía critérios econômicos e sociais. Porém, por meio da pesquisa de campo, alguns entrevistados que ouviram falar do sistema do Shokuminchi afirmaram que não havia critérios para se candidatar; bastava ter disposição e tempo. Em relação aos Ku-chôs não havia votos. Todos os chefes de cada família adotariam o sistema de rodízio e exerceriam um mandato em caráter obrigatório.

O Shokuminchi foi uma organização que prezava a cooperação entre os japoneses, mas era excludente e restringia a participação a outros grupos étnicos. Adotavam algumas políticas internas de manutenção de sua identidade, que incluía a não miscigenação com brancos, como forma de garantir a permanência de sua cultura nas gerações futuras.

A organização do Shokuminchi foi aproveitada posteriormente na organização das cooperativas agrícolas, com a introdução da teicultura em Registro. Esse período marcará uma

nova fase do contexto histórico dos japoneses, onde a figura do “nissei”, filho de japoneses (Issei), foi responsável pela administração da produção agrícola.

Os “Muras” ou bairros rurais, organizados em Registro, foram responsáveis pela organização do território, pois além da localização do lote, caracterizava-se também pelo lugar do trabalho, da vida cotidiana, das manifestações culturais, pela expressão e manutenção da cultura japonesa em terras brasileiras. As casas dos imigrantes, suas ferramentas e técnicas de plantio, a religião (Católica e Budista), as cerimônias dos rituais e os costumes e hábitos de sua terra, estavam presentes no “Mura”.

Essa organização entra em desequilíbrio, quando começou a teicultura no município. Se antes o “mura” integrava e reforçava os traços culturais, a nova organização econômica estimulará uma organização individualizada. Os descendentes (nisseis) transformaram o contexto dos bairros rurais (mura), acompanhando as etapas de desenvolvimento do sistema capitalista.

Sobre a decadência de um bairro rural, Queiroz (1973) faz a seguinte afirmação: “entrando em decadência o bairro, o desinteresse dos habitantes por ele também se manifesta; sociológica e psicologicamente ele vai deixando de existir, até se extinguir por completo” (QUEIRÓZ, 1973, p. 134).

Esse período foi o início do que, para os mais conservadores, ficou marcado como a aculturação japonesa; outras leituras entendem como uma adequação cultural às novas condições definidas pela teicultura. As relações estabelecidas a partir da introdução do cultivo do Chá, por volta de 1930, trouxeram um rol de manifestações sociais, culturais e econômicas, que foram responsáveis pela caracterização atual da paisagem rural e urbana de Registro.

2.3 – A relação dos japoneses com a teicultura: a construção de uma identidade

O chá despontará como força motriz da economia brasileira entre os anos de 1930 á 1990, períodos que destacou o vale do Ribeira no cenário agrícola regional.

Em síntese, o chá representará a economia que estruturou a comunidade japonesa do Vale do Ribeira. As produções agrícolas que ocorreram anteriormente, nunca se firmaram, ficando à deriva do mercado interno e externo brasileiro.

Dessa forma, realizou-se uma leitura da paisagem rural de Registro, área da colonização, à luz das relações de produção, considerando os aspectos que envolveram a

organização dos japoneses quanto à nova técnica agrícola, bem como a inserção do chá no mercado internacional.

Nesta etapa já havia acontecido aquilo que é consequência de um processo de colonização que buscava a exploração: a assimilação de aspectos da cultura local.

A existência do chá, em outras localidades do Brasil, remonta aos tempos do Brasil Colônia. No século XIX foi cultivado no jardim Botânico do Rio de Janeiro; posteriormente em Minas Gerais e em São Paulo, localizadas no viaduto do Chá. Por esta época não obteve expressão comercial e só voltou a ser destaque no século XX, com os japoneses.

A teicultura começou a ser desenvolvida experimentalmente em 1918, mas só a partir de 1940 é que irá de fato repercutir em âmbito nacional e em 1960, em âmbito mundial, com as exportações.

Este período do chá marcará o desenvolvimento da indústria beneficiadora da região. Foi um momento de expansão de terras cultivadas, com o predomínio da monocultura do chá, não apenas em Registro, mas em outros municípios que compõe o Vale do Ribeira, especialmente onde houve a colonização japonesa.

Sobre os aspectos do desenvolvimento do chá, Tsukamoto (1994), afirma que já havia pés de chá plantados no bairro rural denominado campo de experiência, cujo nome remete a área criada pela companhia, para experimentações agrícolas, em 1918. Em 1922, o teicultor Okamoto iniciou o cultivo de chá em sua propriedade. Comprou 20 kg de sementes da variedade chinesa no subúrbio de São Paulo, nas proximidades do viaduto do Chá, e obteve duas mil mudas. Em 1934 havia formado cerca de 80 alqueires.

Segundo Tsukamoto (1994):

[...] Torazo Okamoto procedente de uma área tradicional da teicultura japonesa plantou experimentalmente um tipo de chá denominado chinês e já existente em alguns pontos do Brasil. Era uma das várias tentativas de se encontrar uma cultura que se fixasse na área. (TSUKAMOTO, 1994, p.33).

Considerado o pioneiro do chá em Registro, o imigrante japonês Torazo Okamoto, iniciou a plantação das primeiras sementes de chá do município, constituindo-se base de apoio para a expansão do cultivo no município de Registro e região (Figura 14).



Figura 14: Fazenda de Chá de Torazo Okamoto em 1934

Fonte: <http://www.jornaldailhacomprida.com.br/noticias/iphan_tombamento.htm>

O chá (*camélia sinenses*) é uma planta perene, de vida útil prolongada podendo chegar até 40, 50 anos, desde que receba tratos culturais adequados (TSUKAMOTO, 1994). Entenda-se tratos culturais como sendo os cuidados necessários com a planta, de cultivo ancestral no Japão (plantação, secagem, moagem).

Inicialmente o tipo de trabalho aplicado no cultivo e colheita do chá era artesanal e contava com o trabalho da família, modalidade já conhecida dos japoneses. Posteriormente, com o crescimento da produção, foi necessário a contratação de mão de obra externa à família. Para os mais conservadores, os “isseis”, esse momento representou a assimilação de hábitos culturais de outros grupos que não o deles. A introdução de mão de obra externa à família nos trabalhos da propriedade que produzia chá Significou indício de aculturação. Os japoneses passaram a conviver com os brasileiros mais estreitamente neste período do chá.

Inicialmente os japoneses se dedicaram aos trabalhos de colheita; em seguida, em virtude da expansão das plantações, e da disponibilidade de mão-de-obra nativa, a colheita passou a interessar apenas a este último (PETRONE, 1966).

A organização do trabalho foi alterada e o imigrante japonês passou apenas a gerenciar as atividades agrícolas. No trabalho de campo realizado no município em janeiro de 2010, pudemos constatar essa tendência. Em raras situações de produção do chá encontramos o descendente japonês trabalhando junto com o empregado. A preocupação com os cuidados e

procedimentos na hora da colheita, secagem e moagem do chá não passava mais pela presença integral do teicultor. A preocupação com a qualidade, principalmente do paladar, que resultava em melhor valor de mercado, não estava mais presente.

A organização territorial apresentada pelo Shokuminchi foi desconfigurada. Na formação da colônia japonesa, o lote foi limitado a dez alqueires, garantindo a mesma parcela de terra, conseqüentemente os mesmos ganhos, pois faziam parte da organização do bairro rural, que decidia pelo melhor tipo de cultura que seria praticado. Essa organização será deixada de lado com a teicultura. De cunho exclusivamente comercial, a expansão da produção provocou também alteração na dimensão das propriedades, culminando com a expansão das áreas destinadas à produção do chá, por meio da comercialização de terras. Os japoneses desinteressados, ou desanimados com as políticas agrícolas, na maioria, pequenos proprietários, venderam suas terras.

Nos estudos de Petrone (1966), a estrutura fundiária de Registro, em 1966, é descrita da seguinte maneira:

[...], a maior freqüência no município de Registro, verifica-se entre 5 e 100 hectares, com um total percentual de 80,3% das propriedades, representando 55% da superfície. Significativo é, também, o fato relativo à praticamente ausência de propriedades com menos de 2 hectares, assim como a inexistência de propriedades com superfícies superiores a 2 mil hectares. No conjunto verifica-se que também no município de Registro há uma nítida tendência a homogeneização do regime fundiário, sem que, todavia, se caracterize pelos mesmos índices de concentração que temos em Jacupiranga. As características do regime fundiário de Registro se justificam pelo fato desse município compreender a maior parte das colônias japonesas criadas na baixada. (PETRONE, 1966, p.265-266)

Os dados apresentados pelo autor foram retirados do VI Recenseamento Geral do Brasil, de 1950, indicando a predominância de pequenas e médias propriedades em detrimento da grande propriedade que será inexistente. Esse fato é um reflexo direto da colonização que limitou o tamanho das propriedades em 25 hectares.

Tratando-se especificamente do município de Registro, buscou-se na sede regional do CATI na mesma cidade, informações referentes a composição da estrutura fundiária, e obtivemos as seguintes informações.

Classifica-se de “sítio” ou “pequena propriedade”, áreas com dimensões entre 7 a 12 ha. Considera-se média propriedade, áreas acima de 12 ha a 121 ha, e por fim a grande propriedade acima de 121 ha.

Com relação ao contexto das mudanças no processo de produção, a teicultura mudou as técnicas utilizadas. O trabalho inicial utilizando técnicas rudimentares, praticamente manuais, foram substituídos por maquinários modernos.

O processo de produção aqui descrito refere-se ao chá preto; cultivo que demanda equipamentos, ainda que dependa da mão de obra artesanal. É diferente do processo produtivo do chá verde, que também foi desenvolvido paralelamente pela colônia japonesa, em menor escala, e exclusivamente artesanal, dada a preocupação com a qualidade final do produto.

Segundo Tsukamoto (1994):

[...] o empenho dos japoneses na aquisição de maiores conhecimentos para a produção do chá preto foi muito grande, pois, segundo depoimentos de um pioneiro, um dos produtores ao receber livros e manuais sobre essa cultura, solicitados ao consulado japonês, chegou a imprimir cópias mimeografadas para a sua divulgação entre os interessados. Era ainda para eles uma cultura desconhecida e necessitava de maiores informações a respeito (TSUKAMOTO, 1994, p.35)

Essa conjuntura estimulou a construção de fabriquetas de chá em toda a extensão agrícola do município, e, posteriormente, com o sucesso das mesmas, foram construídas fábricas de beneficiamento, sendo uma dessas financiadas pelo capital estrangeiro, que serão responsáveis pela comercialização do produto final.

Inicia-se então uma produção do chá em larga escala, destinada ao mercado interno, que estava em ascensão. Diversas fábricas e cooperativas de chá surgirão no Vale do Ribeira, conforme veremos nos próximos capítulos.

2.3.1 – A difusão espacial da teicultura e a figura do nissei

Inicialmente a produção do chá era voltada exclusivamente ao mercado interno, com boa aceitação de consumo. Entre 1939 a 1945, ocorre um aumento significativo da produção do chá (TSUKAMOTO, 1994).

Segundo informações, o chá ganhou destaque no cenário mundial no final da década de 1950. Mais precisamente no ano de 1958 quando foi construída a fábrica de chá “Chabrás”. Muitos agricultores aderiram ao cultivo do chá, levando a uma produção acima da demanda do mercado interno, o que fez com que gerassem excedentes, e esses fossem direcionados ao mercado externo, iniciando o contexto das exportações, mantidos até a atualidade, sendo o ponto mais forte da economia dessa cultura (Quadro 4).

Ano	Área (1000 ha)	Produção (1000 ton.)	Produtividade (Kg/ha)
1948	1200	3000	2500
1949	1200	2500	2083
1950	1200	3500	2916
1951	1200	2000	1667
1952	1200	3000	2500
1953	1200	3500	2916
1954	1200	3000	2916
1955	1200	3000	2500
1956	1400	4000	2857
1957	1400	3500	2500
1958	1600	5000	3125
1959	2000	5500	2750
1960	2000	6000	3000
1961	3000	8500	2833
1962	3000	10000	3333
1963	1900	9500	5000
1964	2200	11000	5000
1965	2300	12000	5217
1966	2800	15000	5357
1967	2900	16500	5690
1968	2600	15000	5769
1969	4300	24000	5581
1970	4300	17400	4047
1971	4500	19800	4400
1972	4300	19300	4488
1973	5000	30400	6080
1974	5000	27300	5460
1975	4900	27800	5673
1976	4800	27700	5735
1977	4600	27500	5978

Quadro 4: Entrada de folhas verdes (in natura) nas fábricas de chá do Estado de São Paulo entre os anos de 1948 a 1977

Fonte: Adaptado do Instituto de Economia Agrícola (IEA), 1979.

A teicultura dominou o quadro agrário do Vale do Ribeira. A paisagem rural, antes composta de lavouras temporária, (arroz, banana) e permanente (café), foi praticamente tomada pelo cultivo do chá, que visualmente representava um extenso tapete verde que se perdia pelas colinas.

Em 1944, havia aproximadamente 45 fábricas, muitas dessas eram “fabriquetas” que apenas secavam e moíam a folha do chá (Figuras 15 e 16), sendo que a parte do beneficiamento cabia às fábricas maiores. As fábricas de pequeno porte somavam-se 34 ao todo, com capacidade para até uma tonelada. A produção total dessas atingia aproximadamente 378 toneladas (TSUKAMOTO, 1994).



Figura 15 – Secador de chá
Foto: Alessandro Aoki, 2008



Figura 16 – Moedor de chá
Foto: Alessandro Aoki, 2008.

O chá brasileiro teve boa aceitação no mercado internacional, por sua boa qualidade, que era superior à de sua vizinha concorrente, a Argentina. Encontrava-se nas condições naturais favoráveis, como o clima e o relevo, a justificativa para a diferença na qualidade.

Vale destacar que a demanda pelo produto era grande, porém a atividade ainda era recente e pouco desenvolvida, enquanto técnicas empregadas, o que demandava investimentos para melhoria nesse setor. Além disso, havia a necessidade de capital para realizar toda a logística que demandaria a relação com o mercado externo.

Para atingir o mercado externo ao município, os produtores de Registro tiveram que repassar o chá para uma empresa de maior capital, no caso, a Cooperativa Agrícola de Cotia

(C.A.C.), que viabilizaria a comercialização do chá beneficiado, uma vez que possuía uma extensa rede de vendas (TSUKAMOTO, 1994).

Era perceptível, por volta de 1950, que muitas das relações sociais estabelecidas entre os japoneses nos bairros rurais, foram diminuindo, dada a incorporação de novos hábitos e costumes, legado da nova fase do sistema capitalista.

Segundo Ono (1973):

A organização das cooperativas que os japoneses importaram do Japão, no seu progresso ampliado, teve que abandonar seu caráter japonês. Entre os associados foram englobados muitos não japoneses, havendo ainda a participação de um grande número de “nisseis”. O sistema de valores que os “nisseis” possuem apresenta claramente algo de qualitativamente diferente daquele dos “isseis”. Possuem os “nisseis” muitas coisas em comum com aqueles não japoneses (ONO, 1973, p.161):

A Cooperativa de Cotia coordenará essa expansão para o cenário econômico brasileiro. A economia transformou a organização territorial: fundada com base na pequena produção localizada nos bairros rurais e mão de obra familiar, o contato com o mercado interno alterou as relações de trabalho e de produção.

As mudanças não ocorrem apenas em relação aos aspectos econômicos, representados pela ação da cooperativa, também refletem nas mudanças de valores e costumes da segunda geração de japoneses – os nisseis.

De acordo com Ono (1973):

A passagem de uma geração para outra constitui, como já foi dito, um molejo que propulsiona a transformação nas comunidades de origem japonesa. Particularmente no que concerne à direção efetiva de empreendimentos agrícolas, inclusive planejamento das atividades e sua execução, está sendo transferida do issei para o nissei em proporção que transcende qualquer estimativa otimista. Na realidade a iniciativa de empreendimentos está passando para a nova geração; essa transformação significa uma correspondente mudança de força de controle no setor econômico (ONO, 1973, p.212)

Portanto, a mudança foi de certa forma positiva quando se refere ao desenvolvimento econômico que o chá propiciou aos cooperados, bem como trouxe benefícios para a baixada do Ribeira, como a construção da rodovia Regis Bittencourt, em 1950 (BR-116).

A construção da rodovia coincide com o período de crescimento do chá na baixada do Ribeira. O fator transporte rodoviário seria essencial para a expansão desse produto no mercado interno e externo.

Na mesma década, acontecia na política econômica brasileira a abertura para a entrada de capital estrangeiro, como forma de desenvolver a indústria. Essa proposta foi desenvolvida

pelo governo de Juscelino Kubitschek que buscava promover um crescimento econômico acelerado.

Esse foi o momento em que o chá passou a fazer parte dos interesses dos estrangeiros, principalmente dos norte americanos, que investiram seu capital em fábricas de chá localizadas em Registro.

Nessa conjuntura, Registro presencia o crescimento de diversas fábricas: “Chabrás” - uma das principais indústrias do Vale do Ribeira; “Chá Ribeira”, “Agrochá”, “Amaya” e “Cotia” (TSUKAMOTO, 1994).

Inicia-se a concorrência pela coleta da produção de chá preto, que a princípio era um bom sinal para os produtores, pois teriam mais alternativas para a comercialização de seu produto. Porém, foi negativa para as pequenas fábricas, que tiveram exatamente nesta conjuntura, a restrição de benefícios como os empréstimos, não podendo investir em suas estruturas.

Essa abertura comercial com outros países, evidentemente fez aumentar a produção do chá e incentivou os agricultores a aumentar suas áreas plantadas, o que levou à monocultura do chá, consequentemente a concentração de terras.

Do ponto de vista do mercado capitalista, a abertura para o mercado externo foi positiva para algumas empresas; principalmente aquelas que se beneficiaram, sobretudo, das inovações tecnológicas, representando um período da modernização da agricultura brasileira. Essa modernização foi essencial para sua expansão, pois contribuiu no processo de produção do chá, que exige maiores cuidados nos processos de beneficiamento.

Segundo Tsukamoto (1994) a comercialização:

(...) do chá brasileiro foi sendo conquistada paulatinamente. De uma produção artesanal voltada a um restrito mercado, atingiu um nível tecnológico mais avançado que permitiu competir com outros países produtores do mercado mundial. (TSUKAMOTO, 1994, p.54)

A partir de 1960, o chá assume destaque na produção em larga escala; já estava totalmente mecanizada, devido à entrada de capital estrangeiro no seu processo de produção.

O fato da produção se destinar mais ao mercado externo era reflexo dos hábitos dos brasileiros de não tomarem chá. Esse hábito estava mais ligado aos europeus, americanos e asiáticos; com os últimos consumindo mais o chá verde, que também passou a ser produzido.

Essa cultura do consumo de chá verde no Japão ocorre em diferentes estabelecimentos, desde confraternizações, até comércios e lugares de trabalho. O hábito de tomar chá

permanece na cultura japonesa. O chá continua sendo servido nas indústrias do modo de produção capitalista até os dias atuais. Se for considerado que o hábito cultural do brasileiro é tomar café, pode-se dizer que a cultura japonesa resistiu ao continuar sorvendo o que lhe é peculiar: o chá seja o preto, ou verde, ou mesmo de outra espécie.

O cenário agrícola no município de Registro chega aos anos de 1970 dominado pela teicultura, que assumia o posto de primeira colocada na economia do Vale do Ribeira, seguida pela banana, palmito e arroz.

2.3.2 – A teicultura como representação simbólica no espaço e tempo

No desenvolvimento dessa pesquisa, passamos a compreender a teicultura como um símbolo econômico e cultural, pois, remetem valores em comum para um grupo de pessoas. A maior parte da sua passagem histórica de construção da identidade cultural esteve sustentada pelas relações estabelecidas com o chá. Não pudemos nos furtar de mencionar essa expressão oriental no espaço urbano e rural de Registro.

A teicultura foi responsável pela produção do espaço no município de Registro; e os processos produtivos desencadearam mudanças nas relações de trabalho: os grandes teicultores acumularam riqueza; o mesmo não ocorreu com o pequeno teicultor.

A teicultura, responsável pela economia desenvolvida na região, foi também responsável pela formação da paisagem cultural, pois carregou de significados simbólicos algumas construções ou monumentos instalados no município.

Os processos econômicos, bem como políticos e sociais não são excluídos dessa paisagem, pois foi a partir dessas dinâmicas que se imprimiram simbologias à paisagem cultural.

Por ser a Geografia uma ciência que explica os fenômenos a partir dos grupos humanos, nossas observações se ativeram às percepções resultantes do grupo que ali se instalou, se desenvolveu e imprimiu na paisagem sua marca cultural, construída a partir da coletividade.

O Vale do Ribeira representou nesse processo de imigração, uma escolha que considerou os aspectos da terra de origem (Japão), como referência para a escolha de um local semelhante no Brasil. Evidente que a região de Registro apenas se assemelha a regiões do Japão; mas essa aproximação permitiu ali a organização de uma paisagem, transformada pelo trabalho e pelo mercado, que permitiu a reprodução cultural desse grupo, além da reconstituição de um ambiente tipicamente oriental.

Nas palavras de Besse (2006), quando ocorrem esses casos, o território é afetado por qualidades paisagísticas particulares, próprias ao interesse daquele que o considera.

A teicultura evidencia a relação que o imigrante japonês estabeleceu com a terra. O vínculo estabelecido com a terra de chegada, perpassou a relação que estabeleceu com o processo de produção do chá. Os monumentos, os espaços públicos, os símbolos presentes na paisagem da cidade de Registro remetem à atividade agrícola do chá. Os costumes e hábitos integraram, reconstituíram-se na alimentação e na expressão cultural, reafirmado pela manutenção da língua e da religião, e nos hábitos e costumes do grupo que permaneceu no município.

3 – A CONJUNTURA SOCIOESPACIAL DOS JAPONESES E DA TEICULTURA NA ATUALIDADE - EXPRESSÃO ECONÔMICA E CULTURAL

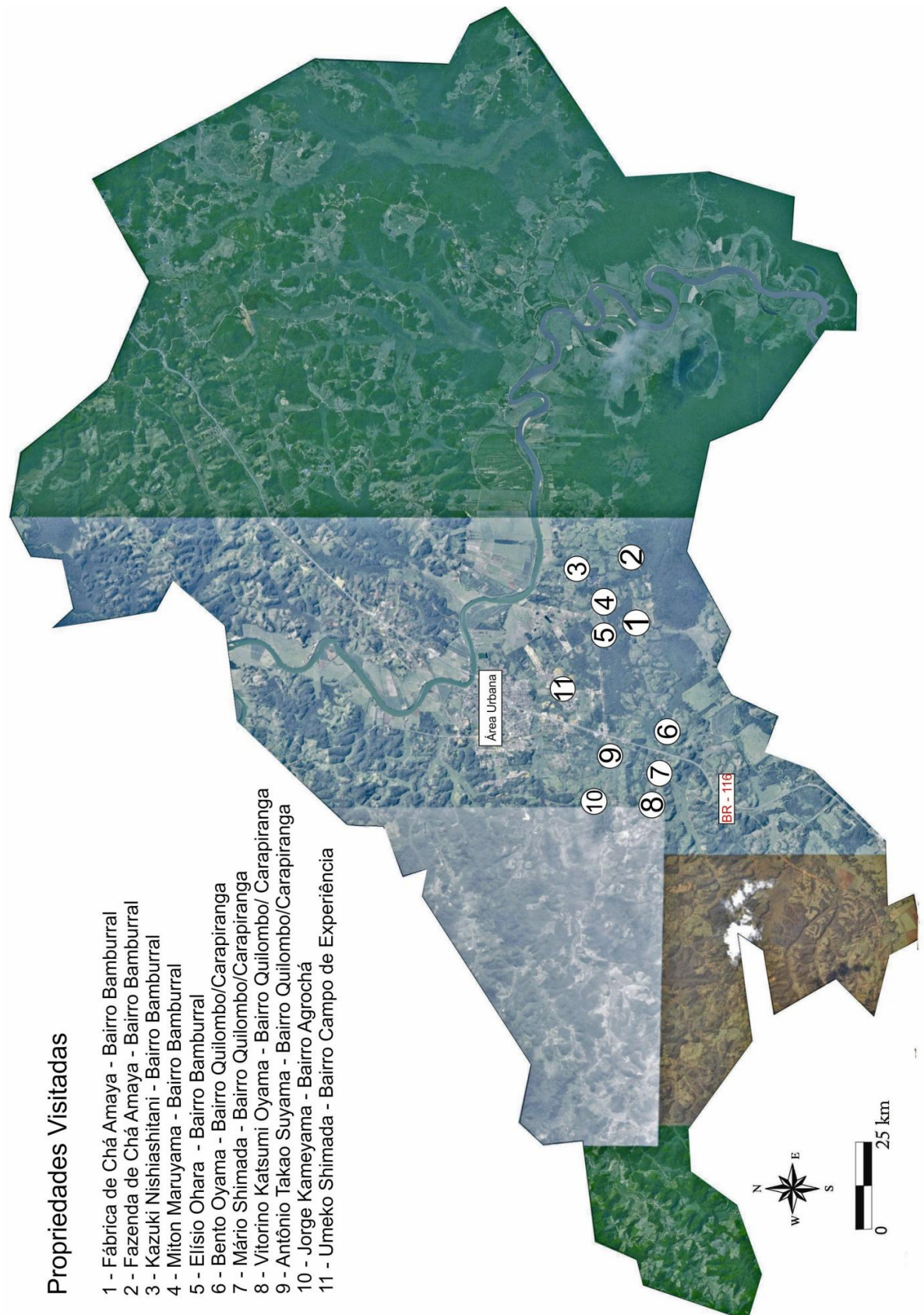
Nesse capítulo serão apresentados os principais aspectos da conjuntura econômica do chá no município de Registro, e foi considerado uma compreensão histórica dos fatos que ali ocorreram, segundo observação das pessoas envolvidas no contexto.

Para sistematizarmos os resultados, utilizamos o método de amostragem como forma de selecionar o universo estudado. Para isso, o conceito mais cabível foi o de amostragem por acessibilidade, formulado por Antônio Carlos Gil.

Constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido nível de precisão. (1991, p.97)

Optou-se por esse tipo de amostragem uma vez que foi encontrada dificuldades para entrevistar as pessoas em suas propriedades, ou uma vez encontradas, não se propunham a falar.

Localizamos, no mapa 4, as propriedades rurais pesquisadas.



Mapa 4: Localização das propriedades visitadas durante o campo
 Elaboração cartográfica: Alessandro Aoki, 2010
 Fonte: Google Earth, 2010

A amostragem determinada envolveu dezenove (19) pessoas: três (3) empresários e produtores de chá; três (3) produtores; cinco (5) arrendatários; sete (7) ex-produtores; e um (1) técnico agrícola do CATI, regional de Registro. Todos assinaram um termo de anuência permitindo a divulgação das informações e imagens por eles cedidas.

Forneceram informações importantes para a reconstituição do contexto onde estabeleceram-se as relações entre os imigrantes japoneses e a teicultura.

3.1. A conjuntura do chá a partir da década de 1990: o início do declínio

Utilizamos as entrevistas realizadas com alguns proprietários/produtores de chá, como referência para a leitura e análise da conjuntura pós-1990 da produção do chá.

A partir da década de 1990, a economia baseada na teicultura começou a dar sinais de enfraquecimento; a partir das mudanças no cenário político e econômico nacional e global.

Acirra-se a concorrência externa, com a entrada de outros países nessa economia. A mudança da moeda brasileira, do cruzeiro para o real, prejudicou as exportações, e subordinou ainda mais o pequeno teicultor às fábricas (TSUKAMOTO, 1994).

A produção do chá preto teve queda na produção, consequência direta dos problemas enfrentados pelo pequeno agricultor para produzir. Os dados apresentados no Gráfico 2, correspondem apenas aos dados fornecidos pela Fábrica Chabrás; os dados apresentados no Gráfico 3, correspondem apenas aos dados fornecidos pela fábrica Amaya.

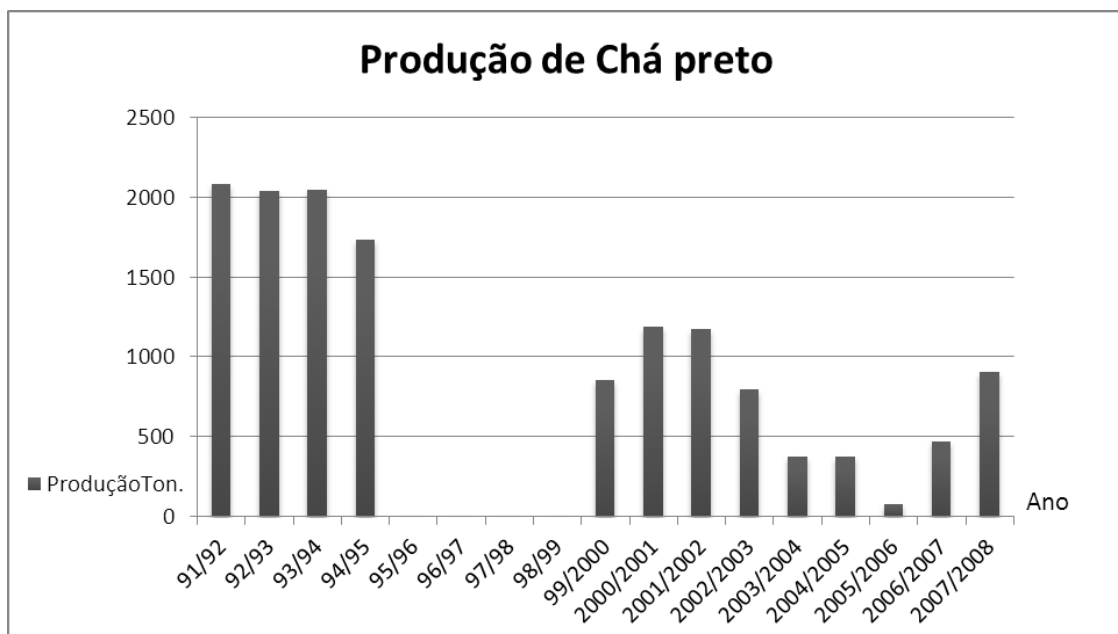


Gráfico 2: Produção de chá preto da fábrica Chabrás

Fonte: Informações cedidas pelo Sr. Dario, proprietário da fábrica Yamatea.

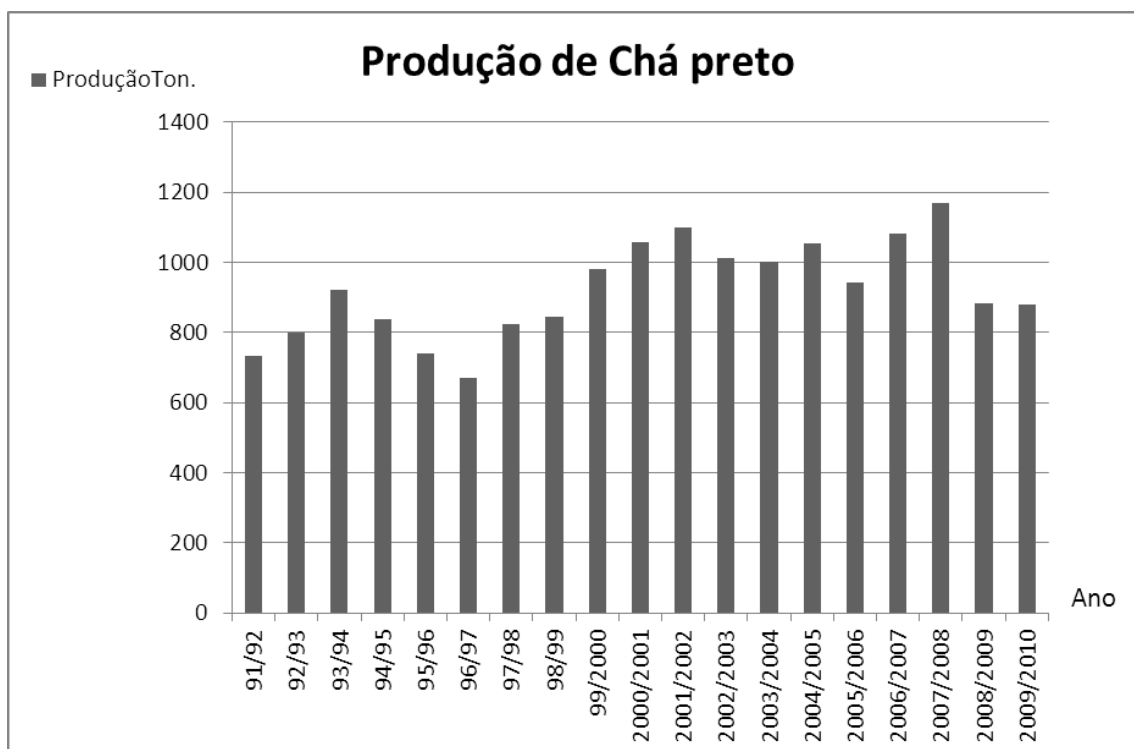


Gráfico 3: Produção do chá preto da fábrica Amaya

Fonte: Informações cedidas pelo Sr. Dario, proprietário da fábrica Yamatea.

Os dados refletem uma conjuntura que compreende os anos de 1991 a 2007, e cada safra foi representada no período de um ano, iniciando por volta do mês de setembro, finalizando em maio do ano seguinte.

Entre 1995 e 1999, a produção de chá preto enfrenta refluxo, algumas fábricas são paralisadas (Chabrás), outras não (Amaya); voltando a produção a partir de 1999, resultado de uma relativa melhora nos valores comercializados do chá. Essa melhora perdurou até o ano de 2003, quando novamente os preços sofreram baixas no mercado externo por causa do câmbio e da concorrência de outros países.

Em 2008, o Chábras decretou o encerramento definitivo das atividades, mas seu proprietário continuou administrando outra fábrica de chá na cidade de Pariquera-açu, a 30 km de Registro. Essa fábrica entrou em funcionamento em 1986, possui instalações modernas e está localizado próximo aos chazais, facilitando o transporte. O fechamento da Chabrás pode ter sido uma solução que o proprietário encontrou para se livrar de infraestrutura onerosa, dado o número alto de funcionários e o tempo de trabalho prestado à fábrica por estes.

A partir do ano de 1999 nota-se uma constante nos valores de produção de chá preto, obtendo uma relativa melhora.

Com a desativação da fábrica Chá Ribeira, encerrando a beneficiamento de chá preto no ano de 2007; e da fábrica Chábras (2008), diversos produtores que forneciam chá para essas fábricas migraram para a fábrica de chá Amaya.

3.2. Fábricas Chá Ribeira, Agrochá e Cooperativa de Cotia

A decadência se iniciou durante o governo federal de Collor de Mello, no início da década de 1990; empréstimos foram realizados junto aos bancos financiadores, e os juros atingiram valores altos, inviabilizando com o passar dos anos a continuidade da produção.

A CAC decretou falência, encerrando suas atividades no ano de 1992, e o auge da crise foi atingido no ano 1994.

Decorrente dessa crise, mudou-se o sistema produtivo de algumas empresas, dentre elas, a Chá Ribeira, que passou a atuar no mercado interno, confeccionando o chá em embalagem que leva seu nome, distribuído em vários estabelecimentos comerciais do território brasileiro.

Em 2000, a Agrochá também decretou falência. Nas terras de sua propriedade, parte continua arrendada e produzindo chá; e as demais áreas plantadas foram abandonadas. A avaliação de um dos cooperados dessa empresa, é de que a falência da empresa foi decorrente também da qualidade do chá. A produção era feita por diversos cooperados, e nem todos tomavam os cuidados necessários durante o plantio, a poda, a secagem e a

moagem. Essa diferença no processo de produção do chá, resultou em chá de qualidade também diferente. A produção não conseguiu ser exportada, e o estoque acumulado foi comercializado no mercado interno; uma forma buscada para se livrar desse excedente.

De modo geral, as fábricas citadas (Chá Ribeira, Agrochá e CAC), eram potenciais exportadoras, estavam voltadas para esse tipo de comércio, dependiam desse meio. O fato de não terem conseguido exportar a produção, associado à crise interna, deflagrada pelo governo Collor de Melo, além da política cambial da moeda brasileira, o real, que se igualou ao dólar, levou à falência essas empresas.

A fábrica Chabrás e a Chá Ribeira, retornaram à produção posteriormente e se adequaram ao comércio que abastecem: o mercado interno. As fábricas Agrochá e Cotia, não se recuperaram. A única fábrica em Registro que sobreviveu a esse período foi a Amaya, com dificuldades quanto à produção, diminuiu a área destinada a plantação (Quadro 5).

Ano	Área (ha)	Produção (ton.)
1990	3000	24000
1991	2850	22800
1992	2550	20400
1993	2850	19950
1994	2500	20000
1995	2000	14000
1996	2000	14000
1997	2000	14000
1998	2000	14000
1999	2877	20139
2000	2877	25897
2001	2877	25897
2002	2877	25897
2003	1800	13500
2004	1750	13125
2005	1720	12040
2006	1705	10230

Quadro 5: Valores relativos ao chá in natura (folhas verdes) para o município de Registro
Fonte: Fundação SEADE, 2010

Em síntese, o quadro 5 apresenta área e produção de chá em Registro, entre os anos de 1990 e 2006, com vários momentos de crise por causa da queda em relação à área plantada e consequentemente da produção. Resumindo tais informações poder-se-ia afirmar que entre os anos de 1990 e 1994, a crise foi decorrência das políticas externas e internas brasileiras. Entre 1995 e 1998, a queda foi provocada pela crise cambial (relação dólar – real).

Entre 1999 e 2002, o chá obteve um melhor desempenho desde 1990. Com a desvalorização do real, e o dólar em alta, as exportações voltam a ser bons negócios. Entre 2004 e 2006 a produção voltou a cair, ao menos na região de Registro (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE, 2006).

Para alguns cooperados, fabricantes e produtores do chá, a não renovação do plantio do chá, com a retirada do chá Assam e a introdução da variedade produzida pelo Instituto Agrônômico de Campinas (IAC), denominada de 259, que tem maior produtividade, melhor qualidade das folhas e menor tempo de vida útil, em média de 25 anos; e o tempo de 10 anos que levaria para voltar a produzir, caso houvesse a troca, desestimulou os teicultores a continuar nessa produção.

Para outros, a teicultura entrou em decadência por que alguns fabricantes e produtores, não acompanharam a modernidade dos processos produtivos do chá, pois não investiram em suas fábricas. É possível encontrar atualmente as mesmas técnicas de produção do chá, que existia desde a década de 1940.

O que se observou nas áreas de plantio do chá, era que não se replantava ou renovava o chazal.

Segundo os empresários, a competição com outros mercados desestimulou o investimento, sempre em decorrência da qualidade do chá brasileiro.

O chá produzido no Brasil, sempre complementou a produção do chá dos países importadores, pois, os de melhor qualidade sempre eram comprados de países como Ceilão, Sri Lanka e Índia. O equivalente a essa complementação quando estava na faixa de 20 a 30 % do chá brasileiro, representava grande lucratividade, como ocorreu na década de 1980, segundo técnico agrícola do CATI.

A pesquisa evidenciou que houve prejuízo por parte dos fabricantes de chá, mas também houve prejuízo daqueles que forneciam a produção bruta para serem beneficiadas, caso dos agricultores, os que mais perderam.

3.3 As relações Produtor X Proprietário

A amostragem utilizada na pesquisa, determinada por acessibilidade, relacionou oito teicultores. Desses, cinco são ex-produtores; e três, são produtores ativos no cultivo do chá, proprietários dos chazais e descendentes de japoneses.

Os entrevistados falaram principalmente sobre a crise da década de 1990. Que os ganhos com a produção era baixo, frente a relação do dólar com o real, que a qualidade do chá era baixo, que vários produtores/fornecedores foram cortados pelas empresas.

A maioria desses agricultores eram arrendatários, que dependiam da renda da terra para sua sobrevivência e como o chá estava cada vez mais desvalorizado, o custo para a manutenção ficava mais cara, e sem condições financeiras para manter a produção, a qualidade do chá caía.

Alguns produtores, a partir do final da década de 1990, passaram a produzir banana e plantas ornamentais, em substituição ao cultivo do chá; outros introduziram outros tipos de cultivo: goiaba, maracujá. Alguns proprietários arrendaram suas terras e se mudaram para a cidade, passando a exercer funções urbanas. Parte expressiva da área anteriormente ocupada com o cultivo do chá, atualmente encontra-se em parte arrendada para cultivos que não seja o chá; e outra parte encontra-se com os chazais em estado de abandono (Figuras 17 e 18).



Figura 17: Chazal abandonado, sem poda.
Fonte: Alessandro Aoki, 2010



Figura 18: Plantação de pupunha, substituição de área com chá
Fonte: Alessandro Aoki

Nas terras daqueles proprietários que desde a década de 1990 diversificava a produção, produzindo pupunha, goiaba, banana, plantas ornamentais, e outros, durante o período das baixas no preço do chá, na década de 1990, não ficou tão fragilizado frente ao mercado, conseguindo comercializar os outros cultivos que realizava (Figura 19).



Figura 19: Propriedade com diversificação de culturas (pupunha, goiaba, plantas ornamentais)
Foto: Alessandro Aoki, 2010

Mesmo com a diminuição nos ganhos com a produção do chá, alguns proprietários, por falta de opção, continuaram produzindo; por ser tradicional, por ser a principal fonte de renda da família (Figura 20).



Figura 20: Chazal em produção.
Foto: Alessandro Aoki, 2010

Outro problema ocorrido na conjuntura das crises da década de 1990, foram os preços dos insumos usados no cultivo do chá. Exportado, e com o preço do dólar em alta, os insumos também ficavam caros; a situação se agravava mais ainda, porque em dado momento as fábricas passaram a pagar com atraso seus fornecedores. A obtenção de créditos agrícolas por meio de financiamentos foi a saída encontrada para alguns.

Mesmo encontrando dificuldades, a produção de chá permaneceu em algumas propriedades (Figura 21).



Figura 21: Chazal recém podado
Fonte: Alessandro Aoki, 2010

Os que desistiram e foram para outras atividades, alguns permaneceram em atividades associadas à agricultura mesmo; outros continuaram exercendo uma atividade de renda complementar, à agricultura, pois o chá não é suficientemente rentável.

É notória a subordinação do pequeno agricultor a indústria de chá, assim já dizia Tsukamoto (1994) em relação ao fato, quando menciona que o produtor está totalmente a mercê da indústria.

Essa condição de subordinação foi gerada por uma espécie de acordo entre os fabricantes e os produtores de chá, que consistia em vender os insumos (adubo e fertilizantes, na mão dos fabricantes), aos produtores de chá, para desconto em produção do mês seguinte. Essa dívida deixou os produtores de chá, principalmente os pequenos, na mão dos fabricantes que monopolizavam o beneficiamento do chá, que ditavam os preços, e o pequeno agricultor sem saída, submetia-se, o que envolveu o não investimento no processo de plantio e colheita do chá, consequentemente na queda da qualidade da produção.

A opção pelo chá, como única produção em tempos de valorização, funcionou como uma armadilha; movimento inerente ao funcionamento do sistema capitalista; em tempos de alta nos preços, o grande produtor se projeta no mercado e o pequeno perde seus meios de produção.

Essa reorganização distanciou os interesses entre os pequenos e grandes teicultores, mesmo que fossem descendentes de japoneses. Essa relação de cumplicidade entre os

descendentes, fossem pequenos, médios ou grandes, deixou de existir, com a especialização da produção do chá, adequando-se às necessidades do mercado capitalista, tanto em sua fase de produção, quanto em sua fase de comercialização. O resultado dessa mudança foi o arrendamento quase que na totalidade das terras e conseqüentemente da produção. A opção para os que arrendaram suas terras foi buscar formas alternativas nos cultivos de plantas ornamentais e na olericultura como já mencionamos.

É possível concluir que parte expressiva da responsabilidade sobre a decadência do chá, em Registro pode ser delegada aos fabricantes de chá e não aos produtores. As relações estabelecidas na etapa de fornecimento da produção, como a compra de insumos com desconto em folha de produção, comprometia a etapa de produção, pois o pequeno produtor não conseguia investir; seu dinheiro ficava nas contas que adquiria da empresa para a qual entregava sua produção.

3.4. A atual configuração espacial da teicultura

Desde o ano de 1994 até o ano de 2010, a teicultura passou por várias crises, resultando em uma nova configuração espacial de sua produção. A área plantada, a produção e o número de agricultores que se dedicavam a teicultura, deixaram de ser significativos para a economia da região.

Atualmente em Registro, apenas seis agricultores, descendentes de japoneses continuam com a produção do chá em suas propriedades. Dentre essas, duas são donos das indústrias de Chá, Amaya e Yamatea. (Mapa 5)



Mapa 5: Propriedades rurais com plantação de chá
 Elaboração: Alessandro Aoki, 2010
 Fonte: Google Earth, 2010

A localização elaborada pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – (CATI), em 2008, do número de produtores de chá no Vale do Ribeira, aponta o município de Registro, com a maior área de chá em comparação às demais cidades, como Sete Barras, Tapiraí e São Miguel Arcanjo (Figura 22).

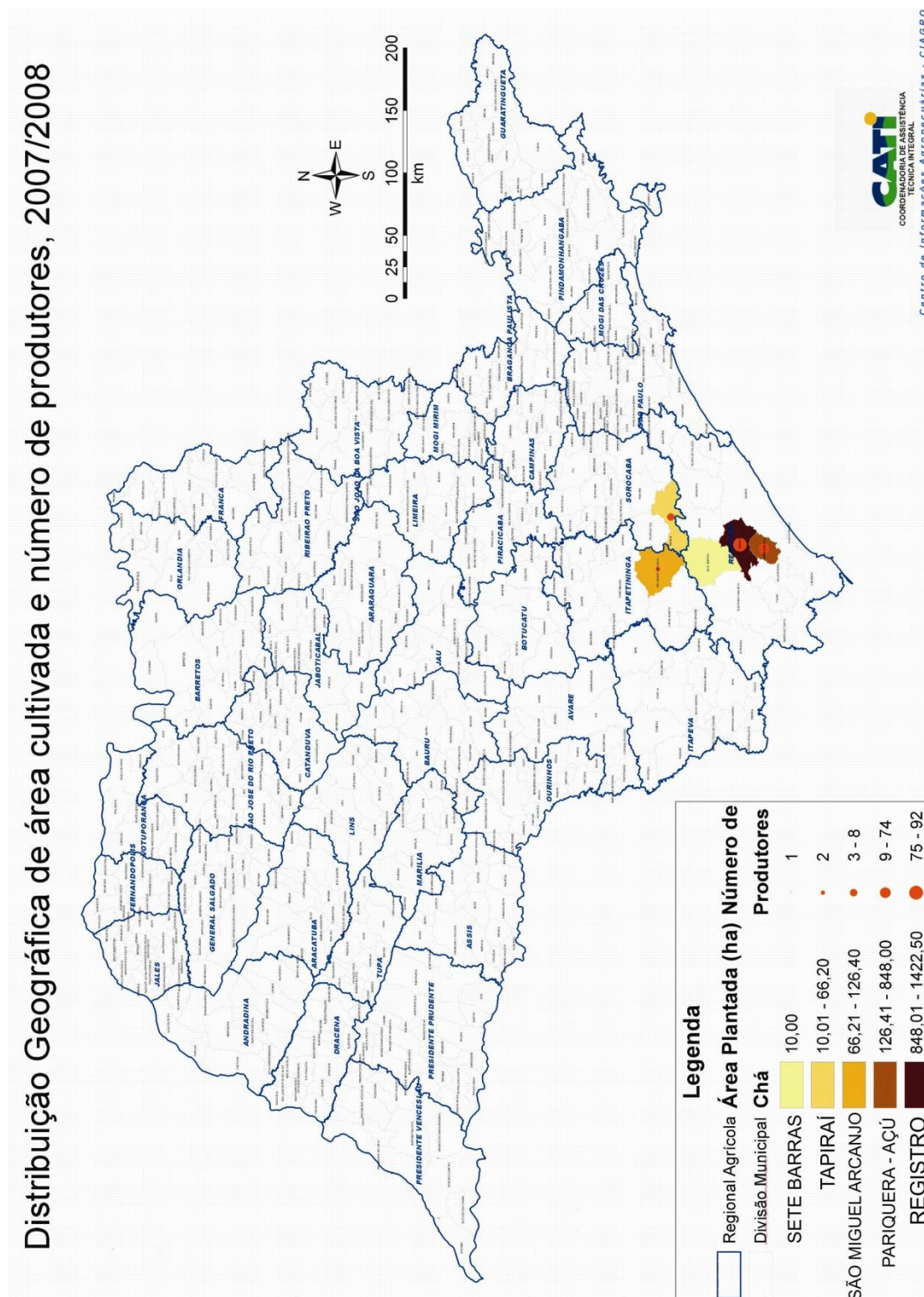


Figura 22: Localização da produção do Chá na safra 2007/2008

Fonte: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/mapaculturas2007/2008Cha.pdf>>

O último levantamento sobre o universo de produtores de chá em Registro foi realizado pela CATI, em 2008, e estavam numa faixa entre 75 e 92 produtores. Entre 2008 e 2010, a área plantada, bem como o número de produtores, diminuiu cerca de 40%. Em torno de 37 produtores deixaram a teicultura. (Tabela 1).

TABELA – Cha, por Município, Estado de São Paulo, 2007/08.						
MUNICÍPIO	UPAs		Área		Plantas	Ranking de Área
	Número	Percentual	Hectare	Percentual	Número	
Pariqueraçu	74	41,81	848,00	34,29	8.199.800	2
Registro	92	51,98	1.422,50	57,52	12.777.058	1
São Miguel Arcanjo	2	1,13	126,40	5,11	950.000	3
Sete Barras	1	0,56	10,00	0,40	120.000	5
Tapiraí	8	4,52	66,20	2,68	442.600	4
Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA.						

Tabela 1: Produção de chá no Vale do Ribeira - 2007/2008.

A tabela apresenta a produção do chá do Estado de São Paulo, para o ano de 2007/2008. Se no ano de 2008 o número de UPAs (Unidade de Produção Agropecuária) era de 92, atualmente, em 2010, esse número está na faixa de 56 propriedades, segundo a estimativa do Sr. Nelson, técnico agrícola da CATI.

Através dos dados contidos na ficha de produtores do chá, cedidas pelas indústrias Amaya e Yamatea, o número de propriedades rurais com chá na última safra 2009/2010 somava-se 54, aproximando com a estimativa citada pelo técnico da CATI, porém, segundo os donos das fábricas, esse número pode ser menor para essa safra de 2010/2011, que só encerrará por volta do mês de maio do ano de 2011 (Mapa 6).



Mapa 6: Atual distribuição do chá em Registro
 Elaboração: Alessandro Aoki, 2010
 Fonte: Google Earth, 2010

Atualmente 95% da produção do chá da fábrica Amaya, se destina ao mercado externo, enquanto os outros 5% se concentram no mercado nacional, com fornecimento para a Mate Leão (Curitiba), de propriedade da Coca Cola, e a Kraft – Fleishman – Royal (Quadro 6).

Países compradores de chá preto	Percentual de compra
EUA	45%
Inglaterra	5%
Canadá	15%
Chile	30%
Brasil	5%

Quadro 6: Países compradores de chá preto.
Fonte: Entrevista com fabricante - Amaya.

A comercialização do chá para o mercado externo, resultou em uma parceria entre as fábricas Amaya e Yamatea, juntas desde 1969, que concentraram toda a produção, favorecendo melhor negociação sobre os preços de compra e venda. Os custos são rateados por quilograma exportado e a fábrica Amaya paga a taxa de comissão para vender seu chá.

O quadro 7 apresenta a produção exportada pela fábrica Yamatea.

Países compradores de chá preto	Percentual aproximado
EUA	50%
Chile	25%
Polônia, Índia e China	15%
Inglaterra	2%
Brasil	8%

Quadro 7: Países compradores e chá preto.
Fonte: Entrevista com fabricante - Yamatea.

Esse baixo desempenho no mercado brasileiro resultou das sucessivas quedas cambiais na etapa de exportação. Além disso, o Brasil também sofria com a concorrência externa. Países como o Quênia, Uganda e Ruanda, forneciam um chá de melhor qualidade, a um preço reduzido.

Uma das justificativas para explicar a melhor qualidade do chá africano, foi a utilização do trabalho artesanal, barata e em grande quantidade, que melhora a qualidade do

chá, pois as folhas são selecionadas e não separadas aleatoriamente, como na colheitadeira mecânica. O Brasil tem problemas com a ausência de mão de obra para a teicultura, que deveria ser especializada.

Além dos países africanos, alguns do continente asiático, como a Índia, Ceilão, Paquistão, também são concorrentes do Brasil no mercado internacional. A China e a Argentina, também são países exportadores de chá, mas perdem em qualidade para os outros produtores. Segundo informações de um fabricante, o chá da China contém fibras, que no Brasil são descartados, pois para a produção de um chá de qualidade deve-se coletar apenas os brotos. O chá da Argentina perde a qualidade dada às condições climáticas, que são fatores que influenciam na qualidade das folhas. Os produtores argentinos recebem incentivos da política agrícola nacional, que subsidiam o plantio do chá.

Na primeira metade da década de 1970, o chá brasileiro era exportado para a Argentina. Como era uma quantidade muito grande, estimulou-se os agricultores a plantar chá, definindo uma política de incentivos àqueles que se propusessem a cultivá-lo. Quem se habilitava ao cultivo, recebia um valor para produzir. Os valores que cada agricultor ganhava eram suficientes para fazer o plantio do chá, construir a fábrica e ainda investir em outras atividades. Havia agricultores que tinham antes do subsídio 60 mil hectares, que com o incentivo chegou a dobrar o tamanho da área.

Nos últimos anos, os importadores, impuseram condições nas quais reivindicam que os produtores sigam um conjunto de normas socioambientais para adquirir a certificação do chá, que por sua vez, aumentará o valor pago por quilo. Isso obrigaria os produtores, principalmente os grandes, a pensar as condições do processo de produção realizado em suas propriedades e fábricas.

Essa certificação trata-se de um selo de qualidade do produto, mediante a aprovação das condições impostas para a adequação da produção agrícola. No Brasil essa verificação é realizada pela Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) que concede o selo de qualidade denominado Rainforest Alliance que é reconhecido pelo mercado mundial.

Essas condições impostas pelo mercado mundial prezam o cultivo de uma produção agrícola sustentável, visando uma harmonia com o meio ambiente.

Dentre um conjunto de normas que devem ser seguidas, em respeito ao meio ambiente, destacam-se a não poluição dos rios, córregos e mananciais; proteção aos animais; respeito à Área de Proteção Permanente (APP); adequação no ambiente de trabalho; moradia para os funcionários. Essa política do chá certificado foi alcançada até o presente momento

pelas fábricas Yamatea e Amaya, que se adequaram as exigências. Essas, além de fabricantes, são também produtoras.

O chá é separado em diversos compartimentos para sua desidratação, e a classificação varia entre A, A1, B, B1 e C, e se ainda são certificados ou não, conforme aparecem nas figuras 23 e 24.



Figuras 23 e 24: Compartimentos para desidratar o chá
Fotos: Alessandro Aoki, 2010

A figura 25 e 26 ilustra o primeiro processo do beneficiamento, que é a retirada da umidade das folhas, depois moagem, e por fim, a fermentação. A fermentação altera a cor do chá, de verde para uma tonalidade escura.



Figuras 25 e 26: Etapas do processo de fermentação do chá.
Foto: Alessandro Aoki, 2010

A figura 27 representa a separação dos grãos de chá, conforme a classificação já mencionada.



Figura 27: Processo de separação granulométrica do chá
Foto: Alessandro Aoki, 2010

Todo o processo industrial leva em torno de 16 horas, e são aproximadamente 17 mil kg de folhas de chá processadas por dia (Figura 28).



Figura 28: Chá destinado a exportação
Foto: Alessandro Aoki, 2010

A fábrica Amaya lidera, na região de Registro, as mudanças exigidas pelo mercado internacional, mantendo a qualidade do produto e a continuidade da produção. Ainda não conseguiu uma certificação total de seu chá, em decorrência de um antigo problema que afeta a região: a diversificação da qualidade no processo de produção. Nem todos os produtores aderiram às condições exigidas.

Alguns produtores estão se preparando para entrar nesse processo de certificação do chá no ano de 2011, porém, outros não, porque veem nesse conjunto de normas apenas um fator que irá gerar ainda mais despesas, pois, para esses, o chá não vem respondendo positivamente nos últimos anos.

Os teicultores que não aderirem à certificação do chá, poderão continuar entregando a produção nas fábricas, que por sua vez, farão a seleção e pagarão, a depender da qualidade do chá, preços diferenciados. A qualidade do chá relaciona-se ao modo como é produzido na propriedade rural, se estará dentro dos padrões socioambientais exigidos ou não. Uma vez na fábrica, o resultado final é o mesmo.

De modo geral a teicultura está se adequando para manter-se no mercado consumidor externo, e para isso estão investindo na melhoria das condições dos meios de produção, ainda que apenas duas fábricas, que restaram produzindo chá na região do Vale do Ribeira, Yamatea (Pariquera-Açu) e Amaya (Registro), façam isso.

Segundo Fernanda Yonela, Nas duas empresas, que têm áreas próprias e trabalham com pequenos produtores, são as únicas fábricas que estão produzindo chá preto no Vale do Ribeira, num total de 2 mil toneladas/ano, 90% exportados. Kiyohara conta que pode conseguir US\$ 0,10 a mais por quilo de chá certificado. "Sabemos que o produtor argentino de chá certificado está contente, mas como o nosso sistema de produção é diferente do deles, esse valor é pouco. Vamos conversar com a indústria e chegar a um acordo." Ele diz que a empresa se profissionalizou e que mudou a forma de gestão. A área de produção também teve que diminuir em favor do ambiente. Segundo o agrônomo, 30 hectares deixaram de ser cultivados para se tornar áreas de preservação. (O Estado de São Paulo, 05/05/2010)

Se no exterior as duas empresas estão se firmando como representantes brasileiros do chá preto, no mercado interno a comercialização é pequena, resultado de sua opção pelo mercado externo. Cerca de 10%, permanecem em Registro onde duas empresas cuidam da distribuição para o mercado nacional: o Chá Ribeira e o Chá Tupi, antigas produtoras e fabricantes de chá preto. Saíram desse processo na crise da década de 1990.

O Chá Tupi é distribuído em vários estados brasileiros e em diferentes distribuidoras concentradas nos estados do RS, MS e SP. Possui uma loja em Registro, em que comercializa produtos agropecuários, e vende o chá preto no varejo e atacado. A marca Chá Tupi é de propriedade da CAC (Cooperativa de Cotia), desativada na crise de 1992. Para a veiculação da marca Chá Tupi, paga-se royalties a cada 10 anos para o responsável pela empresa que ainda é existente na região de Cotia. Dessa forma, foi firmado um contrato com a CAC, que envolveu apenas a embalagem do produto e a manutenção do nome da empresa (Figuras 29 e 30).



Figuras 29 e 30: Maquinário utilizado para embalar o chá preto
Fotos: Alessandro Aoki, 2010

A distribuição e o consumo para o mercado interno mantêm-se constante, prova de que o mercado para o chá preto se consolidou no país. O chá Tupi surgiu em 1994, mesmo ano da

crise enfrentada pela produção do chá preto brasileiro no mercado externo. Com a produção estocada, passou-se a abastecer o mercado brasileiro com chá tipo exportação, que foi bem recebido pelos brasileiros. Tal fato justifica a consolidação do consumo do chá preto no mercado interno.

Destacamos até o momento a atual conjuntura da teicultura no que concerne ao papel desempenhado pelos fabricantes.

A partir do quadro 8, daremos destaque aos produtores proprietários e arrendatários, que são os principais responsáveis pela produção destinadas às fábricas de chá.

Produtor	Proprietário da terra	Área plantada de chá por Área total em hectares	Área que arrendou de chá em hectares	Número de funcionários	Produção Anual em Toneladas	Fábrica que entrega a produção
A	Sim	5 /36	2,5	1	150	Yamatea (Pariquera – Açu)
B	Sim	85/240	7	13	1,400	Amaya
C	Sim	7/24	Não	3	100	Amaya

Quadro 8: Quadro demonstrativo da produção de chá - 2010

Fonte: Entrevistados

Os três produtores de chá mencionados no quadro 9, dedicam-se ao cultivo do chá há três gerações. Analisando a área plantada, o produto B é o que possui a maior área plantada, e consequentemente a maior produção de chá, sem considerar os fabricantes produtores, como o Amaya e Yamatea. Porém, os três possuem renda complementar ao chá, pois alegam que o ganho não é o suficiente para manter a família e investir ao mesmo tempo.

Com exceção do produtor C, os outros dois agricultores arrendaram chá de ex-produtores, como uma forma de complementar a renda. O valor pago pelo arrendamento está em torno de 15 a 20% da produção.

Com relação ao quadro de funcionários, ainda permanecem casos em que a mão de obra é familiar, e os empregados acabam sendo rotativos, e pagos por empreitadas. Apenas o produtor B registra seus funcionários, porque além da quantidade de chá, ainda conta com serviços de mecânica e fabricação de maquinários para o chá. Os produtores A e C, contratam diaristas rurais. O produtor B é responsável por 280 toneladas de chá preto beneficiado na fábrica Amaya, que teve nessa safra um total beneficiado de 880 toneladas. Sua produção foi responsável por 32% do total produzido pela fábrica.

3.5. Perspectiva da teicultura

Quando perguntados sobre as expectativas do chá para o futuro, uma parte dos produtores pretende não continuar, estão desestimulados com os preços. Embora não estejam muito otimistas, alguns produtores estão buscando se adaptar às exigências da Rainforest Alliance, para certificar o chá. Algumas áreas sofrerão redução pois estão próximas de corpo d'água. A certificação elevará o valor do preço pago por quilo de folha verde (in natura).

Os três produtores apresentam em comum as insatisfações com a atual economia da teicultura; o mercado não tem reagido, e a nova política de certificação do chá, com compensações, não foi suficiente para animar os agricultores. Do contrário, não foi bem vista por alguns que viam na perda da área de produção, na melhoria das condições de trabalho, um empecilho para aumentar a produção e consequentemente o lucro.

O quadro 9, apresenta as condições de produção de arrendatários, que continuam na prática agrícola do chá, segundo eles, como único meio de sobrevivência.

Produtor	Início da atividade com o chá	Área Plantada em hectares	Funcionários	Renda aproximada do chá (R\$)	Fábrica que entrega produção de chá
1	1988	2,4	2 (pai e filho)	350 (valor líquido)	Yamatea
2	1990	17	2 (irmãos)	1100 (Valor Líquido)	Amaya
3	1998	4	1 (sozinho)	1,500 (valor bruto, não revelou valor líquido)	Amaya
4	1975	15	3 (Pai, Filho, empregado rotativo)	4,000 (valor bruto, não revelou valor líquido)	Yamatea
5	1974	12	3 (pai, filho e esposa)	1800 (valor líquido)	Amaya

Quadro 9: Características da estrutura agrária dos arrendatários
 Fonte: Informações cedidas pelos entrevistados

Observa-se que entre os arrendatários entrevistados, varia os anos em que iniciaram as atividades com o chá, indo de 1970, o mais antigo, até o mais recente em 1998. Esse grupo localiza os melhores anos de produção entre 1981 e 1987, com posterior enfraquecimento, culminando com a crise de 1994, início da decadência do chá no Vale do Ribeira.

O pagamento pelo uso da terra gira em torno de 15% da produção, ainda sim, o valor líquido ganho chega aos valores de 1500 a 2000 reais mensais.

A mão de obra é familiar, pois não há condições de remunerar empregados (Figuras 31e 32).



Figuras 31 e 32: Trabalho familiar na colheita do chá
Fotos: Alessandro Aoki, 2010

Outro arrendatário também utiliza a mão de obra familiar. Sua renda mensal gira em torno de 4000 reais bruto. Com as despesas esse valor pode chegar até menos da metade. Nessas despesas incluem insumos agrícolas, pagamentos de empregados temporários, remuneração do filho e a taxa de uso da terra para o proprietário (Figuras 33 e 34).



Figuras 33 e 34: Trabalho familiar na colheita do chá
Fotos: Alessandro Aoki, 2010

Alguns arrendatários moram próximos um dos outros, mas a produção de ambos pode seguir destinos diferentes na etapa de fornecimento. A produção da família apresentada nas figuras 33 e 34, destina-se a fábrica Yamatea, em Pariquera-Açu, e não a fábrica Amaya, localizada em Registro mesmo. Isso acontece por que a fábrica Yamatea “herdou” os arrendatários da falida fábrica Chabrás, que encerrou suas atividades em 2008, e mudou-se para Pariquera-Açu, com outra razão social. Há um acordo comercial entre as duas empresas (Yamatea e Chabrás) em questão da logística externa. Os produtores não podem migrar para outra fábrica, pois o dono da Chabrás ainda mantém a fábrica Yamatea.

O arrendatário produtor continua submetido às condições impostas pelo fabricante. Os insumos continuam caros; são descontados da folha de pagamento; neste sentido os insumos estão cada vez mais caros, e a produção cada vez mais desvalorizada.

Para alguns, já em idade avançada, torna-se raro encontrar emprego na cidade. Sem escolaridade, o destino continua sendo a agricultura, neste caso, o cultivo do chá, pois não tem outra forma de manter o sustento da família senão por esse meio. Alguns agricultores continuam a trabalhar pois pretendem se aposentar por idade. As figuras 35 e 36 mostram produtores arrendatários de propriedades diferentes, tendo ao fundo o plantio de chá de um deles. E a figura 37, mostra a mão de obra familiar base dos pequenos proprietários que exploram a teicultura.



Figura 35: Produtores arrendatários, tendo ao fundo plantio de chá.



Figuras 36 e 37: Trabalho familiar na etapa de colheita e ensacamento do chá
Fotos: Alessandro Aoki, 2010

Nesse universo de pessoas entrevistadas, que envolveram fabricantes de chá, produtores proprietários de chá e produtores arrendatários de chá, a unanimidade ficou em torno dos resultados da crise que abateu a teicultura depois de 1994, e a dúvida quanto a permanência ou não no cultivo do chá.

Apesar dos problemas que encontram para produzir o chá, alguns agricultores ainda buscam alternativas para continuar comercializando no mercado interno e externo. Embora esteja se consolidando no mercado interno, seu consumo ainda é pequeno. As exportações são consideradas o carro chefe dos lucros. Tem sofrido sucessivas quedas por causa do câmbio comercial, e da concorrência de outros países que também produzem o chá preto.

Na busca de se permanecer competitivos, investem na certificação do chá, exigência dos países importadores do produto. Mesmo assim, esta ainda não é uma saída que resolva o problema. Dado as exigências, que não são negativas, mas exigiria algum investimento por parte dos proprietários, a certificação não é solicitada.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Registro teve como principal agente responsável pelo processo de formação e ocupação do espaço, os imigrantes japoneses, que por meio da colonização organizada pela Kaigai, e tutelada pelo governo Japonês, em 1912, conseguiram efetivar um núcleo de colonização dirigida.

A modalidade de colonização realizada pelos japoneses no Vale do Ribeira diferiu da colonização realizada a partir da imigração do final do século XIX, início do século XX. A imigração ocorrida inicialmente não garantiu ao imigrante japonês o acesso a terra por meio da propriedade, mas sim como colono, uma espécie de empregado. Na colonização realizada no Vale do Ribeira, o imigrante podia comprar suas terras; havia essa possibilidade, e os japoneses trouxeram algumas economias.

A colonização então permitiu a fixação do imigrante japonês em terras brasileiras e com isso deu-se a transformação do espaço agrário na região do Vale do Ribeira, em Iguape, nas terras doadas pelo governo Paulista e posteriormente com sua extensão até o município de Registro.

O fator primordial para o desenvolvimento da colônia japonesa foi a atividade agrícola realizada, herança da cultura de origem, baseada na rizicultura, nas áreas alagadas às margens do rio Ribeira de Iguape.

Até 1940, grandes fluxos migratórios se dirigiram ao Brasil, principalmente para o Vale do Ribeira. O tipo de colonização ali implementado, dava a oportunidade ao imigrante de prosperar.

Base inicial da colonização, por questões de estagnação econômica da região e desestímulo dos produtores, o cultivo de arroz não prosperou.

A partir de 1920, passa a se explorar o café, como no Oeste paulista. A escolha foi justamente pelo “boom” que o café representava na economia brasileira nessa época, e acompanhando essa economia ascendente, os japoneses trataram rapidamente dar início a essa atividade agrícola.

Acompanhando o modelo dos ciclos econômicos brasileiros, os imigrantes japoneses sempre se dedicavam a um tipo de agricultura, nunca diversificavam a produção. Esse modelo monocultor os colocará diante de uma armadilha: diante da exclusividade da produção, qualquer oscilação do mercado, provocará crise no sistema de produção e comercialização. O café terá seu fim alguns anos depois em que houve a quebra generalizada de outros cafeicultores, na crise de 1929, levando ao encerramento definitivo das atividades nesse ramo.

A entrada da teicultura se deu por volta de 1930, e modificou a paisagem do vale do Ribeira, do ponto de vista cultural, político e econômico. Será responsável pelas transformações espaciais impressas à aquela região pelos próximos 80 anos.

A teicultura se projetou em meados de 1940, quando apenas no município de Registro, havia aproximadamente 45 fabricas de chá, sendo que, a grande maioria era pequenas fábricas instaladas nas propriedades rurais.

De fato, a teicultura gerou rendas para os produtores, por volta dos anos de 1960, quando modernizaram os meios de produção dessa atividade agrícola, passando a investir maciçamente em tecnologia. A produção passa a ser exportada, caracterizando-se o início da prosperidade econômica da região.

Essa projeção no mercado externo, levou a ampliação da infra-estrutura presente na região. O município passou a ser servida pela rodovia BR 116, construída especialmente para a realização do escoamento de mercadorias. A projeção do chá foi rápida e intensa, representando a primeira fonte econômica não só do município de Registro, como de todo o Vale do Ribeira.

A teicultura tornou-se representativa como economia e como cultura, pois estava diretamente ligado ao imigrante japonês e sua fixação no Vale do Ribeira criou e legitimou de vez uma identidade japonesa no Brasil.

O chá estava praticamente em todas as propriedades rurais de Registro, não havia outra cultura, os rendimentos econômicos eram excelentes, fato que beneficiou a comercialização de terras.

Porém, essa monocultura do chá constituiu-se, como o próprio tempo demonstrou, no início da decadência da teicultura. Os produtores ficaram cada vez mais submissos a fábrica

de chá, que em muitos casos também era produtora fornecedora. Essa década de fracassos se iniciará a partir dos anos de 1990 e se arrastará até 2010.

Os motivos foram vários: o confisco implementado pelo governo de Collor de Melo; a implementação do plano real, em 1994; a balança comercial e o câmbio (relação dólar-real), a concorrência de países produtores, a falta de investimento no plantio do chá, dentre outros.

Os resultados das entrevistas levaram a concluir que a grande maioria dos produtores que eram descendentes de japoneses já abandonou o cultivo do chá e partiram para outras atividades ainda que no ramo agrícola, como o plantio de plantas ornamentais e pupunha.

Poucos produtores que são proprietários continuam produzindo, essa é uma atividade que tem sido concentrada pelos arrendatários que continuam produzindo o chá, muitos por falta de chance de mudarem de atividades.

Na lista de produtores das fábricas Amaya e Yamatea, quase a totalidade de fornecedores são compostos por arrendatários. As pessoas entrevistadas desse meio já estão acima dos 40 anos, idade vista com restrições pelo mercado de trabalho.

A saída está sendo o mercado interno. Mas a produção destinada para esse fim ainda é muito baixa, representando apenas 10% do total beneficiado pelas indústrias, não despertando ainda o interesse para investimentos.

Para iniciar uma melhoria nas condições de produção e comercialização do chá, com consequente melhoria no valor de compra e venda desse produto envolveria um processo de adaptação às novas exigências comerciais dos países exportadores, iniciando com a melhoria das condições dos trabalhadores que produzem o chá, sejam eles proprietários ou arrendatários, com especial atenção àqueles proprietários de pequenos lotes. Modernização dos equipamentos que processam o chá e renovação das áreas plantadas.

Habitados aos investimentos governamentais, fossem eles do governo brasileiro ou japonês, como no contexto da colonização, os imigrantes japoneses, principalmente os que se dedicaram a teicultura, pouco investiram no processo de produção, que envolvia desde o plantio dos chazais, até o processo de moagem.

Esse pouco investimento começou pelos fabricantes que exigiam qualidade, mas não pagavam o suficiente para que o proprietário ou arrendatário produtor, principalmente o pequeno, investisse na área de plantação e posteriormente no momento da colheita. Essas condições na etapa de fornecimento submetiam os produtores às regras impostas pelos fabricantes, que passavam pela compra de insumos com desconto em folha de pagamento, pelo valor pago à qualidade do chá, dentre outros problemas.

Enfim, é uma situação que perdura no município até os dias de hoje e resulta na diminuição da economia voltada para a teicultura. Por isso buscamos resgatar fontes do passado e presente referentes ao processo de colonização da imigração japonesa e sua dedicação à teicultura.

As marcas dessa colonização estão presentes na paisagem do município: seja por meio de construções e monumentos, dedicados ao processo de colonização; seja ainda, por meio da economia do chá, exígua, mas ainda existente no município.

5 – REFERÊNCIAS

A rota do chá. **Jornal Regional**. Registro-SP, p. 8, 10 fev. 2006.

ÁLBUM COMEMORATIVO – Vinte Anos da Colônia Iguape 1913 ~ 1933. [s.l.: s.n.]

ALMEIDA, M. G.; RATTTS, A. J. P. (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e Cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: Vieira, 2008.

ALMEIDA, Vicente Unzer de. **Condições de vida do pequeno agricultor no Município de Registro**. [S.I.]: Estudos de Antropologia Teórica e aplicada, São Paulo, n. 6, jul. 1957.

ANDREOTTI, Giuliana. **Per una architettura del paesaggio**. 2. ed. Trento: Valentina Trentini, 2008.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. [S.I.]: Perspectiva, 2006.

BEZZI, Meri Lourdes. **Uma (re)visão historiográfica da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria, RS: UFSM, 2004.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Rural como Identidade Territorial**: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. *Revista Agrária*, nº1. P. 55 – 95, 2004.

BRAGA, Roberto. Raízes da questão Regional no Estado de São Paulo: Considerações sobre o Vale do Ribeira. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 24(3), p. 43-68, dez. 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **“No Rancho Fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

BRUM NETO, Helena. **Regiões Culturais**: A construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 328f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

CATI. Chá, por município, Estado de São Paulo, 2007/2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>>. Acesso em: 12 jan.2010.

COELHO, Sérgio. “Aventuras na Selva do Brasil”. In: **GLOBO RURAL ESPECIAL**. O Japão plantado no Brasil. Rio de Janeiro, Globo, n.2, mar. 1988. p. 27-43.

COMISSÃO ORGANIZADORA DOS FESTEJOS DOS 90 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA EM REGISTRO. **Estatística da colonização japonesa**: Município de Registro. Registro: [s.n.], dez. 2003.

CORREIA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORREIA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CLAVAL, Paul. **Geografia do Homem**: Cultura. Economia. Sociedade. Coimbra: Almedina, 1987.

_____. **A Geografia Cultural**: o estado da arte. Florianópolis: UFSC, 1995.

_____. **A Geografia Cultural**. 3ªed. Florianópolis: UFSC, 2007.

DANTAS, Aldo. Monbeig e a noção de Complexo Geográfico. **Confin** [Online], n.7 out. 2009. Disponível em <<http://confin.revues.org/index6091.html>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

DEZEN, Rogério. Um exemplo singular de política imigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos pioneiros de colonização japonesa no estado de São Paulo (1910-1930). **Proin**, São Paulo, 2006. Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_politica_imigratoria.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2010.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

FERNANDES, L. L. O Bairro Rural dos Pires: estudo de geografia agrária. São Paulo, 1971, 90p. Dissertação (Mestrado em Geografia) FLLCH, Universidade de São Paulo.

FIELDING, G. J. **Geography as a social science and programmed case studies in Geography**. New York: Harper Row, 1974.

FOLHA DA BAXADA. A produção agrícola do município de Registro. Registro-SP, p.4, 26 nov. 1970.

FUNDAÇÃO SEADE. Informações dos municípios paulistas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

GEORGE, Pierre. **Geografia Rural**. São Paulo: Difel, 1982.

GIPSMAPS, Unidades Federativas do Brasil. Disponível em: <<http://www.gismaps.com.br/english/shape.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

GIPSMAPS, Municípios Brasileiros. Disponível em: <<http://www.gismaps.com.br/english/shape.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

GOOGLE imagens. Flor de chá. Disponível em: <<http://www.culturajaponesa.com.br/htm/cha.html>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

GOOGLE imagens. Imigrantes japoneses na colheita do café. Disponível em: <http://pragentemiuda.blogspot.com/2008_06_01_archive.html> Acesso em: 05 nov. 2009.

GOOGLE imagens. Imigrantes japoneses na hospedaria em Sao Paulo. Disponível em: <<http://www.japao100.com.br/arquivo/japoneses-chegam-santos-nos-anos-30/>>. Acesso em: 25 out. 2009.

GOOGLE imagens. Japoneses na lavoura de banana. Disponível em: <<http://www.imigracaojaponesa.com.br/nossahistoria2.html>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

GOOGLE imagens. Japoneses em Iguape. Disponível em: <http://www.zashi.com.br/zashi_imigracao/287.php>. Acesso em: 05 nov. 2009.

GOOGLE imagens. Kasato Maru. Disponível em: <<http://www.oocities.com/ferroviasbrasil/CDs-III-11.htm>>. Acesso em: 23 out. 2009.

GOOGLE imagens. Rota de Viagem. Disponível em: <<http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?em=3&n=387636&p=2>>. Acesso em: 25 out. 2009.

GOOGLE imagens. Transporte em direção as fazendas de café. Disponível em: <<http://mauj77.blogspot.com/2010/04/relato-imigracao-japonesa-descobrimento.html>>. Acesso em 28 out. 2009.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês**: História de sua vida no Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HIROTA, Eiro. Sim! Conheça a cidade mais Japonesa do Brasil. **REGISTRO Dês**. Registro-SP, jan. 2009. Edição especial.

IBGE, Mapas das divisões regionais do Brasil. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm#TOPO>. Acesso em 25 set. 2009.

KANEKO Kuniei. O Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e a História da Colonização Japonesa no Vale do Ribeira. **Jornal Regional**. Registro-SP, p. 1-23, 5 set. 2008. Edição Comemorativa: Centenário da Imigração Japonesa.

KOJIMA, Lina. **Migração repetitiva entre o Brasil e o Japão**. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise no Brasil Agrário**. Editora São Paulo. São Paulo-SP. 1973.

MIDORIKAWA, Jorge T. **As Colônias Japonesas na Zona de Ribeira de Iguape**. São Paulo: Seção de obras do Estado de São Paulo, 1928. p.1-55.

MIZUNO, Ryu. **Saga japonesa em terras brasileiras**. Curitiba: SEC, 1991. 115p.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Martins, 1940.

_____. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difel, 1957.

_____. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

NARIAI, Ossamu. **History of the modern Japanese economy**. Tóquio: Foreign Press Center Japan, 1999.

NUNES, Paulo Henrique Faria. **As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação**. Londrina: UEL – Geografia - Departamento de Geociências, v.17, n.1, p. 137-152, jan./jun. 2008.

OLANEK, Ruddy Armindo. **Vale do Ribeira**. São Paulo: Sayeg, 1996.

ONO, Mario. “Considerações sobre a Agricultura Japonesa: Uma tentativa de interpretação, tendo como material básico o processo de colonização dos japoneses no

Brasil”. In: SAITO, Hiroshi; Maeyama Takashi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 129-161.

PADILHA, Dráuzio Leme. **CAC, Cooperativismo que deu certo**. 1 ed. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central, 1989.

PENTEADO, Luiz Antônio de Campos; FURTADO, Edson Luiz. Plante corretamente o Chá Preto. **Cati**, Campinas, n. 229, p. 1-13, Out. 1986.

PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira**: Estudo de Geografia Humana. São Paulo: FFCLUSP, 1966, boletim n. 14. 367p.

PINO, Francisco Alberto; FESTA, Maurício Noronha. **Aspectos Econométricos da Produção do Chá no município de Registro, Estado de São Paulo**. Instituto de Economia Agrícola. Relatório de Pesquisa nº 5/1979.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de: **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RIPARDO, Sérgio. Dólar perde para o real em 2003, cai 18% e fecha em R\$2,90. **Folha** online, São Paulo, 30 dez. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u78700.shtml>> Acesso em 02 out. 2010.

RIPARDO, Sérgio. Dólar paralelo fecha 2004 com cotação próxima ao valor de 2003. **Folha** online, São Paulo, 30 dez. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u92117.shtml>> Acesso em 05 out. 2010.

ROSS, Jurandyr (org.). **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2006.

SAITO, Hiroshi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973.

SAITO, Milton. **Japoneses aqui, Brasileiros lá?: uma leitura sobre (e dos) Dekasseguis**. 2003. 109f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo: USP, São Paulo.

SAKURAI, Célia. **Imigração Tutelada, os Japoneses no Brasil**. 2000. 204f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas: Unicamp, Campinas.

SAKURAI, Célia. **Imigração Japonesa para o Brasil. Um exemplo de Imigração Tutelada – 1908-1941**. In: **XXII Encontro Nacional da ANPOCS**. n. 22, 1998, Caxambu: Anais, 1998. p.1-21.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAUER, Carl O. “A Morfologia da Paisagem”. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-75.

SERVIÇO NACIONAL DE DIVULGAÇÃO CULTURAL BRASILEIRO (S.N.D.C.B) CPC. **História da imigração no Brasil: As famílias**. 7 ed. São Paulo: [s.n.], 1986.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise no Brasil agrário**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1973.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DA BACIA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL. Relatório do comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguaape

e Litoral Sul. Disponível em: <http://www.sigrb.com.br/arquivos_cat.php>. Acesso em: 09 jul. 2010.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; Pedon, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, MS, ano 4, n. 6, p. 126-148, nov. 2007.

SOUZA, Roberto Ribeiro de. Imigração Portuguesa, Identidade e Representação Geográfica: o lugar da casa regional no movimento associativo Luso-Brasileiro. **Espaço e Cultura** – Revista da UERJ, Rio de Janeiro, n. 22, p. 54-66, jan./dez. 2007.

STANIFORD, Philip. “O Background, a Estratégia e a Personalidade do Imigrante Japonês no Além Mar”. In: SAITO, Hiroshi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 32-55.

TODESCO, Carolina. **Estado e Terceiro Setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira**. 2007. 208f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. **A Teicultura no Brasil: Subordinação e Dependência**. 1994. 225f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

TSUKAMOTO, Tetsundo. “Algumas considerações sobre o Processo Migratório”. In: SAITO, Hiroshi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 13-31.

VARHULST, Eric. A história do chá no Brasil. **Folha da Baixada**. Registro-SP, p.23, 26 nov. 1970.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marvin W. “Os Temas da Geografia Cultural”. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da Cultura**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2000.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A abordagem Cultural na Geografia. **Temporis(ação)** (UEG), v. 1, p. 249-262, 2008.

ZELINSKY Wilbur. **Introdução a Geografia da População**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

6 - APÊNDICES

6.1 - APÊNDICE A - Memórias da colônia japonesa: uma breve história do chá contada pelos pioneiros

Família Kameyama

Representado pelo Sr. Jorge Kameyama que atualmente está com 76 anos de idade, e é filho de imigrantes, foi ex – produtor e empresário da fábrica de chá Agrochá fechado no ano de 2000, como já postado anteriormente. Trabalhou com a teicultura desde sua infância, quando ainda ajudava seu pai.

Até o presente momento continua morando junto com sua esposa na zona rural numa área total de 363 hectares, localizada no bairro Agrochá, próxima às instalações da antiga fábrica (Figura 38).



Figura 38: Residência do Sr. Kameyama, próximo das instalações da fábrica, localizada no bairro Agrochá em Registro.

Fonte: Foto cedida pelo Sr. Kameyama

Ele nos conta que as terras foram compradas em 1930, mas chegaram ao Brasil dois anos antes, e estavam na zona cafeeira do interior de São Paulo. Foram para Registro por intermédio de um japonês da mesma província do Japão, que conseguiu arrendar terras para os pais do Sr. Kameyama.

Sempre trabalhou com o meio agrícola, iniciou com o plantio do arroz, posteriormente veio o café e por fim o chá, que foi a cultura que mais perdurou, chegando quase a 70 anos. Disse que nos anos de 1934, o Sr. Torazo Okamoto (pioneiro do chá) incentivava o cultivo, chegava a fornecer equipamentos para colher o chá.

A partir de 1942 foi construída a fábrica de chá, mas ainda era de pequeno porte não beneficiava, essa abriu na mesma época das outras fabriquetas de Registro que chegaram a somar 45. Só em 1955 a fábrica passa por uma expansão e modernização, com isso inicia o beneficiamento do chá.

O Sr. Kameyama fala a respeito da organização da produção no início do cultivo do chá. Dizia que nessa época o beneficiamento era todo manual, primeiramente separavam as folhas, entre fino e grosso, depois moía a mão as folhas em cima de uma chapa quente para murchar. Posteriormente colocava para secar. Antes de construir a fábrica o chá era encaminhado para a fábrica Chá Ribeira (Okamoto) que possuía máquinas importadas do Japão, eram feitas de bronze, depois passaram a ser construídas de madeira.

Durante a década de 1970, foi visitar os chazais da Argentina, e conta que ficou impressionado com a tecnologia empregado para produzir chá, e surpreso com o apoio que o governo dava a seus agricultores. Disse que essa atitude do governo argentino de plantar chá veio porque perceberam que a importação do mesmo estava sendo muito alta, com isso pensaram “se no Brasil dava chá, porque na Argentina não poderia dar”, esse foi o ponto de partida para o início do plantio. Essa história também foi contada anteriormente pelo Sr. Kazuki Nishiashitani.

Dessa forma, vendo o crescente desenvolvimento do chá na Argentina e os equipamentos utilizados na lavoura, o Sr. Kameyama e outros fabricantes importaram esses maquinários para o Brasil, passando a aumentar o volume da produção.

A fábrica Agrochá chegou a exportar o chá durante a década de 1980 os países de destino eram o Chile, a Inglaterra, que chegava a importar quase 60%, os EUA, e a Holanda. O mercado interno respondia por apenas 5% que eram encaminhados para a empresa Mate Leão, atual Coca Cola de Curitiba - PR.

A Agrochá era uma empresa que conseguiu crescer, chegou a contar com 110 funcionários, em torno de 50 famílias empregadas, afirmou o Sr. Kameyama.

Atualmente só restaram as instalações da antiga fábrica e a casa que morava em tempos de vinda ao Brasil, o chazal na grande maioria está abandonado, há uma pequena área arrendada, e o Sr. Kameyama vive desses arrendamentos e da aposentadoria.

Família Yamamoto

Em conversa com o Sr. Dário Yamamoto, filho de imigrantes japoneses, residente no município de Registro, é dono da fábrica Yamatea e da antiga Chabrás.

Ele conta um pouco da história do chá vivida pela sua família em Registro. Os seu avô iniciou as atividades com o chá durante a década de 1930. Fala que seu avô que deu início a difusão do chá pela região durante essa década, e que em alguns anos depois chegou a ter 42 fabriquetas operando na zona rural, dentre essas estava a fábrica de chá Amazonas, do Sr. Yamamoto.

O Sr. Dário disse que em 1958 o seu pai vendia o chá em Santos – SP para a Stands Brands (Royal Brands), nessa ocasião conheceu um norte americano representante da empresa, que simpatizou com o seu pai, e assim sem ainda ter formado sociedade enviou dos EUA vários maquinários agrícolas, quando viu, ficou impressionado, acabou assinando contrato sem mesmo ter lido as cláusulas. Como não tinha capital e os americanos já tinham comprado as máquinas, a condição foi de trabalhar muito, era um turno de 14 a 16 horas por dia, tudo isso para crescer a produção e capacitação de produtores para entregar o chá na nova empresa que surgira dessa fusão de capitais, a Chabrás.

A Chabrás revolucionou com a entrada de maquinários modernos, e melhoraram as condições para o produtor rural.

A difusão do chá a nível nacional e mundial se deveu a esse primeiro pontapé inicial por meio da fusão de capitais durante a década de 1960, que a partir daí o Brasil passou a ganhar destaque como fabricante de chá. E a cidade de Registro também, pois, era uma cultura produzida exclusivamente por japoneses.

Passado alguns anos, a Stands Brands foi comprada por outra empresa, ficando com o nome de Nabisco Brands. Essa companhia viu que havia uma sociedade com uma empresa brasileira, pensaram em desfazer o acordo, porém perceberam que estava sendo rentável, deixaram como estava. Mas faziam exigências para que continuassem como parceiras, a Chabrás precisaria renovar seus funcionários, pois a maioria já tinha idade acima da média, já eram antigos, e a política americana era de renovação.

Era uma situação complicada para o Sr. Yamamoto, pois já eram funcionários de confiança e experientes com o trabalho na fábrica, uma renovação iria gerar mais custos o que não era viável para a empresa. Pensou em desfazer o contrato, porém não tinha o capital suficiente para pagar a parte dos americanos que estavam em torno de 60% contra os 40% do Yamamoto. Mesmo assim, tomou a decisão de comprar, mas veio o plano real e complicou mais ainda a situação. E a saída foi pagar a parte dos americanos em chá beneficiado, levou um pouco mais de tempo, mas conseguiu quitar o capital americano, conta.

No ano de 2008 a Chabrás decretou encerramento definitivo, completando 50 anos de operação e de história, e atualmente mantém a fábrica Yamatea em Pariquera –Açu.

6.2 - APÊNDICE B - Um século de história: o passado e o presente de uma cultura a partir da leitura iconográfica

Sabe-se que a identidade japonesa em Registro é cristalizada, pois é reconhecida por todos os cidadãos e quem visita a cidade presenciam por meio do museu histórico que contém a história de Registro por meio de documentos, fotos e utensílios, utilizados pelos japoneses em tempos de colonização. A maior prova dessa consolidação nipônica está em sua organização e trabalho, principalmente no que remetem as atividades agrícolas, como a teicultura, que está no quadro econômico da cidade há mais de 70 anos.

Quando entrevistamos os descendentes, tivemos uma surpresa, pois muitos ainda residem na zona rural, dos 13 entrevistados, 10 moram na zona rural, e estão na faixa etária dos 60 anos. A maioria desses reside com as esposas, e os filhos na maioria dos casos foram estudar em outros estados, ou estão no Japão, ou moram no centro da cidade, exercendo outras atividades que não envolvem a agricultura.

O viver no ambiente rural tornou-se uma opção por que já estão habituados desde a infância, dificilmente conseguiriam se acostumar na cidade. O Sr. Bento Oyama disse que morou na cidade um pouco mais de 1 ano, mas não conseguiu se acostumar, acabou voltando para seu sítio no bairro quilombo.

Esses descendentes tem em comum a vida no sítio, longe da cidade, assim como era na época de seus pais e avós, apesar da absorção de costumes brasileiros, ainda mantém os velhos hábitos da cultura japonesa como, por exemplo, as comidas típicas e o consumo de chá preto diariamente.

Com relação ao consumo de chá preto, todos os descendentes, tanto a geração dos “Nisseis” como os “Sanseis” tomam chá diariamente, mantendo um hábito por gerações.

O que mudou é com relação às participações das atividades organizadas pela associação japonesa “Bunkyo” em que a maioria não frequenta, uns alegam o deslocamento, pois é distante do sítio, outros não tem interesse, ou mesmo porque perdeu muita de suas características originais, como era no tempo do “Mura” que em Registro significou o “Shokuminchi”.

A formação do Shokuminchi é desconhecida pela maioria dos entrevistados, apenas duas pessoas relataram essa passagem, e foram justamente os que estão na faixa etária mais avançada.

O Sr. Kameyama conta que nessa época, havia cinco bairros, o primeiro era a cidade de Registro e as demais faziam parte da zona rural. Cada bairro tinha um representante, que recebia as informações do seu bairro e transmitia para outras pessoas de outros bairros. Isso era quando tinha eventos, festas, ou mesmo quando tinha um filme japonês, todos os bairros eram avisados para ver ir ao cinema. Sobre esse aspecto, conta que nessa época não havia energia elétrica era movido a gerador improvisado, e o cinema era mudo, então havia uma pessoa na sala que fazia a narração. Apenas em 1960 chega á luz elétrica nas residências.

Essas características dos bairros rurais contado pelo Sr. Kameyama faz pensar num grupo unido, preocupado em manter as tradições, que apesar de cada família pertencer a províncias diferentes no Japão, no Brasil tornaram-se uma família só, talvez essa união no Brasil tenha sido mais intensa do que a própria formação original do “Mura” no Oriente.

Já o Sr. Rubens Shimizu, completa essa passagem do Shokuminchi, dizendo que os representantes de cada bairro eram como prefeitos, tinham que cuidar da infraestrutura do bairro, como arrumar as estradas, construir escolas de língua japonesa, trabalhar voluntariamente.

Disse ainda que seu pai e tio chegaram a ser chefes de bairro, e a duração do cargo era entre a 1 a 2 anos, eleito por meio de votos.

Em 1960 essa formação terminou, e os motivos nenhum soube explicar, mas pode se imaginar que nesse mesmo ano a teicultura passou por um momento de expansão dos meios de produção, foi quando iniciou a entrada no sistema capitalista global, com a construção da indústria de beneficiamento de chá, á Chabrás, que teve o capital americano envolvido. Como já dissemos anteriormente, é a partir desse impulso econômico, com a modernização das máquinas, é que iniciou a corrida para plantar chá, que culminou numa monocultura, modificando todo um sistema econômico, social e político dos japoneses.

Quando perguntamos para os descendentes a respeito da importância da teicultura em suas vidas, obtivemos respostas semelhantes, voltadas para a ascensão da vida econômica.

Jorge Kameyama – Para ele o chá significou ganhos materiais. Tudo que adquiriu foi a partir do chá. Quando trabalhou em grande escala de produção ao longo de 30 anos conseguiu muitos bens.

Rubens Takeshi Shimizu – Afirmou que o chá foi parte de seu contexto de vida. Foi criado com o chá, foi uma cultura do sustento, que permitiu pagar seus estudos. Contou que ficou feliz quando as primeiras mudas de chá trazidas para o Brasil por Torazo Okamoto foram tombadas como patrimônio paisagístico em 2010, pois fez parte da equipe que promoveu a eleição para a escolha dos monumentos.

Mário Shimada – Na sua visão o chá foi toda a conquista financeira, se não fosse por essa atividade agrícola, não teria adquirido muitos bens.

Milton Maruyama – Ele nos contou que o chá é uma herança de família, são mais de 60 anos nesse ramo, desde os tempos dos seus avós.

Vitorino Katsumi Oyama – “o chá foi um ganha pão”. Principal sustento e renda da família foram mais de 40 anos colhendo chá. Muito de suas conquistas foi adquirida com a produção de chá.

Bento Oyama – Afirmou que o chá foi a maior atividade econômica da cidade, aprendeu muitas técnicas que permitiu utilizar em outras culturas agrícolas.

Kazuki Nishiashitani – Em poucas palavras ele sintetizou a importância do chá, dizendo que foi um meio de vida que sustentou várias gerações de sua família.

A partir de diferentes relatos percebemos que a cultura do chá assumiu o principal posto da economia desses descendentes e que para alguns ainda continuam sendo um meio de sobrevivência e para outros, apenas lembranças de um passado de bom retorno financeiro.

Apesar das mudanças estruturais ocasionadas pela economia da teicultura ao longo de 70 anos dos quase 100 da colonização japonesa, muitas lembranças de um passado ficaram na memória dos descendentes, como daqueles que cederam as entrevistas para chegarmos a esse desfecho, e isso torna uma riqueza quando é posto em relatos, marcando momentos da história que dificilmente serão resgatados novamente. Por isso, prezando as transformações no espaço e tempo a partir das relações dos japoneses com a teicultura, colocamos nessa etapa final da pesquisa um conjunto de imagens que ilustram várias passagens dos japoneses ao longo de décadas, pois entende que esses momentos foram determinantes para a construção da paisagem e que o tempo foi transformando em novas paisagens que irão adquirindo novos traços, linhas, mas ainda continuam permanecendo a essência de suas origens (Figuras 39 e 40).



Figura 39: Antiga casa da família Amaya, tombada pelo patrimônio histórico
Foto: Alessandro Aoki, 2010



Figura 40: Antiga instalação da fábrica de chá da família Shimada
Foto: Alessandro Aoki, 2010

7 - ANEXOS

QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROPRIETÁRIO RURAL

1 – Idade: _____anos

2 - Qual a geração de descendência?

CONDIÇÕES DA PROPRIEDADE

Caso resida na cidade

3 - Tamanho da área (ha)

1 a 5 ()

5 a 10()

10 a 15()

15 a 20 ()

20 a 25 ()

25 a 30 ()

> que 30 ()

Quanto _____

4 – Localização da propriedade

5 - Adquiriram terras da KKKK?

Sim () Não ()

Se a resposta for sim:

6 - Em que ano em que adquiriu a terra?

7 – Quais atividades agrícolas exerceram inicialmente?

8 - Quais tipos de culturas agrícolas sua família ou familiar exercem atualmente?

CULTIVO DO CHÁ

9 – É ou já foi produtor de chá?

Sim () Não ()

10 – Porque optou em cultivar o chá? Qual foi a motivação para plantar chá?

11 – Em que ano iniciou o plantio do chá?

12 – Em algum momento houve uma organização entre os japoneses para decidir cultivar chá?

13 – Quantos hectares de chá havia na propriedade em tempos de valorização?

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CHÁ, 1930, 1970, 1994 E 2010.

Conjuntura: 1930 – 40

14 – Como eram organizados o plantio, produção e a venda do chá na década de 1930 - 40?

15 – Como se organizavam (logística) as pequenas fábricas e cooperativas de chá? Algum familiar já fez parte de alguma dessas?

Conjuntura: 1970

16 – Considera-se a década de 1970 o auge da valorização do chá, explique como aconteceu? Quais foram os benefícios econômicos?

17 – Era uma época comandada pela política militar (ditadura), e a economia estava sendo tomada por investimentos estrangeiros, e de entrada de equipamentos importados, e para a teicultura, quais foram os impactos dessa política ditatorial?

Conjuntura: 1994

18 – A década de 1994 houve a mudança na moeda, de cruzeiro foi pra real, e segundo os empresários, esse foi o motivo da queda dos valores comercializados com o produtor de chá. Como foi o impacto dessa queda nos preços do chá?

19 - Havia financiamentos, incentivos para continuar produzindo chá?

20 - Quais os maiores problemas que enfrentaram nessa época considerada como o início da crise do chá?

21 - Que providencias tomara para enfrentar a sucessiva queda dos preços?

() Diminuiu a área produtiva do chá ? Quantos h.a.

() Passou a desenvolver outras atividades? Quais

() Arrendou parte: Quantos h.a.

() Arrendou toda a propriedade? Quantos h.a.

22 – A década de 1990 coincide com o movimento de kassegui, o sr. utilizou desse meio como alternativa para buscar novas fontes de renda?

Atual conjuntura: 2010

23 – O chá ainda passa pela crise iniciada na década de 1990, muitos agricultores abriram mão da produção, atualmente quanto é a produção (ton.), na propriedade.

24 – Qual o tamanho da área plantada de chá?

25 – Quantos funcionários mantém no trabalho do chá ?

26 – Possui área arrendada? Quantos h.a.?

27 – Quantos arrendatários?

28 – O trabalho é mecanizado?

29 – Entrega a produção para qual fábrica de chá?

30 – Exerce atividade remunerada complementar?

31 – De 1994 a 2010, houve mudanças em relação á valorização do chá, ou piorou? Porque?

32 – O controle de qualidade do chá exige que os produtores sejam coerentes com a legislação ambiental, portanto não podem desobedecer a normas ambientais, como o cultivo

do chá em áreas próximas as nascentes e córregos, tampouco o desmatamento de áreas naturais, dessa forma, muitos agricultores precisariam se adequar a essa exigência. Em relação a esse fato, quais providências têm tomado para seguir esses parâmetros.

33 – Qual sua expectativa para o chá no futuro? Pretende continuar ou abandona de vez? Proprietário e arrendatário.

QUESTIONÁRIO – contextualização histórica da formação do Mura

34 - Tem conhecimento sobre a organização do Mura?

35 - Como funcionavam o mura?

36 - Quanto tempo durou o mura?

37 - Porque desfez?

CULTURA

38 – Participam das festividades culturais realizadas pela associação japonesa? Quais?

39 – Já fez ou faz parte da associação japonesa (Bunkyo)?

Sim() Não()

40 – Fala o idioma japonês?

Sim() Não ()

41 – Os filhos aprenderam o idioma japonês?

Sim () Não ()

42 – Mantém hábitos alimentares da culinária japonesa?

43 – Tem hábito de tomar chá diariamente?

44 – Quais foram as maiores mudanças (hábitos e costumes, comportamento) do tempo em que vivia com seus pais (imigrantes) e hoje com os filhos?

45 - O chá é parte do contexto histórico de formação do município de Registro, e, portanto, assume importância histórica como patrimônio cultural, na sua visão o que o chá representa ou representou na sua vida?

QUESTIONÁRIO APLICADO AO ARRENDATÁRIO

1 – Idade: _____anos

2 – Profissão: _____

3 - Quantas pessoas compõe a família?

1 a 4 ()

4 a 6 ()

6 a 8 ()

Outros: _____

4 – Quanto tempo colhe chá? Em que ano iniciou?

5 – Qual o tamanho da área plantada?

6 – Utiliza mão de obra da família ou trabalha com empregados?

7- Quantas pessoas trabalham na colheita?

8 – Quanto é a renda do chá?

9 – Sempre trabalhou com a lavoura?

10 – O trabalho é manual ou mecanizado?

11 – Qual fábrica entrega a produção? Sempre foi a mesma, ou já mudou?

12 – Em que ano o chá foi mais lucrativo?

13- A década de 1994 houve a mudança na moeda, de cruzeiro foi pra real, e segundo os empresários, esse foi o motivo da queda dos valores comercializados com o produtor de chá. Como foi o impacto dessa queda nos preços do chá?

14 – Atualmente existe algum benefício para se produzir chá? (adubos, financiamentos, custos, etc).

15 - Exerce atividade remunerada complementar?

16 - De 1994 a 2010, houve mudanças em relação á valorização do chá, ou piorou? Porque?

17 - Qual sua expectativa para o chá no futuro? Pretende continuar ou abandona de vez?

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EMPRESÁRIOS DO RAMO DE CHÁ

1 – Quais os motivos que levaram ao fechamento da fábrica?

2 – Temos um mercado interno aquecido com bastante oferta e variedade de chá, porém a queda da produção é constante, o que está acontecendo?

3 – Nos anos 1950 houve diversos investimentos estrangeiros e em 1970, a modernização da agricultura, atualmente temos programas de amparo ao produtor rural, porém persiste o problema das baixas do chá, o que se deve essa situação?

5 – Em relação ás exportações, a partir da década de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010, quantos % compunham o mercado consumidor externo e interno?

6– E quais os países consumidores do chá?

7– Quais empresas brasileiras compram o chá?

8 – Qual foi a melhor década de rentabilidade do chá?

9 – Quais medidas têm tomado para evitar a desvalorização e perda da produção do chá?

10 – Qual é o olhar das políticas municipais e estaduais para a teicultura?

11 – Qual sua perspectiva para o futuro da teicultura em Registro?

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, _____, autorizo a utilização das imagens e informações aqui cedidas, por meio de entrevistas e/ou questionários para aproveitamento na pesquisa intitulada “OS JAPONESES E A TEICULTURA NO MUNICÍPIO DE REGISTRO-SP: a produção do espaço como resultado de um processo econômico e migratório. Desenvolvido pelo Mestrando Alessandro Aoki, R.A – 44468, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Geografia, pela Universidade Estadual de Maringá.

Entrevistado

Data

----/----/-----



Figura 41: Comemoração do centenário da imigração japonesa e destaque para Registro, berço da colônia japonesa no Brasil.

Fonte: Revista Registro Dês. Edição Especial, 2008.

5ª Festa do Chá

De 26 à 29 de novembro de 1970
Local: Praça de Esr^{conservau}
do R.B.B.C.

DIA 26-11-70

- As 5,00 hs. — Alvorada pela Banda Musical São Francisco Xavier.
- As 10,00 hs. — Inauguração do CHÁ EXPO-70, pelo Dr. Cyro Camargo Fonseca, MM. Juiz de Direito de Registro, e Dr. Jonas Banks Leite, DD. Prefeito Municipal.
- As 21,00 hs. — DANÇA PORTUGUESA, pelas alunas do 4.º ano primário do Colégio São José.
- As 22,00 hs. — Demonstração de jogo de holofotes pela 7.ª Companhia Independente.
- As 23,00 hs. — Encerramento.

DIA 27-11-70

- As 9,00 hs. — Reabertura do Recinto.
- As 21,00 hs. — Danças típica japonesa.
- As 22,00 hs. — Pelotão de Motociclistas da 7.ª Companhia Independente.
- As 23,00 hs. — Encerramento.

DIA 28-11-70

- As 5,00 hs. — Alvorada pela Banda Musical São Francisco Xavier.
- As 8,00 hs. — Desfile Escolar.
- As 9,00 hs. — Reabertura do Recinto.
- As 10,00 hs. — Inauguração da Unidade Sanitária, com a presença do Dr. Walter Sidnei Pereira Leser, DD. Secretário da Saúde e demais autoridades.
- As 19,00 hs. — Missa em ação de graças na Matriz São Francisco Xavier.
- As 21,00 hs. — Demonstração de cães amestrados.
- As 23,00 hs. — Baile e coroação da Rainha e Princesa do Chá no salão do R.B.B.C.

DIA 29-11-70

- As 9,00 hs. — Reabertura do Recinto.
- As 11,00 hs. — Entrega de Diplomas aos expositores e honorárias diversas.
- As 21,00 hs. — Demonstração de ginástica, pela 7.ª Companhia Independente.
- As 22,00 hs. — SUPER QUEIMA DE FOGOS.
- As 23,00 hs. — Encerramento.

Figura 42: convite para festa do chá na década de 1970, auge da economia de Registro.
 Fonte: Folha da Baixada. Registro-SP. Nov. 1970.